



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS IPORÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

CRISTIANE BORGES DOS SANTOS

**INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IF
GOIANO - CAMPUS IPORÁ**

CERES

2023

CRISTIANE BORGES DOS SANTOS

**INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IF
GOIANO - CAMPUS IPORÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Ceres do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Elis Dener Lima Alves

CERES

2023

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

S237i Santos, Cristiane Borges dos
Interiorização da Educação Profissional e
Tecnológica: Abrangência geográfica do ensino médio
integrado do IF Goiano - Campus Iporá / Cristiane
Borges dos Santos; orientador Elis Dener Lima Alves.
-- Ceres, 2023.
162 p.

Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em
Educação Profissional e Tecnológica) -- Instituto
Federal Goiano, Campus Ceres, 2023.

1. Expansão. 2. Políticas Públicas. 3.
Desenvolvimento regional. I. Dener Lima Alves, Elis,
orient. II. Título.



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: Cartilha | |

Nome Completo do Autor: Cristiane Borges dos Santos

Matrícula: 20211043310238

Título do Trabalho: Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica: Abrangência Geográfica do Ensino Médio Integrado do IF Goiano - Campus Iporá

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: __/__/__

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres, 13/09/2023.
Local Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Formulário 52/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E O ESTUDANTE ATENDIDO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ

Autora: Cristiane Borges dos Santos
Orientador: Prof. Dr. Elis Dener Lima Alves

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO, em 30 de agosto de 2023.

Prof. Dr. Elis Dener Lima Alves
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Prof. Dr. Divino José Lemes de Oliveira
Avaliador Externo
Universidade Estadual de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Divino José Lemes de Oliveira, Divino José Lemes de Oliveira - Professor Avaliador de Banca - Uieg (01112580000171), em 15/09/2023 20:14:08.
- Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 30/08/2023 16:41:22.
- Elis Dener Lima Alves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 30/08/2023 16:23:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar_documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 526035
Código de Autenticação: b36a1bb516



Formulário 53/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

**INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. ABRANGÊNCIA REGIONAL DOS 10 ANOS DOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ**

Autora: Cristiane Borges dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Elis Dener Lima Alves

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 30 de agosto de 2023.

Prof. Dr. Elis Dener Lima Alves
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Prof. Dr. Divino José Lemes de Oliveira
Avaliador Externo
Universidade Estadual de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Divino José Lemes de Oliveira, Divino José Lemes de Oliveira - Professor Avaliador de Banca - Uteg (01112580000171), em 15/09/2023 20:15:02.
- Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/08/2023 16:41:47.
- Elis Dener Lima Alves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/08/2023 16:24:51.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgolang.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 526032
Código de Autenticação: 1ae3f8fd2e





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 39/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

ATA Nº/ 072 DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte três, às 14:00 (quatorze horas), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Prof. Dr. Elis Dener Lima Alves (orientador), Prof. Dr. Marcos Moraes de Sousa (avaliador interno), Prof. Dr. Divino José Lemes de Oliveira (avaliador externo), sob a presidência do primeiro, em sessão pública realizada de forma online por via Webconferência (Google Meet), para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de **Cristiane Borges dos Santos**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi **APROVADA** e o Produto Educacional foi **APROVADO e VALIDADO**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres.

Observações/Recomendações: Realizar correções sugeridas pela banca em acordo com o orientador.

Prof. Dr. Elis Dener Lima Alves
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Avaliador Interno

Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Prof. Dr. Divino José Lemes de Oliveira
Avaliador Externo
Universidade Estadual de Goiás

*Dedico este estudo a todos os estudantes que
ingressaram e ingressarão no Ensino Médio
Integrado do IF Goiano – Campus Iporá*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por conduzir a minha vida.

À minha família, pela força e compreensão, em especial aos meus filhos, Carlos Eduardo e Helena, minha mãe, Sueli, e ao meu amado companheiro, Marcelo Medeiros. Obrigada por estarem comigo em todos os momentos.

Ao professor e orientador Professor Doutor Elis Denner Lima Alves, pela paciência, compreensão, parceria e ensinamentos nesta jornada.

Aos professores integrantes das bancas de qualificação e defesa desta pesquisa, Professor Doutor Divino José Lemes de Oliveira (Zezinho) e Professor Doutor Marcos Moraes.

A todos os docentes do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept) do IF Goiano- Campus Ceres, pelo conhecimento compartilhado e a atenção dispensada.

A todos os meus colegas da turma 2021 do Mestrado Profept do IF Goiano – Campus Ceres que, mesmo distanciados pela pandemia provocada pela Covid-19, mostram seu companheirismo, parceria e incentivo. Em especial, à minha amiga Naiara Camargos. A caminhada foi mais leve graças a vocês.

Ao Instituto Federal Goiano - Campus Iporá e a todos os colegas desta instituição, que sempre me apoiaram e incentivaram neste desafio.

À minha eterna professora dos tempos de escola multisseriada, Nilda Alves, e, em especial, aos meus alicerces, Gumercindo Borges (Baiano) e Custódia Alves (Dona Fia).

A todos vocês, meu muito obrigada!

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais.

(PACHECO, 2015, p. 14)

RESUMO

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, criado pelo Governo Federal no fim de 2005, objetivou ampliar a presença da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo o território nacional. Esta política pública foi intensificada a partir de 2008 com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), dentre eles o Instituto Federal Goiano – Campus Iporá. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a área de abrangência dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá entre 2011 e 2020. Para isto, é feita neste estudo uma breve contextualização sobre a memória da EPT no Brasil; o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; a criação do IF Goiano e seu Campus de Iporá e, por fim, uma análise sobre a abrangência do Ensino Médio Integrado nos primeiros 10 anos de funcionamento do Campus. Desta forma, trata-se de uma pesquisa, com abordagem quantitativa, do tipo estudo de caso institucional. Para atender ao objetivo geral da pesquisa, utilizou-se de análise dos dados secundários, por meio da estatística descritiva e inferencial, baseado nas informações repassadas no ato das matrículas pelos ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, do Campus de Iporá. Os resultados demonstraram que o Ensino Médio Integrado apresentou, entre os anos de 2011 e 2020, área de abrangência em 24 municípios, dentro das microrregiões de Iporá (86,5%), Aragarças (9%) e Sudoeste de Goiás (3,4%) e as mesorregiões Centro, Noroeste e Sul goiano. A instituição contribuiu com o acesso de 1.089 estudantes em quatro cursos ofertados dentro de três eixos tecnológicos, sendo que 77% deles residiam na cidade de Iporá e 22% em outros municípios. Os ingressantes são majoritariamente do sexo feminino (54,2%), residentes na zona urbana (96,1%) e no município de Iporá (77%), oriundos de escola pública (75,6%), de cor parda (54%) e sua origem social advém de famílias com renda entre 0,5 e 1 salário mínimo per capita (32,9%). Constatou-se que o Campus Iporá tem atendido a sua região no que diz respeito à democratização do acesso à educação profissional pública de qualidade ofertada por meio do Ensino Médio Integrado. No entanto, a pesquisa revelou que a distância do município de origem do estudante, em relação ao município sede do Campus Iporá, influenciou diretamente no número de ingressantes, com destaque para estudantes oriundos de escolas públicas, sobretudo do sexo feminino. Desta forma a ampliação desse atendimento depende do fortalecimento das políticas públicas de assistência estudantil do campus, em especial as relacionadas a mobilidade, alimentação e moradia.

Palavras-Chave: Expansão. Políticas Públicas. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The Expansion Plan for the Federal Professional Education Network, created by the Federal Government at the end of 2005, aimed to expand the presence of Professional and Technological Education (PTE) throughout the national territory. This public policy was intensified from 2008 onwards with the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (FIs), including the Goiano Federal Institute – Campus Iporá. Thus, the general goal of this work was to analyze the area covered by the integrated technical courses at the Goiano Federal Institute - Campus Iporá between 2011 and 2020. To this end, this study provides a brief contextualization of the memory of PTE in Brazil; the Expansion Plan for the Federal Professional Education Network; the creation of Goiano FI and its Iporá Campus and, finally, an analysis of the scope of Integrated High School in the first 10 years of operation of the Campus. Therefore, it is a research, with a quantitative approach, of the institutional case study type. To meet the general objective of the research, secondary data analysis was used, using descriptive and inferential statistics, based on the information passed on at the time of enrollment by those entering technical courses integrated into High School, at the Iporá Campus. The results demonstrated that Integrated High School had, between 2011 and 2020, a coverage area in 24 municipalities, within the micro-regions of Iporá (86.5%), Aragarças (9%) and Southwest of Goiás (3.4 %) and the Center, Northwest and South mesoregions of Goiás. The institution contributed to the access of 1,089 students to four courses offered within three technological axes, with 77% of them residing in the city of Iporá and 22% in other municipalities. The entrants are mostly female (54.2%), resident in the urban area (96.1%) and in the municipality of Iporá (77%), from public schools (75.6%), mixed race (54 %) and their social origin comes from families with income between 0.5 and 1 minimum wage per capita (32.9%). It was found that Campus Iporá has served its region with regard to the democratization of access to quality public professional education offered through integrated secondary education. However, the research revealed that the distance between the student's city of origin and the city where Campus Iporá is located directly influenced the number of entrants, particularly students from public schools, especially females. Therefore, the expansion of this service depends on the strengthening of public student assistance policies on campus, especially those related to mobility, food and housing.

Keywords: Expansion. Public policy. Regional development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupos de internos nos Patronatos Agrícolas no início dos anos 1930.....	25
Figura 2 - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2005.	31
Figura 3 - Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 2019..	34
Figura 4 - Localização das unidades do Instituto Federal Goiano (2023).....	40
Figura 5 - Região Oeste Goiano (Eixo GO-060).....	44
Figura 6 - Delimitação de área de abrangência da UNED Iporá.	47
Figura 7 - Fotografia audiências públicas para instalação UNED Iporá.	49
Figura 8 - Fotografia de visita à comunidade rural, para apresentação da UNED Iporá.....	50
Figura 9 - Obras de construção da sede administrativa da UNED Iporá.....	51
Figura 10 - Aula inaugural IF Goiano - Campus Iporá Iporá (2010).	53
Figura 11 - Técnico em Informática integrado Ensino Médio 2011.	54
Figura 12 - Docentes em trabalhos administrativos 2010.	54
Figura 13A - Vista aérea da sede Administrativa.....	54
Figura 13B – Vista aérea entrada da Fazenda escola.....	57
Figura 14 – Tipo de escola do Ensino Fundamental, por curso.	66
Figura 15 – Renda familiar <i>per capita</i>	68
Figura 16 – Situação da matrícula.	70
Figura 17 - Dados Cor/Raça dos ingressantes.	72
Figura 18 – Cor/Raça por curso.....	74
Figura 19 – Dados Município de residência.....	76
Figura 20 - Município de residência por curso.....	77
Figura 21 - Matrículas de estudantes pertencentes à microrregião Iporá.	79
Figura 22 – Histórico da evolução das matrículas (local e regional).	81
Figura 23 - Área de abrangência do Ensino Médio Integrado do IF Goiano - Campus Iporá no período de 2011 a 2020.	82
Figura 24 – Cartilha Produto Educacional: capa da versão PDF.	94
Figura 25 – Cartilha Produto Educacional: Página 2 - Sumário.....	94
Figura 26 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 1.....	95
Figura 27 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 2.....	96
Figura 28 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 3.....	96
Figura 29 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 4.....	97
Figura 30 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 5.....	97

Figura 31 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 6.....	98
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades da RFEPCT nas mesorregiões de Goiás (2005/2023).....	40
Quadro 2 - Oferta de cursos do Campus Iporá (2023).	56
Quadro 3 - Histórico de oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (2011- 2020).	59
Quadro 4 - Variáveis informadas no ato da matrícula, utilizadas para a análise.....	60
Quadro 5 - Comentários dos participantes da avaliação do Produto Educacional.	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios parceiros no projeto de implantação UNED Iporá – 2007.....	47
Tabela 2 - Número de candidatos no processo seletivo para os cursos Técnicos (2010).....	52
Tabela 3 - Número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.....	63
Tabela 4 - Renda familiar <i>per capita</i> por curso.....	68
Tabela 5 - Situação da matrícula por curso.	70
Tabela 6 - Matrículas por zona residencial.....	74
Tabela 7 - Número de matrículas por município em cada curso.	77
Tabela 8 - Distância entre os municípios até o campus e outras informações.	80
Tabela 9 - Teste de Normalidade de Shapiro Wilk.	83
Tabela 10 - Correlação entre o Total de Matrículas e a Origem da Formação do Ensino Fundamental.	84
Tabela 11 – Correlação entre a origem da formação Escolar e o sexo do estudante ingressante.	85
Tabela 12 – Análise de Correlação entre o tipo de escola do ensino fundamental e a distância do endereço do estudante.....	85
Tabela 13 – Correlação entre Renda Familiar Per Capita e Sexo do estudante ingressante	86
Tabela 14 – Correlação entre Renda Familiar <i>Per Capita</i> com Distância do endereço do estudante e Número total de matrículas.....	87
Tabela 15 – Correlação variável cor/raça com distância do endereço do estudante, número de matrículas, Sexo, Tipo de escola do ensino fundamental e zona residencial	88
Tabela 16 – Correlação da variável sexo com número total de matrículas.	89
Tabela 17 – Correlação das dimensões Situação da matrícula com a distância do endereço de origem e o total de matrículas.....	90
Tabela 18 – Correlação concluintes com zona residencial e cor/raça	91
Tabela 19 – Correlação entre zona residencial e distância do endereço de origem com número total de matrículas, sexo e tipo de escola de ensino fundamental	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFOR	Centro de Referência em Ensino e Formação em Rede
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
EAFCE	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAI	Faculdade de Iporá
FAMI	Fundação de Apoio ao Menor Iporaense
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	Institutos Federais
IFET	Institutos Federais de Educação e Tecnologia
IFG	Instituto Federal de Goiás
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
IMB	Instituto Mauro Borges
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NEPI	Núcleo Estruturante da Política de Inovação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha

PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RFP	Renda Familiar Per Capita
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENETE	Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Tecnológica
TDIC	Tecnologia Digital de Informação e Comunicação
TEDS	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNIP	Universidade Paulista
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UTFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
1 INTRODUÇÃO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Breve histórico da Educação Profissional do Brasil	24
2.2 Institutos Federais de Educação: desenvolvimento regional e local	35
2.3 Origem do Instituto Federal Goiano	38
2.3.1 <i>A escolha de Iporá para receber uma escola técnica</i>	42
2.3.2 <i>Primeiras ações do Campus Iporá</i>	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1 Local da Pesquisa	56
3.2 Instrumentos de coleta de dados	58
3.3 População	58
3.4 Instrumentos de análise de dados	59
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
4.1 Estatística Descritiva	63
4.1.1 <i>Tipo de escola do Ensino Fundamental do Ingressante</i>	65
4.1.2 <i>Renda familiar per capita</i>	67
4.1.3 <i>Situação da matrícula</i>	69
4.1.4 <i>Cor/Raça</i>	71
4.1.5 <i>Sexo dos ingressantes</i>	73
4.1.6 <i>Zona residencial</i>	74
4.1.7 <i>Endereço informado pelo ingressante</i>	76
4.2 Estatística Inferencial	83
4.2.1 <i>Correlação com a origem da formação escolar</i>	84
4.2.2 <i>Correlação da Renda Familiar per capita</i>	86
4.2.3 <i>Correlação de Cor/ Raça</i>	88
4.2.4 <i>Correlação referente ao sexo Ingressantes</i>	89
4.2.5 <i>Correlações relacionadas a situação da matrícula (permanência e êxito)</i>	89
4.2.6 <i>Correlação relacionada a Zona residencial</i>	91
5 PRODUTO EDUCACIONAL	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	111

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL “CARTILHA DIGITAL INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ABRANGÊNCIA REGIONAL DOS 10 ANOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ”.....	146
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO	147
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	148
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	153

APRESENTAÇÃO

Não poderia começar esta escrita sem antes me apresentar. Eu me chamo Cristiane Borges dos Santos, tenho 42 anos, sou iporaense, mãe de dois filhos. Criada pelos meus avós maternos, morei na zona rural de Iporá até os 17 anos. Nessa mesma localidade, iniciei meus estudos em uma escola rural multisseriada, a qual frequentei do pré-escolar à primeira fase do ensino fundamental. Dei sequência aos anos finais do ensino fundamental na cidade, utilizando como transporte escolar as carrocerias de camionetes e caminhões, assim como os demais jovens do campo daquele tempo.

Sempre frequentei escola pública e ingressei quase de forma “automática” no segundo grau profissionalizante de nível médio de Técnico em Contabilidade, em 1995, curso em que a grande maioria dos jovens do campo concluíam o segundo grau. Nesse ano, tive meu primeiro contato com a educação profissional, embora de maneira aligeirada e restrita. Contudo, a vontade de cursar o ensino superior me motivou a me matricular, antes mesmo de concluir o curso técnico, no chamado 2º grau “científico”, pois já era sabido que, mesmo legalmente sendo permitido alcançar o ensino superior com o certificado de curso técnico, os ensinamentos deste não me dariam o preparo necessário para a aprovação em um exame vestibular.

Realizei o projeto do ensino superior, ingressando na primeira turma da Universidade Estadual de Goiás (UEG) de Iporá, no curso de licenciatura em Biologia. Porém, a educação só voltaria à minha vida, na forma de ambiente de trabalho, sete anos depois. Foi quando recebi, em 2008, com entusiasmo de moradora do oeste goiano, as primeiras notícias da chegada em Iporá de uma unidade de escola agrícola federal e a abertura de vagas para atuar nessa instituição por meio de concurso público.

E foi dessa forma que, em 2010, adentrei no mundo da educação profissional novamente, agora como servidora técnico-administrativa do Instituto Federal (IF) Goiano – Campus Iporá. A experiência profissional nesse local de trabalho, somada ao meu orgulho de ter acompanhado o nascimento, crescimento e consolidação do Campus Iporá como instituição de ensino público profissional reconhecida pela sua qualidade na região de Goiás, motivou em grande parte a escolha do tema para esta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), desde o ano de 2005, vem ampliando a oferta de educação profissional no Brasil. Por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, do Governo Federal, esta rede encontra-se difundida tanto em regiões urbanas quanto rurais, com abrangência de aproximadamente 80% das microrregiões brasileiras no ano de 2016 (BRASIL, 2016).

A RFEPCT, originária das Escolas de Aprendizes e Artífices, na época subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e hoje sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC), passou por várias etapas até chegar ao estágio atual. Partindo de uma perspectiva filantrópica, alcançou caráter de formação de mão de obra especializada para o desenvolvimento nacional (FAVERI; PETTERINI; BARBOSA, 2018). Em sua última importante transformação, foram criados, pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais (IFs).

A criação dos IFs, dentro desse plano de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, permitiu principalmente o avanço da EPT para o interior do país, com o objetivo de democratizar o seu acesso. O projeto buscou alcançar localidades nas quais havia um grande contingente de estudantes que não teriam condições de migrar para os grandes centros urbanos para ter acesso à educação profissional (BRASIL, 2005).

As ações empreendidas por este projeto decorreram de um amplo debate no âmbito da educação, fundamentando-se na premissa de que, ao estabelecer um Instituto Federal no interior, contribui-se para a descentralização das atividades econômicas, promovendo, simultaneamente, a geração de emprego, renda e uma melhor qualidade de vida nos municípios de médio e pequeno porte (SANTOS, D.; SANTOS, M., 2014). Desse modo, o aumento na oferta da educação profissional, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, ganhou caráter de política pública, voltada para as classes menos favorecidas e configura-se em importante estrutura para o efetivo alcance às conquistas científicas e tecnológicas.

De forma geral, a expansão da rede de educação profissional procurou a redução das iniquidades sociais e territoriais, ao buscar consolidar e democratizar o seu acesso para diminuir desigualdades de oportunidades entre os jovens; ofertar uma educação alinhada com as necessidades locais; e estimular a fixação e a permanência de profissionais qualificados no interior do país (BRASIL, 2016; FRIGOTTO, 2006; MOURA, 2007; PACHECO, 2011).

Atualmente, a RFEPCT engloba 22 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Federal do Paraná (UTFPR); dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Considerando os respectivos *campi* ligados a essas instituições, chega-se a um total de 680 unidades presentes nas 27 unidades federadas do país (BRASIL, 2023).

Dentre essas instituições, destacam-se os Institutos Federais, com sua autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, reconhecidas pela qualidade do ensino e pela diversidade de cursos ofertados. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), fruto da união dos CEFETs Rio Verde, Urutaí e de sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) Morrinhos, unidos à Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE) e à nova escola em Iporá, resultou numa instituição que atua no sentido de potencializar o que cada região alcançada oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 - 2023 do IF Goiano, a instituição tem como missão promover educação profissional de qualidade, visando à formação integral do cidadão para o desenvolvimento da sociedade. Para Ramos (2014), uma formação humana integral pressupõe a superação do indivíduo dividido historicamente pela separação social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. É com essa premissa que o IF Goiano oferece do ensino básico à pós-graduação, principalmente por meio de sua estrutura *multicampi*, com administração central exercida pela Reitoria em Goiânia e mais de 13 unidades espalhadas por municípios do interior do estado de Goiás, dentre eles Iporá.

Nesse sentido, a questão central desta pesquisa postulou analisar a área de abrangência dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá, a fim de discutir a seguinte problemática: "Qual foi o alcance regional do Ensino Médio Integrado do IF Goiano - Campus Iporá, entre os anos de 2011 e 2020?"

Embora completados 13 (treze) anos da presença no município de Iporá, considerado polo na região Oeste do estado, são escassos os registros sobre o contexto histórico e memorialístico da criação do Campus Iporá e sua área de atuação. Para tanto, foram feitas pesquisa no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que abrange repositórios institucionais como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e outros.

Desta forma, visando a colaborar na construção de espaços de memória sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e suas bases conceituais, procurou-se ainda como

objetivo específico: descrever sobre o processo de interiorização da EPT por meio da expansão da rede federal e da criação do IF Goiano - Campus Iporá. Investigou-se, de forma breve, o enfoque histórico-memorialístico de criação dessa unidade, destacando-se os instrumentos legais e a mobilização política e social que viabilizaram sua implantação.

Além disso, como desdobramentos, configura também como objetivos específicos desta pesquisa identificar as características dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados do campus; correlacionar variáveis sociais, econômicas e geográficas dos estudantes com o número de matrículas; e Elaborar uma cartilha, destinada aos gestores da instituição, destacando a abrangência dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Iporá e os aspectos sociodemográficos do ingressante na primeira década de funcionamento.

Os resultados do presente estudo poderão ser utilizados para conhecer e mapear o público de cada curso técnico integrado, de maneira que a instituição conheça o estudante desta modalidade e assim possa promover políticas e estratégias de melhorias para o seu atendimento. As informações poderão ser utilizadas para planejar ações relacionadas à política de mobilidade e à assistência estudantil, ao auxiliar nos mecanismos que garantam a permanência e o êxito destes estudantes. Por outro lado, acredita-se que com os resultados será possível estabelecer estratégias de divulgação do processo seletivo, garantindo maior acesso de estudantes de outras localidades, ampliando o raio de atendimento.

A pesquisa tem seu referencial teórico a seguir dividido em três partes, sendo um breve histórico da Educação Profissional no Brasil, em seguida discorre-se sobre a criação dos Institutos Federais e sua importância nos contextos local e regional. Na sequência versa-se sobre a memória de criação do Instituto Federal Goiano e por fim o texto aborda sobre os aspectos relacionados ao surgimento do Campus Iporá.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo discorre sobre os caminhos percorridos, avanços e retrocessos em quase um século desde os primeiros passos da Educação Profissional no Brasil até a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O rememorar das primeiras ações relativas à EPT no país deve ser embasado nos marcos do processo de surgimento e consolidação do ensino técnico industrial e agrícola, que hoje forma a RFEPCT.

Subsidia esta análise a revisão bibliográfica, pesquisa institucional e documental. Utiliza-se também do materialismo histórico, no qual a matéria é apropriada em seus pormenores, ao analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e a conexão que há entre elas (TURMENA; AZEVEDO, 2017). As bases do ensino público profissional no Brasil, amplamente discutidas dentro da relação educação-trabalho por autores como Gaudêncio Frigotto, Dante Moura, Acácia Kuenzer, Marise Ramos, Eliezer Pacheco e outros, sustentam em grande parte o referencial desta pesquisa.

2.1 Breve histórico da Educação Profissional do Brasil

A Rede Federal de Educação Profissional foi adquirindo sua forma ao longo dos anos. Algumas ações iniciais podem ser reconhecidas ainda no Império, com a criação dos Liceus de Artes e Ofícios dedicados ao ensino das chamadas artes menores (MANFREDI, 2002). Entretanto, somente em 1909, a educação profissional foi regulamentada, com a publicação do Decreto n. 7.566. O documento, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha (1909-1910), deu origem às primeiras 19 (dezenove) ‘Escolas de Aprendizes e Artífices’ nas capitais de cada um dos estados brasileiros, com exceção do Rio Grande do Sul, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL, 1909).

O objetivo desta Rede era atender aos chamados “desvalidos da sorte”, para que estes aprendessem um ofício, afastando-os, assim, dos riscos da ociosidade e tornando-os “cidadãos úteis à Nação” (MANFREDI, 2002). Desse modo, o público-alvo dessas instituições eram principalmente jovens e crianças órfãs, pobres, sem perspectivas de futuro profissional e que poderiam de alguma forma substituir a mão de obra escrava após “o fim” da escravidão no país.

No início do século XX, a educação profissional brasileira, seguia pensamentos europeus, que dividia a sociedade em duas classes sociais opostas, burgueses e trabalhadores, que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada (FRIGOTTO, 2006). Nesse contexto, na educação profissional, prevalecia ainda o modelo de transferência de

técnica do artesão para o aprendiz, com introdução de recursos tecnológicos, mesmo que de forma incipiente (IF GOIANO, 2008, p. 5).

Ao mesmo tempo, a classe política sofria pressão para promover ações buscando superar o “atraso em que se encontrava o país quando comparado com países europeus” (SOBRAL, 2015, p. 82). Neste cenário, foi publicado o Decreto n. 8.319/1910, que estabeleceu dessa vez a educação agrícola no Brasil, procurando o incremento da economia por meio do domínio e ensino da técnica aos trabalhadores rurais. Parte dessa nova configuração, e com o mesmo caráter assistencialista, estavam as Escolas de Aprendizes Agrícolas e os Patronatos Agrícolas, voltados à oferta de aprendizado de técnicas ligadas ao trabalho agropecuário (NERY, 2009).

Os Patronatos Agrícolas, subordinados ao Ministério da Agricultura, funcionaram até o ano de 1934, e dedicavam grande atenção à regeneração das crianças, tendo por arcabouço um rigoroso código disciplinar. Sua característica corretiva pode ser observada, conforme Nery (2009), na própria redação do decreto de sua criação e nas imagens registradas daquela época (Figura 1):

Art. 1º [...] são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio (BRASIL, 1918, n.p., mantida a grafia original).

Figura 1 - Grupos de internos nos Patronatos Agrícolas no início dos anos 1930.



Fonte: Acervo Histórico Municipal João Spadari Adami - Caxias do Sul-RS. Disponível em: <https://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/>.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, na década de 1930, esta nova pasta incorporou as Escolas de Aprendizes e Artífices, que, anos mais tarde, foram transformadas nos Liceus Industriais e nas Escolas Técnicas e Agrícolas, entre elas a primeira escola agrotécnica federal de Goiás, hoje Campus Urutaí, do Instituto Federal Goiano

(MENDES, 2019). Já os Patronatos Agrícolas resultaram em extinção devido à falta de investimento e valorização, mas, principalmente, pelas críticas a sua pouca atenção ao ensino e grande dedicação à correção e moralização dos internos (NERY, 2009).

Mendes (2019) destaca que algumas disposições e condutas do ensino profissional agrícola daquela época foram mantidas e podem ser reconhecidas no histórico das práticas pedagógicas e organizacionais das instituições desse campo de educação. Exemplo dessas práticas eram a participação dos estudantes nos serviços de fazenda, os cursos práticos abreviados para adultos, o regime de internato e a organização das instalações agrícolas (MENDES, 2019).

Percebe-se que a EPT nasceu no Brasil numa articulação entre o ensino e as necessidades do mercado, tanto na indústria como na agricultura. Para Moura (2007), além do caráter assistencialista, havia sobretudo um caráter elitista e de reprodução da estrutura social, ao buscar resolver principalmente problemas de mendicância e marginalidade nas cidades, conforme o texto legal, mantida a grafia original a seguir:

Considerando: Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; (BRASIL, 1909, on-line, n.p, mantida a grafia original).

Com o advento do processo de industrialização na economia brasileira, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade passou por várias transformações em seus sistemas educacionais, culturais e econômicos, como a transição de um “modelo econômico agrário-exportador para um modelo nacional-desenvolvimentista”, por meio de um regime de substituição de importações. Presenciou-se uma crescente demanda por mão de obra qualificada para a indústria – em especial, “a automobilística e a petroquímica” (FAVERI; PETTERINI; BARBOSA, 2018, p. 128).

O surgimento da modernização das relações de produção na sociedade exigiu posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes com relação à educação. Como resposta, foram promulgados diversos Decretos–Leis para normatizar a estruturação da educação, que ficaram conhecidos como Reforma Capanema, que, entre outros desdobramentos para a educação profissional, permitiu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, dando início ao chamado Sistema “S” (MOURA, 2007).

Embora surgissem novos modelos econômicos, a preparação de trabalhadores para as

demandas de industrialização, sem a devida preocupação com o desenvolvimento integral do ser humano, mantinha-se (MENDES, 2019). Assim foi no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando a relação entre Estado e economia foi aprofundada, priorizando investimentos nos setores de transporte, energia e, principalmente, na indústria de base. Dessa forma, em 1959, orientadas para as metas socioeconômicas, as Escolas Técnicas foram então transformadas em autarquias. A partir de 1978, “devido ao seu crescimento e evolução”, três delas se transformaram pela Lei n. 6.545, em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os Cefets”, nos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro (OTRANTO, 2010, p. 2).

Nesse período, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 4.024/61, já havia permitido que os concluintes de cursos de educação profissional pudessem continuar estudos no ensino superior no âmbito de sua formação técnica. Porém, é relevante lembrar que os exames de acesso ao nível superior cobravam conhecimentos gerais, das letras, das ciências e das humanidades; estes ofertados sobretudo na educação propedêutica, que tem como característica principal preparar para o desdobramento posterior dos estudos, sendo oferecida especialmente na rede privada aos filhos da classe dirigente, e não nos cursos de 2º grau profissionalizantes da época, reforçando a dualidade educacional (MOURA, 2007).

Outro aspecto excludente para o prosseguimento no ensino da classe trabalhadora, até a segunda metade do século XX, era o reduzido número de vagas no ensino superior, principalmente nas universidades públicas. A maioria das instituições existentes estavam localizadas nos grandes centros, nas capitais, o que também dificultava muito o acesso ao ensino superior pelas camadas mais populares e interioranas.

Dentro desse contexto, as décadas seguintes caracterizam-se, em relação ao ensino profissional, pelo prolongamento da dicotomia entre educação propedêutica para a elite futura dirigente da sociedade e a educação técnica para os que vivem do trabalho. A política neoliberal adotada em especial no período do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), articulada aos interesses do capital, continuou a destinar à classe dominante a educação ampliada e de qualidade (RAMOS, 2014). Pacheco (2011, p. 11) recorda que, nesse período, a rede de educação profissional, que passou a ser subordinada à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), resistiu a pesadas investidas, especialmente durante a esmagadora hegemonia neoliberal, que tentou descaracterizá-la e até extingui-la, com base nas ideais de “Estado mínimo”.

É nessa década que foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Ceres-GO, inaugurada no ano de 1993, e que hoje se faz campus do Instituto Federal Goiano. Nesse mesmo ano, o

Ginásio Agrícola de Rio Verde, dentro do Ministério da Agricultura, passa a ser a autarquia denominada Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, subordinada ao Ministério da Educação e hoje Campus Rio Verde do IF Goiano. Ambas as unidades educacionais nascem no momento de discussões para a definitiva separação da educação profissional da propedêutica, efetivada 4 (quatro) anos mais tarde pelo Decreto n. 2.208, que regulamentou a nova LDB n. 9.394/96, e inibiu a integração da educação profissional e da educação básica.

Conforme mencionado na abertura deste capítulo, intencionou-se no texto até aqui recordar alguns marcos relacionados à educação profissional e tecnológica do Brasil no século XX. No itinerário do ensino técnico e tecnológico brasileiro, essa modalidade sofreu inúmeras intervenções e projetos, à revelia de políticas de governos vigentes. Dentro desses, devido à proposta de levantamento de um breve histórico, alguns momentos não menos importantes, não foram detalhados, como os períodos do governo militar, e sua ideologia de capital humano¹ (conjuntura de 1960 a 1980), o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), em 1996, e o Programa de Expansão da Educação Profissional – (PROEP), de 1997 (FRIGOTTO, 2007).

No entanto, a partir do ano de 2003, sob o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a relação trabalho-educação volta à pauta, e surgem as primeiras ações da última grande alteração da rede EPT. A sua gênese partiu de esforços concentrados no campo político e educacional, pela insatisfação com os rumos da educação profissional no país. Primeiramente, era necessário garantir a revogação do Decreto n. 2.208/97, que regulamentava a nova LDB n. 9.394/96 e deixava clara a separação entre educação profissional e educação propedêutica. Para Frigotto (2006, p. 16), o Decreto n. 2.208 repetia e aprofundava o dualismo e o legado do “economicismo e do tecnicismo cujo escopo é o de formar cidadãos produtivos subservientes ao mercado”.

Diante dessa realidade, muito se discutiu no campo político-educacional para a derrubada desse Decreto, na busca por um Ensino Médio profissional que ofertasse educação de forma integral e emancipadora do sujeito, e não apenas de forma técnica em um processo específico (KUENZER, 2006). Vários atores progressistas, “principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores do domínio da educação e trabalho”, articularam-se para propor mudanças nos rumos da educação profissional (MOURA, 2007).

A realização em 2003 do “Seminário Nacional do Ensino Médio: Construção Política”

¹ A 'teoria do capital humano' foi incorporada na teoria econômica moderna por Jacob Mincer e popularizada por Schultz e Becker nas décadas de 1950 e 1960. A ideia fundamental da teoria é que o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital: capital humano (MOTTA, 2008, p.3)

e do “Seminário de Educação Profissional – Concepções, Experiências, Problemas e Propostas” propiciou importantes momentos de discussões sobre a EPT e para o Ensino Médio. As discussões geradas nesses eventos embasariam novas propostas de políticas públicas a partir de então (MALDANER, 2016).

Ambos os seminários, promovidos pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC), reuniram instituições de diferentes esferas educacionais e pesquisadores. No fim, elaborou-se um documento-base denominado “Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, apresentando a EPT como essencial dentro do projeto de desenvolvimento do país (MALDANER, 2016). Nesse primeiro momento, ficaram sinalizadas ações para a edificação de uma política coordenada estrategicamente para o desenvolvimento econômico, sem negligenciar a realidade de grande parte da população brasileira “marginalizada da escola, do progresso econômico-social e dos benefícios auferidos pelas conquistas tecnológicas” (BRASIL, 2004, p. 66).

O projeto foi visto como expectativa de enfrentamento à estruturação dicotômica educacional, resgatando a discussão de politecnia, relacionada à educação unitária e omnilateral², destinada à superação da divisão entre cultura geral e técnica, e voltada para “o domínio dos diferentes conhecimentos científicos que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 42). Moura (2007) confirma o sentimento de entusiasmo que contagiou as discussões sobre educação profissional emancipatória nesse período.

A formação de um cidadão para o mundo do trabalho difere da formação de um trabalhador produtivo, em que se busca o desenvolvimento das ‘competências’ exigidas unilateralmente para o mercado (FRIGOTTO, 2007, p. 3). Esta é destinada à majoritária parcela da população que, desde cedo, precisa se preocupar em ocupar o mercado profissional, enquanto aquela está muito mais alinhada com uma educação ampla e omnilateral, direcionada para um ensino crítico e reflexivo, remontando ao pensamento de escola ‘desinteressada’ de Gramsci³ (1871-1937) (NOSELLA; AZEVEDO, 2012). É nesse horizonte de rompimento com a dicotomia educacional e a implantação de uma escola unitária que a EPT voltava a ser

2 Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 265).

3 Antonio Gramsci, italiano da Sardenha, foi um pensador do século XX, fundador do Partido Comunista Italiano. Gramsci acreditava que o mundo poderia ser transformado e a educação e a cultura poderiam ser causa e efeito dessa mudança, enquanto espaços de formação, informação, reflexão e construção do consenso na sociedade. Via a escolarização como um meio de formação “massiva” de quadros dirigentes e de cidadãos em geral (NOSELLA; AZEVEDO, 2012, p. 25).

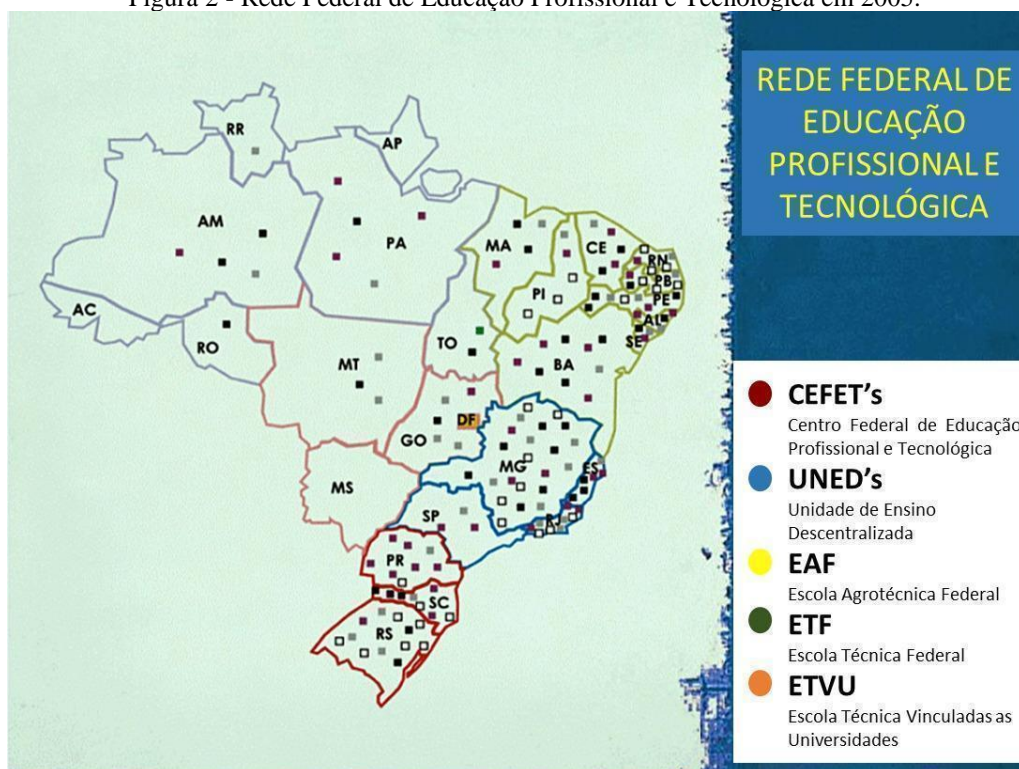
vislumbrada para o país.

Entretanto, a implantação de um sistema de educação profissional ampla e integral passava prioritariamente pela necessária reformulação de alguns instrumentos legais, dentre eles, a impossibilidade de oferta do Ensino Médio Integrado e a proibição da criação de novas unidades federais de ensino profissional. Após vencidos os entraves legais, a publicação da Lei n. 11.195/2005 propiciou o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede EPT. O projeto de ampliação da rede propôs a construção de 38 novas escolas Técnicas, Agrotécnicas e UNEDs, com a intenção de melhorar a distribuição espacial e cobertura dessas instituições ao levar a educação profissional para o interior do país e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população (BRASIL, 2005).

Priorizou-se a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições. Estados como Acre, Amapá e Mato Grosso do Sul foram listados num total de 23 que receberam pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica. O estado de Goiás foi relacionado com a implantação da UNED de Inhumas, ligada ao então CEFET Goiânia, e a criação e estruturação do quadro de pessoal da UNED de Morrinhos, então vinculada ao CEFET de Urutaí (BRASIL, 2005).

As regiões mais distantes dos grandes centros formadores, em estados fora das regiões Sudeste e Sul, foram privilegiadas no projeto, bem como as periferias dos grandes centros urbanos. Destarte, a preocupação com a redução das desigualdades regionais e com a carência de profissionais qualificados em vários postos de trabalho ociosos somou-se à estratégia de oferecer uma rede de formação profissional com a melhor cobertura geográfica possível (Figura 2) (BRASIL, 2005).

Figura 2 - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2005.



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal> (adaptado).

A partir do ano de 2007, iniciou-se a segunda fase da ampliação da Rede, utilizando o slogan “uma escola técnica em cada cidade polo do país” (BRASIL, 2007a). O projeto anunciou o vínculo da oferta de formação profissional às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável das principais mesorregiões definidas. As novas unidades de ensino foram listadas pela Chamada Pública MEC/SETEC n. 001/2007, seguindo os critérios abaixo:

- a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;
- e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- f) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- g) identificação de potenciais parcerias (BRASIL, 2007a, p. 2).

Os critérios citados expõem uma política adotada pelo governo em três dimensões, social, de desenvolvimento e geográfica. A dimensão social objetivou a universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania (áreas de concentração populacional com pouco acesso aos bens mais necessários); o atendimento aos municípios populosos e com baixa receita *per capita*, integrantes do G100 (grupo das 100 cidades brasileiras com receita *per capita*

inferior a R\$ 1 mil e com mais de 80 mil habitantes) e os municípios com percentual elevado de extrema pobreza.

A dimensão do desenvolvimento visou a atender os municípios com Arranjos Produtivos Locais (APLs) identificados. E, por fim, a dimensão geográfica projetou a interiorização da oferta; a universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras e o atendimento aos municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais (CEHELLA, 2018). A interiorização da oferta de EPT é considerada por Maldaner (2016) característica principal do plano de expansão, ao viabilizar a inclusão de milhares de brasileiros marginalizados pela sociedade, “seja no que tange à escolaridade, seja na perspectiva do trabalho” (MALDANER, 2016, p. 88).

Aos municípios listados na Chamada caberia o envio de proposta de parceria informando como contrapartida obrigatória a doação, à União ou à Instituição Federal por ela indicada, de área física destinada à implantação da unidade. Os resultados gerariam um ranking com as pontuações atribuídas a cada município, estabelecendo a ordem segundo a qual as novas unidades seriam implantadas (BRASIL, 2007a). Nessa proposta, a cidade de Iporá é mencionada como possível sede de uma UNED ligada ao então CEFET Rio Verde, localizado a 180 km.

Ainda no mesmo ano, foi lançada a Chamada Pública MEC/SETEC n. 002, que, aproveitando o processo em andamento de instalação das novas UNEDs, transformou-as em instituições independentes. Buscava-se agora a constituição de um inédito tipo de instituição – os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicialmente chamados IFETs. Os novos institutos seriam constituídos mediante transformação de CEFET e suas UNEDs, de Escolas Técnicas ou de Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais.

Para Mendes (2019), devido à reunião de instituições distintas, a pluralidade identitária foi o marco na criação dos Institutos Federais, apesar de esforços no sentido de unificar ao máximo as diferentes autarquias de um mesmo estado a partir das identidades socioeconômicas de uma dada região, mantendo sua delimitação em área territorial contínua. Assim, onde havia autarquias com tradições institucionais muito diferenciadas, como as escolas técnicas industriais e as de enfoque agrícola, tal unificação tornou-se bastante complexa. Assim foi em Goiás, que receberia dois institutos.

Otranto (2010) relata que cada grupo de instituições profissionais envolvidas reagiu de forma diferente à proposta governamental de mudança. As Escolas Técnicas Federais, que almejavam a transformação em CEFETs, olharam com desconfiança para a proposta de agregação a outras instituições. No entanto, a maioria dos CEFETs não manifestou resistência

à proposta de mudança, mesmo com a “clara” intenção que a grande maioria deles tinha de serem transformados em Universidade Tecnológica (OTRANTO, 2010, p. 7).

Atendendo à Chamada Pública n. 002/2007, foi encaminhado em março de 2008 o projeto institucional de criação do denominado IFET Agroindustrial de Goiás, mediante integração da Escola Agrotécnica Federal de Ceres e dos CEFETs de Urutaí-GO e sua UNED Morrinhos e de Rio Verde e sua futura UNED Iporá, que passava por processo de implantação à época. Todo esse processo, de nível nacional, culminou com a sanção, em 29 de dezembro de 2008, da Lei n. 11.892, que instituiu a nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Com a nova lei, passaram a compor a Rede EPT, vinculada à SETEC, além dos Institutos Federais: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; os CEFETs Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II. Entretanto, dentre estes, destacam-se os novos IFs, criados com a finalidade de ofertar educação profissional em “todos os seus níveis e modalidades, qualificando cidadãos para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008).

Dessa forma, as novas e inéditas instituições assumiram um compromisso de atuação no contexto de desenvolvimento regional em que se inseriram. Sua estrutura pedagógica inovadora, com oferta verticalizada passando pelo ensino de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), nível superior (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) e de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). No entanto, a garantia de no mínimo 50% de suas vagas destinadas para os cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada, deixa nítida a prevalência que deve ser dada a essa modalidade (BRASIL, 2008).

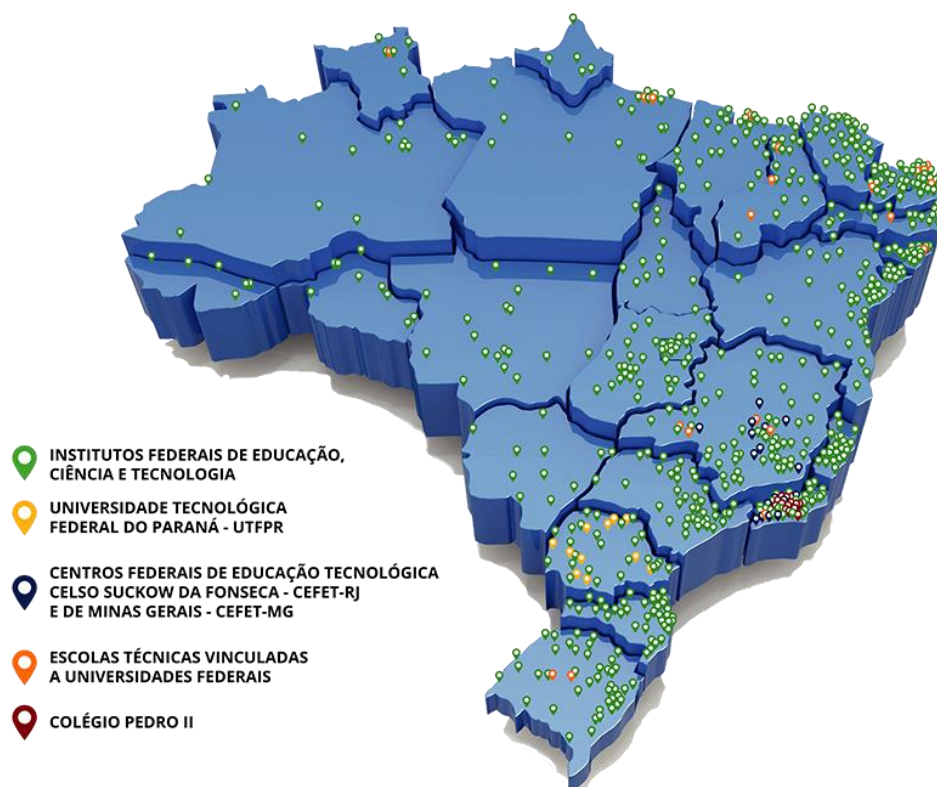
Ao dar predileção ao Ensino Médio Integrado, modalidade eleita para esta pesquisa, os institutos apostam na aliança da educação básica com a profissional de forma pública, universal e tecnológica. Para Frigotto (2007, p. 1136), os projetos societários jamais se preocuparam em ‘preparar a classe trabalhadora para o trabalho complexo que é o que agrega valor e efetiva competição intercapitalista’. Dessa forma, o projeto do Ensino Médio Integrado centrado na proposta de educação politécnica e unitária é vista como enfrentamento ao projeto hegemônico que nunca a viu como necessidade, mas como algo a ser contido pela classe dominante brasileira (FRIGOTTO, 2007).

Outras formas de oferta do Ensino Médio pelos institutos são a concomitante e a subsequente, sendo que, na primeira, o discente precisa estar matriculado no Ensino Médio,

podendo ser na mesma ou em outra instituição, enquanto, na segunda modalidade, o discente deve ter concluído o Ensino Médio para obter uma formação profissional de nível técnico. Além da habilitação profissional técnica, o nível médio pode ser ofertado ainda em cursos de qualificação e especialização técnica.

Retomando o contexto histórico, no ano de 2011, o projeto de expansão da EPT entrou em uma terceira fase, na qual se estabeleceu uma meta de criação de mais 208 escolas até o ano de 2014. A nova etapa manteve o propósito de procura pela superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população (BRASIL, 2016). Assim, a rede EPT passou de 144 instituições em 19 municípios, em 2003, para 680 instituições distribuídas entre todos os estados brasileiros (Figura 3).

Figura 3 - Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 2019.



Fonte: Ministério da Educação - BRASIL (2023). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal>.

Apesar da garantia dos meios legais e estruturais, com os recursos humanos e materiais, para o funcionamento dessas novas instituições, a cultura de educação humanística e integral, para que seja efetivada de forma contra-hegemônica, necessita de gradativas mudanças ideológicas. Mendes (2019) entende que a estrutura do ensino profissional carrega majoritariamente os traços da educação interessada e alinhada à cultura de desempenho, que

reproduz a estrutura social vigente focada na empregabilidade.

Entretanto, embora essa macropolítica educacional ainda apresente atualmente lacunas e desafios, tanto no plano de institucionalidade quanto no plano pedagógico, as vantagens sobressaem. Para Costa (2011), especialmente a intensificação da interiorização da EPT ressignificou de certa forma a histórica dualidade que estrutura a educação nacional, principalmente na igualdade de oportunidades. Frigotto (2018) reforça o mesmo pensamento ao afirmar que a interiorização da EPT se configurou como um marco que alterou o mapa da educação federal pública no Brasil, principalmente no que diz respeito à democratização do seu acesso.

A oportunidade de milhares de jovens terem acesso aos IFs, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, num país que sempre se negou à maioria, aos filhos dos trabalhadores, o direito à educação básica de nível médio, é em si um ganho extraordinário (FRIGOTTO, 2018, p. 14).

Assim, o movimento de expansão da rede, além da retomada da ampliação da oferta desta modalidade, representou um retorno do reconhecimento da importância da inserção da EPT nas políticas públicas educacionais do país. Arruda (2010) afirma que muitas dessas políticas trazem consigo o entendimento de que o alto grau de desenvolvimento alcançado por países desenvolvidos se deu a partir de investimentos no conhecimento e na utilização de tecnologias modernas

Para a consolidação desse projeto, é indispensável o conhecimento de seus referenciais e os principais conceitos relacionados com a temática trabalho e educação. É importante também que haja a compreensão da natureza e da Proposta Político-Pedagógica dos IFs que procura o estreitamento entre os diferentes níveis e modalidades, ao mesmo tempo que propõe atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social, objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão (PACHECO, 2020, p. 4).

Nos subcapítulos a seguir, pretendeu-se adentrar em alguns pontos importantes do projeto de criação dos Institutos Federais. Procurou-se levantar algumas características dos IFs, sua estrutura e finalidades, bem como a sua relação com a comunidade externa e o seu tripé ensino, pesquisa e extensão. Finalizando o capítulo, serão apresentados pontos sobre a composição e origem do IF Goiano e a criação e primeiras ações do Campus Iporá.

2.2 Institutos Federais de Educação: desenvolvimento regional e local

A presença dos IFs e seus impactos no território de sua implantação é ponto relevante

dentro do projeto de reordenamento da EPT. Pacheco (2015, p. 8) coloca como um dos principais objetivos dos IFs trabalhar de forma articulada com a “realidade socioeconômica e as necessidades do território onde está inserido (territorialidade)”. Para o autor, a definição do território de abrangência dos Institutos reafirma o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, na identificação de problemas e criação de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (PACHECO, 2011).

Dessa forma, a criação dos IFs se relaciona às políticas educacionais de governo voltadas à ampliação do efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas pela comunidade atendida, haja vista a finalidade legalmente instituída de ofertar educação profissional e tecnológica, com ênfase no desenvolvimento de acordo com suas peculiaridades regionais (BRASIL, 2008). A sua estrutura *multicampi* e seu leque de atuação baseado no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão promovem a ampliação e capilarização de suas ações em suas regiões (SILVA, 2014).

Além de se constituir em centro de excelência na oferta do ensino tecnológico e de ciências, os IFs objetivam ainda qualificar-se como centro de referência no apoio a esse tipo de oferta pelas instituições públicas de ensino, prestando serviço de capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes dessas redes (BRASIL, 2008). Portanto, a formação de professores assume também um local de destaque nas diretrizes institucionais ante o compromisso com o desenvolvimento local e regional.

A oferta de no mínimo 20% de vagas para cursos de licenciatura reflete a proposta curricular de atendimento do déficit entre a demanda e a oferta de cursos de formação de professores nas áreas das ciências da natureza. A capacitação de profissionais devidamente habilitados atuando na educação básica, principalmente nas disciplinas de Química, Biologia e Matemática, apresentou-se como uma das prioridades a ser atendida pelo governo. A formação de professores para atuar especialmente na educação profissional, o que poucos fazem, também integra os objetivos de formação docente (BRASIL, 2008).

Sobre a demanda de professores na educação básica, os dados do relatório “Escassez de Professores no Ensino Médio: Soluções Estruturais e Emergenciais - 2007”, do Conselho Nacional de Educação (CNE), confirmou essa carência ao estimar a demanda de cerca de 235 mil professores para o Ensino Médio, apenas no campo das ciências da natureza no Brasil. Necessitava-se naquele ano, por exemplo, de 55 mil professores para a disciplina de Física; e, no entanto, entre 1990 e 2001, só saíram dos bancos universitários pouco mais de 7 mil professores nessa área no país (BRASIL, 2007).

Além do aumento de professores, Arruda (2010) argumenta que a abertura de cursos de

licenciatura em instituições de educação profissional contribuiria para atingir a meta de universalização do Ensino Médio gratuito no Brasil. A meta 3, estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), também abarca a educação profissional ao comprometer-se no fomento da expansão das matrículas no Ensino Médio Integrado, “observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2014).

Dentro ainda das ações para redução na disparidade de desenvolvimento social entre as regiões brasileiras, estão a atuação para estímulo e realização da pesquisa aplicada. Turmena e Azevedo (2017, p. 1074) definem os princípios (científico e educativo) que embasam as atividades de pesquisa dentro dos IFs, como sendo o primeiro aquele que “se consolida na construção da ciência” e o segundo o que “diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade”. Para Pacheco (2011), a pesquisa como princípio científico e educativo é entendida ainda como essencial para a construção da autonomia crítica do indivíduo e o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade.

Com o foco ainda na sua atuação de desenvolvimento, os Institutos Federais devem dedicar-se a conhecer a região em que estão inseridos para melhor responder aos anseios dessa comunidade. Ao identificar as demandas por formação profissional, por exemplo, as instituições colaboram respondendo de forma ágil e eficaz, disseminando conhecimentos científicos e tecnológicos e o apoio aos arranjos produtivos locais. A comunicação com a sociedade, o fomento à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo são ações a serem executadas por meio dos programas de extensão, terceiro esteio dos institutos (PACHECO, 2011).

Dessa forma, o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos pelo educando com a comunidade externa deve ser estimulado por meio de projetos de pesquisa e de extensão. A recente criação dos Polos de Inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii IF) e do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (NEPI), vinculados aos IFs, busca o desenvolvimento de inovações para a indústria nacional. Os polos de inovação são constituídos a partir de competências tecnológicas específicas de cada Instituto, com o objetivo de atender às demandas do setor produtivo por pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e à formação profissional para as atividades de PD&I na indústria. O desenvolvimento de ações de Pesquisa exerce importante função ao contribuir para o aumento da competitividade, da produtividade e da economia nacional (BRASIL, 2022).

Já as ações extensionistas são uma das principais formas da propagação de saberes ao extrapolar os muros da instituição e contribuir para a mudança social, respondendo às

necessidades mais prementes das comunidades. Na visão de Cechella (2018, p. 9), a pesquisa e a extensão têm a “capacidade de criar um sistema de comunicação múltiplo favorecendo a interação e a cooperação local, por meio da difusão e o intercâmbio de informações, conhecimentos e inovações”.

O inciso IV do art. 6º, seção II, da Lei n. 11.892/2008 afirma que os IFs têm por finalidade e característica “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. Não obstante, o desenvolvimento socioeconômico de uma região depende de uma complexa gama de fatores, a presença de uma instituição de ensino pode refletir na realidade de uma determinada localidade.

Para efetivação dessas mudanças, o diálogo frequente com os demais poderes públicos deve ser rotineiramente exercido. Neste sentido, os IFs constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional” (PACHECO, 2011). No entanto, é sempre importante ressaltar que, conforme também defende Pacheco (2011, p. 11), o objetivo central da rede federal “não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto”.

2.3 Origem do Instituto Federal Goiano

O Estado de Goiás, por sua economia diversificada, foi o único da região Centro-Oeste a receber dois institutos: o Instituto Federal de Goiás (IFG), vocacionado à área industrial, e o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), às ciências agrárias. Sua economia vem sendo marcada por uma crescente evolução do setor do agronegócio, além da indústria e do e setor de serviços, com um Produto Interno Bruto (PIB) atingindo 279,5 bilhões em 2022 (IMB, 2023).

Goiás tem uma população de aproximadamente 7 milhões de habitantes (BRASIL, 2023a), o que corresponde a cerca de 52,7% da região centro-oeste, e 3,4% da população do Brasil. O estado ocupa uma área de 340.243 km², sendo o 7º maior estado em extensão territorial no país, com 246 municípios, divididos em 18 microrregiões⁴, abrangendo um total de 5 mesorregiões⁵.

O Instituto Federal Goiano, assim como a maioria dos demais institutos, é fruto da união

4 Segundo o IBGE, microrregiões são compostas por municípios limítrofes que têm uma organização espacial parecida. Nestas divisões, são levadas em consideração similaridades econômicas também

5 Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que, por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Não constitui uma entidade política ou administrativa. É utilizada para fins estatísticos.

de instituições de educação profissional preexistentes. Os CEFETs de Rio Verde e Urutaí e a UNED de Morrinhos, que, para Mendes (2019), são genuínas herdeiras dos primeiros Aprendizados Agrícolas, somados à UNED de Iporá, que passava por processo de implantação à época, deram origem à instituição.

O acelerado processo de criação da nova autarquia trouxe inicialmente várias indagações quanto a seu tipo, forma e estrutura organizacional. O Relatório Anual de Gestão 2010 do IF Goiano, instrumento de prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle, justificou a falta de publicação do seu organograma naquele momento devido às dificuldades enfrentadas pela ‘falsa liberdade’ que lhe foi conferida, que lhe atribuiu a responsabilidade de definição de sua própria estrutura (IF GOIANO, 2011).

No entanto, o amadurecimento da institucionalização do projeto nacional dos IFs garantiu, a partir de 2013, a continuidade do processo de expansão do IF Goiano, com a criação dos *campi* de Campos Belos, Posse, Trindade e Cristalina. Além destes, o IF Goiano possui atualmente mais 3 (três) *campi* avançados, Catalão, Ipameri e Hidrolândia.

Em 2014, a instituição inaugurou um Polo de Inovação Tecnológico no município de Rio Verde, com o objetivo de estreitar as relações com a iniciativa privada por meio de pesquisas que respondam às demandas ligadas à agricultura (IF GOIANO, 2023). E, mais recentemente, entrou em funcionamento o Centro de Referência em Ensino e Formação em Rede (CEFOR), com o intuito de organizar as políticas de ensino e aprendizagem em rede, relacionadas com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Com a entrada em funcionamento destes, somados à Reitoria em Goiânia, totalizam-se 14 (quatorze) unidades do IF Goiano dentro do estado de Goiás (Figura 4).

Figura 4 - Localização das unidades do Instituto Federal Goiano (2023).



Fonte: Relatório Anual de Gestão - Exercício 2022 IF Goiano.

Até o ano de 2005, Goiás contava com apenas cinco instituições federais de ensino técnico (Quadro 1). A mesorregião Sul Goiano concentrava o maior número (60%), seguida pela Centro Goiano (40%). As mesorregiões Leste, Noroeste e Norte Goiano não sediavam escolas federais. Graças à ação de expansão da EPT, pode-se constatar o aumento significativo de unidades, chegando a 25 espalhadas em todas as mesorregiões do estado em 2023.

Quadro 1 - Unidades da RFEPCCT nas mesorregiões de Goiás (2005/2023).

Mesorregião	2005	Escolas	2023	Escolas
Centro	02	- CEFET Goiânia - EAFCE Ceres	09	IF Goiás – <i>campi</i> Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Inhumas e Senador Canedo. IF Goiano – <i>campi</i> Ceres, Hidrolândia, Iporá, Trindade.
Leste	00	-	06	IF Goiás – <i>campi</i> Águas Lindas, Formosa, Luziânia e Valparaíso. IF Goiano – <i>campi</i> Cristalina e Posse.
Noroeste	00	-	01	IF Goiás – Campus Cidade de Goiás.
Norte	00	-	02	IF Goiás – Campus Uruaçu, IF Goiano – Campus Campos Belos.
Sul	03	- CEFET Rio Verde - CEFET Urutaí - Uned Jataí	07	IF Goiás – <i>campi</i> Jataí e Uruaçu. IF Goiano – <i>campi</i> Catalão, Ipameri, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí.

Fonte: Elaboração própria.

O Instituto Federal de Goiás possui, em 2023, 14 unidades sediadas em todas as mesorregiões goianas, com instituições em cidades de grande porte como Goiânia, Anápolis e Itumbiara. Já o IF Goiano, também com 14 unidades, mas em sua maioria localizadas em cidades do interior, não conta com instituição instalada apenas na mesorregião Noroeste do estado, que, no entanto, é atendida por outras escolas presentes em mesorregiões vizinhas.

A amplificação das unidades de Educação Profissional permitiu às instituições novos desafios e perspectivas, em especial, numa organização de cunho universitário. As universidades, caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (BRASIL, 2022).

Bomfim (2017) diferencia os IFs das universidades pela verticalização, ou seja, a oportunidade de os docentes da EPT atuarem nos diferentes níveis, com o compartilhamento dos espaços pedagógicos, laboratórios e conhecimentos construídos. No entanto, para ele, "o caminho para este encontro entre a educação básica com o ensino superior deve ser construído de forma crítica, para que não se priorize uma em detrimento de outra" (BOMFIM, 2017, p. 112).

Assim como a capilaridade de instituições de formação profissional nas regiões interioranas, a verticalização do ensino permite ao estudante acesso aos diversos níveis de educação em sua própria região de forma a contribuir para o desenvolvimento regional. Dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) informam que o IF Goiano, no ano de 2020, alcançou um total de 21,3% no índice de verticalização, enquanto a média da Rede foi de 12,2%. Em 2022 o índice do IF Goiano atingiu 18,2%, enquanto a média da RPEPCT foi de 11,1% (BRASIL, 2023).

A verticalização no IF Goiano foi destaque no cenário nacional no ano de 2017. A Instituição, primeira da rede a ofertar curso de Doutorado no país, despontou ao conceder o título de doutor ao primeiro estudante da RFEPCCT no Brasil a concluir, em uma mesma instituição, os ensinamentos técnico, de graduação, mestrado e doutorado (IF GOIANO, 2017). Para Pacheco (2011), a organização pedagógica verticalizada dos IFs, além de permitir aos alunos vivenciar diferentes ambientes de aprendizagem, possibilita traçar seus próprios caminhos desde o curso de formação técnica até o doutorado.

No total, conforme dados do Relatório Anual de Gestão 2022 do IF Goiano, a instituição, em 2021, tinha 18.056 estudantes matriculados. Nesse mesmo ano, ofertou 89 cursos técnicos de nível médio, sendo 39 na forma integrada e 50 subsequente e concomitante.

No nível superior, foram ofertados 81 cursos de graduação, sendo 42 bacharelados, 19 licenciaturas e 13 tecnólogos (IF GOIANO, 2022).

2.3.1 A escolha de Iporá para receber uma escola técnica

Até o ano de criação do Projeto de Desenvolvimento Nacional no governo do Presidente Lula, ligado ao Plano Nacional de Educação, nem a microrregião de Iporá e nem mesmo a região Oeste de Goiás contavam com uma instituição pública federal de educação profissional. Somente em 2007, com o lançamento da Fase II do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, a região vislumbrou a presença de uma escola técnica da rede pública federal.

O município de Iporá é considerado polo no atendimento à população dos municípios circunvizinhos para serviços diversos nas áreas comercial, hospitalar e bancária. Nesse sentido, o Campus Iporá, desde sua implantação, busca responder às demandas por formação profissional e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para oferecer suporte aos arranjos produtivos não só de Iporá, mas de toda a sua microrregião, e da região Oeste Goiano, que ainda possui baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social, em relação ao restante do estado (IF GOIANO, 2018).

O município de Iporá, cuja área total é de 1.026,387 km², possui 35.684 habitantes e está 216 km distante da capital Goiânia (BRASIL, 2023a). O município possui, desde a sua criação, amplo alcance regional, caracterizado pelo seu entroncamento rodoviário entre a GO-060, GO-221, GO-320 e GO-174. Iporá, que dá nome a sua microrregião e apresentava em 2010 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,743, foi escolhida polo de desenvolvimento da Região Oeste Goiano - Eixo GO-060 (Figura 5) pelo Governo Estadual, com abrangência em 25 municípios (IFG, 2014).

Seu nome foi dado em 1943 quando ainda era distrito da Cidade de Goiás, e se chamava Itajubá. Em 1949, foi emancipado município. Sua origem vem da atividade garimpeira nos rios da região, sendo o principal deles o Rio Claro e depois o Rio Caiapó, que cortam a região e são afluentes diretos do Rio Araguaia (BARRETO, 2019). Possui atualmente como principal característica econômica a prestação de serviços à microrregião em que se localiza, sendo uma das principais fontes da sua economia. O PIB do município era de cerca de R\$ 753 mil reais em 2020, sendo que 71% do valor referia-se ao setor de serviços. Na sequência, aparecem as participações da indústria (11,3%), da agropecuária (8%) e Impostos (9,7%) (IMB, 2022).

Entretanto, a expressiva evolução do agronegócio goiano tem se refletido no município, com o aumento da área plantada no cultivo de grãos, principalmente milho e soja, chegando a

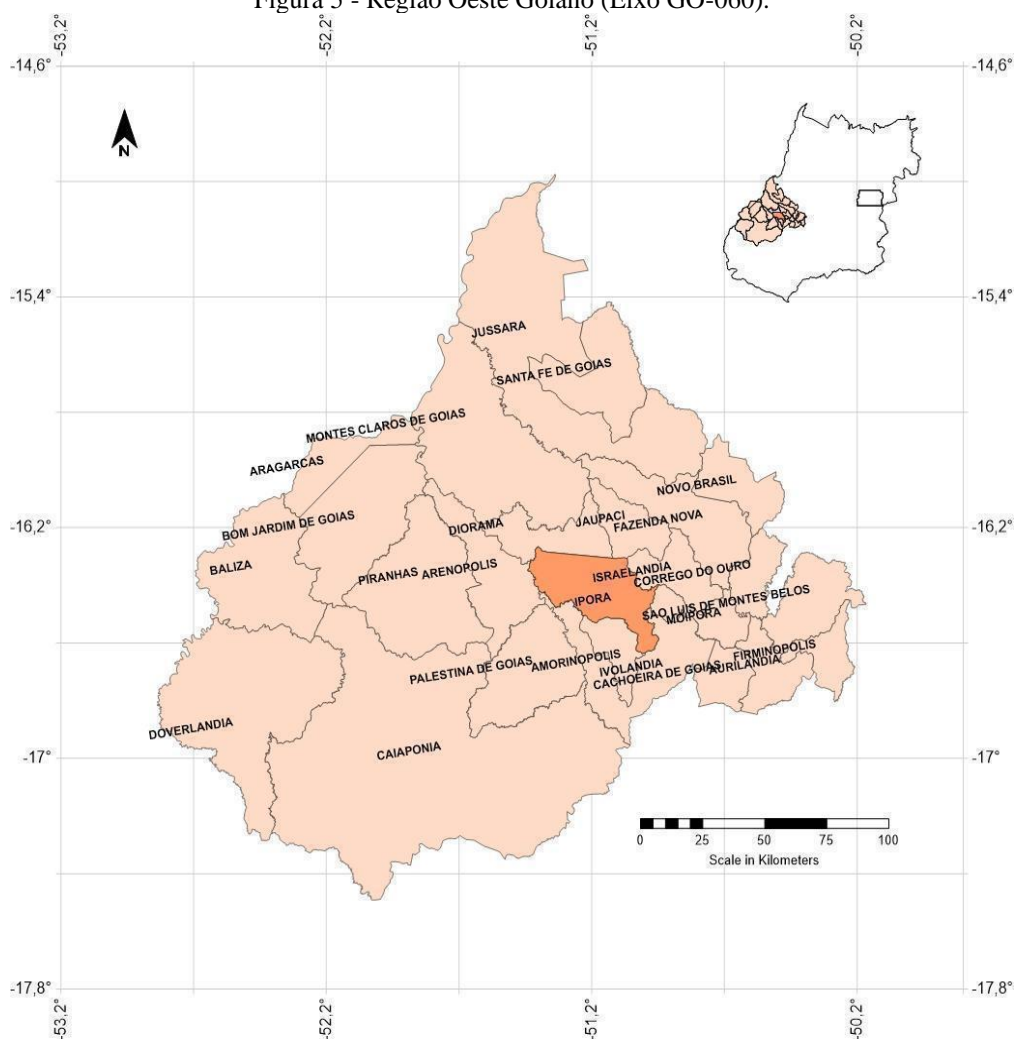
uma produção registrada de mais de 35 mil toneladas em 2020. Apesar disso, o PIB *per capita* do município em 2020 era de R\$ 23,9 mil, valor inferior à média do estado de Goiás naquele ano, que era de R\$ 31,5 mil (IMB, 2021).

No campo educacional, em especial o de nível médio, além da forma integrada ofertada pelo IF Goiano, a forma regular do Ensino Médio é também oferecida pelo estado e pela iniciativa privada. A rede estadual possui 5 instituições: Centro Educacional de Período Integral Osório, Centro Educacional de Jovens e Adultos Dom Bosco, Colégio Estadual Elias de Araújo Rocha, Colégio Estadual Edmo Teixeira e Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CPEMG) Ariston Gomes da Silva. Nas duas escolas particulares do município, o Ensino Médio é oferecido pelo Colégio Integração e pelo Colégio Exato.

A microrregião Iporá possui 7.074,21 km² e, aproximadamente, 61 mil habitantes (BRASIL, 2023a). Localizada na região oeste de Goiás e dentro da mesorregião Centro Goiano, a microrregião de Iporá abrange dez municípios: Amarinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá e Novo Brasil.

Mais da metade de sua população reside no município de Iporá (52,4%), que também era responsável por quase metade do PIB da sua microrregião em 2010 (45,8%) (IMB, 2018). A economia da microrregião Iporá registrou PIB, em 2009, de R\$ 499 milhões e era liderada pelo setor de serviços/comércio (56,2%), seguido pelo setor de agropecuária (27,6%), indústria (11,1%) e impostos (5,2%). A figura 5 apresenta a região do Oeste Goiano onde está inserida a microrregião Iporá.

Figura 5 - Região Oeste Goiano (Eixo GO-060).



Fonte: Elaboração própria.

A posição geográfica favorável do Campus Iporá o torna acessível e apto a atender estudantes de mais de 40 municípios. Dessa forma, os cursos ofertados pelo Campus buscam a abrangência em sua microrregião, como evidenciado na Figura 5, além de municípios adjacentes integrantes do Oeste goiano, beneficiados por uma malha rodoviária num raio de 200 km, como Aragarças, Arenópolis, Aruanã, Aurilândia, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Buriti de Goiás, Diorama, Doverlândia, Firminópolis, Itapirapuã, Ivollândia, Jussara, Matrinchã, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palestina, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia (IF GOIANO, 2018).

2.3.2 Primeiras ações do Campus Iporá

Estudos sobre a história da Educação Profissional são escassos se comparados aos da

educação propedêutica. O aprofundamento nas histórias das instituições que carregam esta modalidade se faz importante, buscando entender como ela se construiu, valorizando a relação entre trabalho e educação, para além da visão oficial e hegemônica. Candido e Jucá (2019, p. 225) ressaltam que “a rapidez e a dinamicidade com que os fatos ocorrem aceleram a história, e o passado vai cedendo lugar ao eterno presente”.

A constituição do Campus Iporá, assim como de muitas instituições criadas na dita “fase de expansão”, ainda detém poucos registros sobre o que ocorreu. Sabe-se que cada instituição carrega em seus protocolos de implantação os contextos políticos e sociais de sua época. Dessa forma, o estudo das recordações evita que se percam com o tempo informações preciosas sobre a construção histórica de uma instituição, resgatando a escola como um lugar de memória (RAMOS, 2014).

A materialização do Campus Iporá se iniciou com a articulação de atores políticos do legislativo municipal com a gestão do então CEFET-RV, com a proposta de viabilização de uma UNED do referido CEFET no município. Todo o processo de articulação, que posteriormente abarcou outros membros do poder público e da sociedade civil organizada, pode demonstrar a expectativa gerada na região pela instalação de uma escola técnica federal. A possibilidade de implantação foi recebida com entusiasmo pela comunidade, sendo propagada por diversos meios de comunicação locais da época, entre eles o jornal *online* Oeste Goiano, Rádios Rio Claro AM, Nova Onda FM, entre outros.

Em 2008, ano do lançamento da segunda fase do plano de expansão da EPT, Iporá contava com a oferta de educação profissional apenas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com cursos pagos na área de serviços, tecnologia e saúde. Porém, no histórico do ensino técnico do município, esta modalidade já foi ofertada por longo período, em nível do chamado 2º grau pelo Colégio Estadual Elias de Araújo Rocha com os Cursos de Técnico em Contabilidade (1971 a 2004) e Técnico em Magistério (1971 a 1999) e também pelo Colégio Estadual Mestre Osório Raimundo de Lima, que hoje tem o nome de Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) Osório e que ofertava o curso de Técnico em Enfermagem (1987-2001) (BARRETO, 2019).

No nível de Ensino Superior, a cidade tinha como instituição de ensino público apenas a UEG, que oferecia cursos de licenciatura nas áreas de Letras, Matemática, Geografia, História e Ciências Biológicas, sendo as demais instituições particulares, como a Faculdade de Iporá (FAI), a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), sendo que as duas últimas ofereciam apenas cursos na modalidade a distância (EaD) (BARRETO, 2019).

Muitos estudantes do município necessitavam se deslocar diariamente para cidades vizinhas como Caiapônia e São Luís de Montes Belos, distantes cada cerca de 100 km para acessarem outras instituições de ensino superior, em sua maioria privadas. Por outro lado, uma grande parte dos jovens com maior poder econômico se mudava para a capital Goiânia para cursar a universidade.

Portanto, a escassa oferta de educação superior, somada à falta de formação profissional na região, motivou a união de esforços dos gestores do CEFET Rio Verde, representantes dos poderes públicos e da sociedade civil organizada, a fim de atender às exigências da Chamada Pública MEC n. 001/2007. A proposta defendia a sua importância não só para Iporá, mas para toda a sua microrregião. Como resultado, em 11/07/2007, foi protocolado pela Prefeitura de Iporá na Secretaria Executiva do MEC o projeto intitulado “Implantação de unidade de ensino da Rede Federal de Educação Tecnológica no município de Iporá-GO”. O documento público, parte do acervo administrativo do Campus, foi disponibilizado pela gestão da instituição, de forma a contribuir com fins estritamente científicos para esta pesquisa.

Percebe-se que a expectativa dentro do projeto era que a criação da UNED no município de Iporá configuraria fator de extrema importância no enfrentamento das limitações e dificuldades da demanda regional, principalmente no campo da educação profissional. As ações de ensino, pesquisa e extensão da futura escola, por meio da oferta de capacitação profissional nos diferentes níveis e modalidades, poderiam promover no longo prazo, melhores índices de desenvolvimento econômico e social (IPORÁ, 2007). A Figura 6, extraída do projeto, apresenta a delimitação da base territorial em que atuaria a nova instituição.

Figura 6 - Delimitação de área de abrangência da UNED Iporá.



Fonte: Carta Proposta 037440.2007-05 SME/PMI/IFGOIANO (Adaptado).

A carta com a proposta de ações de apoio ao projeto de implantação foi assinada pelo então Prefeito, Mac Mahoen Távora Diniz, e pela Secretária Municipal de Educação, Rute Cabral Marques Xavier. Endossando o projeto e se comprometendo em fornecer todas as garantias necessárias para sua adequada execução, constavam no documento, além da Prefeitura de Iporá, outras 14 prefeituras da região e 50 nomes da sociedade civil, entre empresários e representantes de classes de nível regional. O rol de municípios compunha, a partir de então, a área de atuação da UNED, abrangendo uma população atual de 120 mil habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 - Municípios parceiros no projeto de implantação UNED Iporá – 2007.

Municípios parceiros	População 2010	População 2023
Amarinópolis	3.609	3.007
Arenópolis	2.462	2.946
Aurilândia	3.650	3.284
Cachoeira de Goiás	1.414	1.405

Continua

Continuação Tabela 1

Municípios parceiros	População 2010	População 2023
Córrego do Ouro	2.632	2.454
Diorama	2.477	2.062
Fazenda Nova	5.471	6.322
Iporá	31.471	35.684
Israelândia	2.888	2.560
Jaupaci	3.000	2.924
Montes Claros de Goiás	8.037	8.759
Novo Brasil	3.516	3.527
Piranhas	10.161	11.712
São Luís de Montes Belos	34.488	33.852
Total	115.276	120.498

Fonte: Elaboração própria.

Atendendo à contrapartida obrigatória de doar o terreno, a prefeitura de Iporá, por meio da Lei n. 1313, de 10 de dezembro de 2007, ofertou uma área urbana de 4,6122 ha e outra área rural de 73,4700 ha. No terreno urbano, foi edificada a sede administrativa e pedagógica aproveitando a estrutura física da extinta Fundação de Apoio ao Menor Iporense (FAMI), entidade municipal de cunho assistencialista que funcionou por 20 anos no local (1986-2006). A área rural doada estava situada no denominado distrito industrial do município, distante 2 (dois) km da área urbana.

A proposta indicou ainda como contrapartidas complementares um total de 27 diferentes itens, entre eles maquinários, veículos, carteiras, computadores e 522 títulos para a biblioteca oferecidos pelas Câmaras Municipais de Vereadores de cidades do Oeste Goiano. Foram assegurados ainda assistência ambulatorial a estudantes pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), transporte escolar da zona rural para a zona urbana por algumas prefeituras, além da cessão temporária de 12 servidores municipais de Iporá. No término do processo da chamada pública, Iporá conquistou o primeiro lugar no ranking das pontuações atribuídas a cada município, estabelecendo a ordem segundo a qual as novas unidades seriam implantadas, entretanto, a ordem de prioridade de construção acabou não sendo obedecida e todas as obras se iniciaram simultaneamente.

Ainda como parte das ações para a implantação da UNED Iporá, segundo documentação disponibilizada para esta pesquisa pelo ex-diretor do Campus, Luiz Antônio Menezes, durante

os meses de outubro e novembro de 2007, a população da região do Oeste Goiano foi ouvida, por meio de reuniões e questionários, em relação à necessidade de cursos que poderiam contribuir com a melhoria da formação técnica na região (Figuras 7 e 8). Segundo o documento, foram ouvidas parcelas das populações das áreas urbana e rural dos 15 municípios que contribuíram com alguma contrapartida para o processo de concorrência para a instalação da unidade. A comissão organizou as informações levantadas no documento “Resultado da Pesquisa de Opinião com a População da Região do Oeste de Goiás para a definição dos cursos para o CEFET – Oeste”.

Na Figura 7, fotografia registrada do então diretor do CEFET – Rio Verde, Vicente Pereira de Almeida, o diretor pró-tempore de Iporá, Luiz Antônio Menezes, o prefeito, José Antônio da Silva Sobrinho, e o presidente da Câmara, Auelione Alves, em audiências públicas sobre a instalação da UNED Iporá. Na Figura 8, fotografia do Diretor Pró-Tempore, Luiz Antônio e o vereador Valdeci Lima, em uma comunidade rural, para apresentação da nova escola.

Figura 7 - Fotografia audiências públicas para instalação UNED Iporá.



Fonte: Acervo pessoal do ex-diretor Luiz Antônio Menezes cedido à pesquisadora.

Figura 8 - Fotografia de visita à comunidade rural, para apresentação da UNED Iporá.



Fonte: Acervo pessoal do ex-diretor Luiz Antônio Menezes cedido à pesquisadora.

Na construção do Projeto Político-Pedagógico da futura unidade, o documento sugeriu que fosse considerado o profundo desejo da comunidade de que a escola tivesse um perfil ecologicamente correto. Inclusive, foi sugerido que, no projeto arquitetônico, houvesse mecanismos de uso racional de energia, de reutilização e tratamento da água e também de redução e tratamento de resíduos gerados. A pesquisa também apresentou diversas sugestões para a construção da matriz curricular da nova instituição. Foi sugerido que a UNED Iporá trabalhasse os eixos transversais de Empreendedorismo, Cooperativismo/Associativismo; Turismo e noções de Preservação/Conservação ambiental.

Concomitante a esse processo, no ano de 2007, a Chamada Pública MEC/SETEC n. 002 foi divulgada para a criação dos IFETs, e a proposta de criação do IFET Agroindustrial de Goiás foi apresentada. Nessa nova proposta, e após a publicação da Lei n. 11.892/2008, a UNED Iporá ligada ao CEFET Rio Verde passou à categoria de campus independente dentro do recém-criado Instituto Federal Goiano, dando-lhe autonomia administrativa plena, possibilitando a ampliação futura no seu atendimento, assim como as unidades de Rio Verde, Ceres, Urutaí e Morrinhos (IF GOIANO, 2008).

Mesmo após a transformação em campus autônomo, as obras de edificação das instalações da unidade de Iporá continuaram sendo dirigidas pela equipe gestora do Campus Rio Verde. Um aporte financeiro no valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) foi disponibilizado para essa primeira etapa da construção (Figura 9). Somente em novembro de 2009, o Reitor do IF Goiano, José Donizete Borges, nomeou a equipe de implantação do Campus, composta pelos servidores Luiz Antônio da Silva Menezes e Marcelo Medeiros Santana. Ambos, professores do Campus Rio Verde, fixaram residência na cidade de

Iporá para acompanhar a conclusão das obras e as demais providências.

Figura 9 - Obras de construção da sede administrativa da UNED Iporá.



Fonte: Acervo Gabinete do IF Goiano - Campus Iporá.

Em 1º de fevereiro de 2010, o Campus Iporá do IF Goiano foi oficialmente inaugurado em solenidade realizada em Brasília. Contudo, as atividades letivas iniciaram somente em 02 de setembro do mesmo ano, aguardando a conclusão das obras de construção dos prédios da sede administrativa, coordenação pedagógica e a conclusão do processo do concurso público para provimento de 19 vagas de professores por meio do Edital 01/2010 e 15 vagas de técnicos-administrativos, regido pelo Edital 03/2010/IFGOIANO.

Nesse período, o Campus Rio Verde, que executou o orçamento destinado à unidade de Iporá até o fim de 2010, realizou também as licitações e os contratos das empresas terceirizadas para postos de vigilância, motorista e manutenção do campus. Os ocupantes dos novos postos de trabalho terceirizados, assim como a mão de obra local contratada nas obras de edificação dos prédios, provocaram juntas o primeiro impacto econômico no município, como era esperado em uma localidade com a implantação de uma unidade de Ensino (CEHELLA, 2018).

O Campus Rio Verde atuava de forma solidária e, enquanto geria os recursos, treinava os novos servidores de Iporá nas funções administrativas da instituição. Dessa forma, inúmeras viagens eram necessárias entre Iporá e Rio Verde para realização de reuniões e treinamentos. A partir de 2011, o Campus Iporá iniciou a execução de seu próprio orçamento, com a atuação de uma reduzida equipe de servidores.

Entre o período de autorização de funcionamento e o início das atividades acadêmicas do campus, o processo seletivo para as primeiras turmas de estudantes foi organizado em parceria com a prefeitura de Iporá. Uma sala no prédio da Secretaria Municipal de Educação,

bem como servidores da pasta, foi cedida para ajudarem na realização presencial das inscrições. Em seu primeiro processo seletivo, o Campus Iporá abriu vagas para cursos técnicos na modalidade concomitante/subsequente, cuja matrícula só é permitida àqueles que já concluíram o Ensino Médio ou estejam cursando ao menos o segundo ano deste.

Ao todo, 200 vagas foram distribuídas entre os cursos de Técnico em Agropecuária, nos períodos matutino e vespertino; Técnico em Informática, nos períodos vespertino e noturno, e Técnico em Administração na modalidade integrada do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no período noturno. Para cursos superiores, não houve ofertas de vagas em 2010. Os índices da relação Candidato/Vaga (Tabela 2) foram considerados razoáveis pela instituição, mesmo com as limitações do período eleitoral vigente à época (IF GOIANO, 2011).

Tabela 2 - Número de candidatos no processo seletivo para os cursos Técnicos (2010).

Curso	Candidatos			Vagas			C/V*
	2010/1	2010/2	Total	2010/1	2010/2	Total	
Informática	0	395	395	0	80	80	4,94
Agropecuária	0	218	218	0	80	80	2,73
Administração (Proeja)	0	43	43	0	40	40	1,08
TOTAL	0	656	656	0	200	200	3,28

Fonte: Relatório de Anual de Gestão 2010 IF Goiano (Adaptado). *Candidato por vaga

Apesar de os resultados da consulta prévia na região em relação à predileção de cursos apresentarem os cursos de Técnico em Zootecnia e Técnico de Administração de Empresas como os mais votados, estes não foram priorizados. A justificativa era que, em Iporá, havia na época uma faculdade de Administração (privada) e, na cidade de São Luís de Montes Belos, distante 100 km, o curso superior em Zootecnia (público). No total, sete cursos técnicos foram sugeridos na pesquisa: Mineração, Agropecuária, Comércio, Recuperação de Áreas Degradadas, Agroindústria, Edificações e Fitoterapia.

As escolhas podem ter sido motivadas pela baixa concentração de empregos formais no setor agropecuário na microrregião de Iporá. Dados do estudo “Observatório Mundo do Trabalho”, (IFG, 2014), demonstram que o setor agropecuário concentrava apenas 12,75% dos empregos formais na Microrregião no ano de 2011, à frente apenas dos serviços industriais de utilidade pública, construção civil e extração mineral. Entretanto, em comparação com o Brasil

e com o estado de Goiás, o setor agropecuário se destaca por concentrar uma porcentagem significativamente maior de trabalhadores (IFG, 2014).

A aula inaugural do Campus Iporá ocorreu no dia 02 de setembro de 2010, em sua sede situada à Avenida Oeste, n. 350, Loteamento Parque União. No entanto, nem todos os servidores efetivos haviam chegado para participar da solenidade. De acordo com Araújo, Junqueira e Mariano (2020), o evento contou com a presença apenas dos servidores docentes que já haviam tomado posse e entrado em exercício (Figura 10); já os técnicos-administrativos ainda não haviam sido empossados. Alguns serviços também não estavam em pleno funcionamento, como telefonia, internet e serviços terceirizados de limpeza, motorista e manutenção.

Figura 10 - Aula inaugural IF Goiano - Campus Iporá Iporá (2010).



Fonte: www.ifgoiano.edu.br/ipora

Para o Ensino Médio Integrado, o processo seletivo foi lançado ainda em 2010 para início das aulas no primeiro semestre de 2011. Inicialmente foi disponibilizado o curso técnico integrado em Informática, fundamentando nesta área como ferramenta essencial no processo de desenvolvimento de diversas atividades produtivas (PPC, 2010). Na Figura 11, fotografia da primeira turma do Ensino Médio Integrado do Campus Iporá.

Figura 11 - Técnico em Informática integrado Ensino Médio 2011.



Fonte: Acervo pessoal do egresso Fernando Marques cedido à pesquisadora.

A falta de servidores foi uma das dificuldades enfrentadas nos primeiros meses de funcionamento do campus, assim como em muitos IFs no país, devido à ampla área construída e à necessidade de suprir os recursos materiais necessários para atender às demandas administrativas e pedagógicas. As atividades se iniciaram com apenas 11 técnicos administrativos, 26 docentes, duas servidoras municipais cedidas e oito terceirizados da vigilância. Os próprios servidores docentes, de forma voluntária, ajudaram no transporte de parte de mobiliários e equipamentos, que ficaram temporariamente guardados em uma sala da prefeitura, até o campus, para o início das atividades (Figura 12) (ARAÚJO; JUNQUEIRA; MARIANO, 2020).

Figura 12 - Docentes em trabalhos administrativos 2010.



Fonte: Acervo Gabinete do IF Goiano - Campus Iporá.

Percebe-se, portanto, um certo entusiasmo nos recém-chegados profissionais na cidade, emergindo o sentimento de pertencimento à instituição e compromisso para o desenvolvimento da Educação na região. Conclui-se que a colaboração dos servidores foi determinante para a viabilização do início das atividades, mesmo com inúmeras dificuldades relatadas em relação à falta de serviços de limpeza, funções gratificadas, a precariedade nos serviços de comunicação (dados e voz) e número de servidores. Entretanto, em uma década, houve grande avanço no quadro de servidores efetivos, passando a 56 técnicos administrativos e 68 docentes em atuação em 2023. O campus conta ainda com terceirizados e, aproximadamente, 750 estudantes matriculados nos cursos presenciais e 500 nos cursos a distância (EaD).

Finaliza-se a primeira parte desta pesquisa acreditando que este estudo sobre a abrangência do Ensino Médio Integrado do Campus Iporá não poderia desprezar a história e memória da EPT e da instituição. O caminho histórico percorrido procurou compreender um pouco mais sobre uma educação cujo princípio educativo é o trabalho, comprometida com os trabalhadores, os excluídos e com um projeto de nação soberana, democrática e inclusiva (PACHECO, 2020).

Discorreu-se sobre a origem, principais marcos e recente processo de expansão e interiorização da EPT, especialmente por meio da criação dos IFs; e também sobre a criação do Instituto Federal Goiano e do Campus Iporá. Para essa primeira parte, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e institucional, amparada no materialismo histórico para uma análise memorialística dos temas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem quantitativa, do tipo caso institucional, sobre a abrangência geográfica e as características do estudante atendido nos 10 primeiros anos do Ensino Médio Integrado do IF Goiano – Campus Iporá. Nesse estudo, foram utilizadas a análise estatística descritiva e análise estatística inferencial.

Para identificar os municípios alcançados, elegeu-se a informação do endereço preenchido pelo estudante no momento da matrícula. Além disso, foi feito o levantamento de informações relacionadas aos aspectos socioeconômicos dos ingressantes.

3.1 Local da Pesquisa

O Campo desta pesquisa foi o Instituto Federal Goiano - Campus Iporá, que atualmente oferta de forma presencial e a distância cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes; cursos de qualificação na modalidade do Programa de Educação para Jovens e Adultos (PROEJA); cursos superiores nas áreas de Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado, além de cursos de Pós-Graduação e de Formação Inicial e Continuada (FIC) para trabalhadores (Quadro 2).

Quadro 2 - Oferta de cursos do Campus Iporá (2023).

Nível	Curso	Modalidade/ Grau	Turno	Duração
Técnico	Agropecuária	Integrado	Integral	3 anos
	Desenvolvimento de Sistemas			
	Química			
Técnico	Secretariado	Subsequente/Concomitante	Noturno	1,5 ano
	Administração (EAD)			2 anos
Qualificação	Administração (PROEJA)	Integrado	Noturno	2 anos

Continua

Continuação Quadro 2

Nível	Curso	Modalidade/ Grau	Turno	Duração
Superior	Pedagogia (EAD)		Noturno	4 anos
	Química	Licenciatura		4 anos
	Ciência da Computação		Integral	4 anos
	Agronomia	Bacharelado		5 anos
	Agronegócio	Tecnólogo	Noturno	3,5 anos
Pós-Graduação	Sistemas Integrados de Produção Agropecuária	Especialização	Semipresencial	1,5 ano
	Bioenergia e Grãos	Mestrado	Presencial	2 anos

Fonte: www.ifgoiano.edu.br/ipora.

O Campus Iporá tem como estrutura física uma fazenda escola com área de 834.900m² e Sede Administrativa e Pedagógica com 44.028 m², conforme Figura 13 (A e B). O campus possui ainda laboratórios diversos (Humanidades e Física; Química Orgânica; Química Inorgânica e Química Geral; Físico-Química e Química Analítica; Biodiversidade; Solos; Informática; Manutenção e de Redes), tanto na fazenda escola quanto na sede, utilizados para atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Na Fazenda Escola, inaugurada em 2013, funcionam seis unidades educativas de produção: Olericultura, Mecanização Agrícola, Agroindústria, Bovinocultura, Suinocultura e Avicultura e; salas de aulas, salas para professores, cantina e área de convivência.

Figura 13A - Vista aérea da sede Administrativa.



Figura 13B – Vista aérea entrada da Fazenda escola

Fonte: www.ifgoiano.edu.br/ipora

A área da sede do campus abriga, além da parte administrativa, dois blocos de salas de aulas, num total de 14 salas, um prédio para a biblioteca que recebeu o nome de um dos

apoiadores do projeto de instalação do campus na cidade, o médico falecido Humberto Veloso. No bloco administrativo, estão concentrados os serviços de suporte para extensão, pesquisa e administração, como setor de compras e licitações, recursos humanos, contratos terceirizados e outros. A área conta também com um prédio para alocação dos professores, apoio pedagógico, assistência estudantil e unidade de registros escolares.

Dentro das ações de apoio pedagógico, a instituição possui salas reservadas para os atendimentos do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e Núcleo de Saúde, com serviço de enfermagem, psicologia e assistência social. Para as práticas educativas, há laboratórios de informática, de manutenção e redes de computadores, química, física e humanidades. Dois auditórios estão disponíveis para eventos diversos da comunidade interna e externa, um de 200 lugares, inaugurado em 2010, e o mais recente, inaugurado em 2018, com 800 lugares, que recebeu, após consulta popular, o nome Auditório Itamar Paes Souza, professor falecido que também apoiou o projeto de criação da unidade. As últimas obras finalizadas foram o ginásio de esportes em 2020 e, na área da Fazenda Escola, um novo bloco de salas de aula, inaugurado em 2021.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Para a obtenção dos dados secundários desta pesquisa, foi solicitado acesso às informações acadêmicas do Campus Iporá, as quais foram disponibilizadas em planilha eletrônica. Esta etapa foi feita formalmente à gestão do campus, após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética do IF Goiano, por meio do Parecer n. 5.340.791/2022. Não foram solicitados dados que pudessem identificar os estudantes.

3.3 População

A população da pesquisa abrange todos os estudantes matriculados nos primeiros anos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IF Goiano – Campus Iporá entre os anos de 2011 e 2020 (Quadro 3).

Quadro 3 - Histórico de oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (2011- 2020).

Curso Técnico integrado ao Ensino Médio	Período da oferta
Informática	2011 - 2016
Agropecuária	2012 - 2020
Química	2016 - 2020
Desenvolvimento de Sistemas	2017- 2020

Fonte: Unidade de Registros Escolares do IF Goiano – Campus Iporá.

No histórico da oferta do Ensino Médio, o curso técnico integrado em Informática foi encerrado em 2016 e substituído pelo curso técnico integrado em Desenvolvimento de Sistemas, único ofertado dentro do IF Goiano. Justifica o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que havia lacuna entre a denominação Técnico em Informática e o perfil profissional de conclusão, que direcionava, além da assistência técnica, para o desenvolvimento de sistemas de computador, criação de bancos de dados, testes de programas, entre outros (IF GOIANO, 2019).

3.4 Instrumentos de análise de dados

Para a análise dos dados utilizou-se da estatística descritiva, a qual objetiva organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas (SILVESTRE, 2007). Nesse sentido, as principais ferramentas descritivas aplicadas foram do tipo gráficas e tabulares, incluindo-se medidas de síntese como porcentagens e índices. Reis, E. e Reis, I. (2001) entendem que, ao condensar os dados, pode-se perder informações, pois não se tem as observações originais, contudo, a perda de informação é compensada pela clareza da interpretação proporcionada.

Subsequentemente, fez-se a análise estatística inferencial, indicada para obter respostas corretas de questões específicas, atendendo a um determinado grau de acerto. Ela utiliza técnicas estatísticas para testar hipóteses e estimar parâmetros. Dessa forma, a partir da estatística descritiva, pretendeu-se também identificar o nível de correlação das informações encontradas, relacionadas ao número de matrículas., utilizando para isso a estatística inferencial.

A pesquisa na base de dados do campus reuniu, além do número total de matrículas, os dados: endereço, sexo; cor/raça; renda familiar *per capita*; natureza jurídica da escola de ensino Fundamental (se pública ou privada); a zona residencial e a situação da matrícula (se ele concluiu ou não) (Quadro 4). Em relação à variável endereço, optou-se por incluir o raio de

distância dos municípios em quilômetros, em relação à cidade sede da instituição, Iporá.

Os dados pesquisados foram recebidos em estado bruto, configurados em variáveis qualitativas nominais e ordinais e quantitativas, do tipo contínuas e discretas. As informações coletadas foram organizadas em forma de planilha eletrônica. Visando refinar as variáveis qualitativas nominais e ordinais, optou-se por transformá-las em variáveis quantitativas discretas, por meio da contagem por município, aplicando-se o recurso da tabela dinâmica da planilha eletrônica.

Desse modo, os dados foram refinados a fim de selecionar os municípios informados e a quantidade de matrículas oriundas de cada um deles. Somado a isto, incluíram-se também dados quantitativos, identificando o número de indivíduos nas demais variáveis. Portanto, para quantificar as variáveis qualitativas, optou-se pela contagem do número de indivíduos dentro desse conjunto de variáveis por municípios, reduzindo-se assim as informações coletadas em variáveis quantitativas discretas, permitindo a análise de correlação.

Quadro 4 - Variáveis informadas no ato da matrícula, utilizadas para a análise.

Variável	Descrição
Endereço	Município de residência do discente
Zona residencial	Se o local de residência se encontra em área urbana ou rural
Cor/Raça	Cor/raça autodeclarada pelo discente
Sexo	Informa o sexo do estudante
Tipo de escola de Ensino Fundamental	Natureza jurídica da escola em que o estudante concluiu o Ensino Fundamental (pública ou privada)
Renda Familiar	Renda familiar <i>per capita</i> declarada
Situação da Matrícula	Se concluído, transferido (interno ou externo), evadido ou trancado no decorrer do curso

Fonte: Elaboração da autora.

Destaca-se que outras variáveis disponibilizadas no banco de dados bruto não foram utilizadas, ou por serem consideradas irrelevantes para este estudo, como a data de nascimento do estudante, o número de membros na família, ou por serem consideradas inconsistentes e/ou incompletas no banco de dados para todo o período analisado na pesquisa, como a entrada por cotas e por necessidades especiais.

Para a análise estatística inferencial, trabalhou-se a análise de correlação com o objetivo de identificar relações entre o número de matrículas com os aspectos sociais e econômicos dos estudantes, e o raio de abrangência do Ensino Médio Integrado do Campus Iporá. A análise de

correlação refere-se a uma inferência estatística usada para avaliar se o valor de uma variável impacta no valor de outra variável, isto é, se existe um relacionamento linear ou não entre ambas as variáveis analisadas (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). A análise de correlação é realizada a partir de dados paramétricos, que pressupõe que as variáveis são quantitativas discretas e com distribuição normal.

Inicialmente, optou-se pelo método de correlação de Pearson, para trabalhar a inferência estatística. O princípio básico da correlação de Pearson deve obedecer a alguns parâmetros, como se tratar de variáveis de distribuição normal. Contudo, após os ajustes numéricos e aplicação do teste de normalidade, identificou-se que as variáveis não apresentaram uma distribuição normal, apesar de terem sido transformadas em variáveis quantitativas discretas. Para o teste de normalidade, foi utilizado o software Jomavi, versão 2.3.24, gratuito, baixado na plataforma <https://www.jamovi.org/features.html>, utilizando-se o teste de Shapiro Wilk.

Considerando o resultado do teste de normalidade, optou-se então por efetuar a análise de correlação de Spearman. A escolha se deu pelo fato de a amostra não ter uma distribuição normal, necessitando, portanto, de testes não paramétricos. Conforme Miot (2018), é comum que amostras com dados demográficos não sigam uma distribuição normal e, entre as opções mais utilizadas na investigação da correlação entre variáveis que não apresentam distribuição normal, está a Correlação de Spearman.

A correlação de Spearman é conhecida como coeficiente de correlação ordinal de Spearman, e os parâmetros de avaliação variam entre -1 e +1 e não dependem das unidades de medida das variáveis, o que facilita a sua interpretação (SOUZA, 2019). Para interpretação da magnitude das correlações, foi adotada a seguinte classificação: 0.00 a 0.19 (Correlação muito fraca), 0.20 a 0.39 (Correlação fraca), 0.40 a 0.69 (Correlação moderada), 0.70 a 0.89 (Correlação forte) e 0.90 a 1.00 (Correlação muito forte) (BABA; VAZ; COSTA, 2014).

Assim, a correlação de Spearman foi utilizada para explicar a maior ou menor inserção regional do IF Goiano - Campus Iporá, no que se refere aos cursos Técnicos Integrados. Buscou-se comparar a área de abrangência a partir do funcionamento dessa modalidade de ensino técnico, com a constante do projeto de implantação, considerando como variáveis de interesse o número de matrículas e a distância em km da sede em Iporá, e estes com dados relacionados ao sexo, renda, escola de origem, zona urbana ou rural do estudante, número de concluintes e as características de raça/cor.

A última etapa da pesquisa foi o desenvolvimento e a aplicação do produto educacional junto aos gestores do IF Goiano, incluindo Reitoria e Campus Iporá, em formato de cartilha digital, identificado como “Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica:

Abrangência regional dos 10 anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - Campus Iporá”, o qual é resultante da análise dos dados da pesquisa. Os resultados da aplicação do produto serão apresentados e discutidos posteriormente no Capítulo 5.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do acesso às informações elencadas dos ingressantes dos cursos técnicos integrados do Campus Iporá, no período de 2011 a 2020, buscou-se identificar a influência dos dados sociodemográficos com o processo de interiorização da EPT por meio da criação da unidade na região oeste de Goiás. Nesse sentido, foram aplicadas inicialmente técnicas de estatística descritiva, utilizando-se da análise gráfica, do uso de tabelas e, após isso, a estatística inferencial foi realizada por meio da correlação das variáveis sociais, econômicas e geográficas dos estudantes com o número de total de matrículas.

4.1 Estatística Descritiva

Entre os anos de 2011 e 2020, verificou-se o total de 1.089 ingressantes devidamente matriculados no Ensino Médio Integrado do Campus Iporá. Para essa contagem, foram desprezados entre os dados 17 registros de matrículas sinalizadas com a situação Cancelada no banco de dados.

Conforme sistematizado na Tabela 3, o curso Técnico em Informática, primeiro curso integrado ofertado no Campus Iporá (2011 - 2016), apresentou um total de 338 matrículas. O Projeto Pedagógico desse curso foi construído defendendo a necessidade e a importância de formação técnica nessa área para a comunidade local e regional, oportunizando o acesso a conhecimentos em sistemas de informação e/ou comunicação, vindo a atender a uma demanda urgente a nível nacional por mão de obra qualificada na área (IFGOIANO, 2013).

Tabela 3 - Número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Curso/Ano	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	Agropecuária	Química	Total
2011	84	-	-	-	84
2012	35	-	36	-	71
2013	70	-	63	-	133
2014	34	-	50	-	85
2015	75	-	68	-	143
2016	40	-	49	42	135
2017	-	39	34	40	113

Continua

Continuação Tabela 3

Curso/Ano	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	Agropecuária	Química	Total
2018	-	35	50	35	120
2019	-	37	34	33	104
2020	-	35	36	35	106
Total	338	146	420	185	1089
%	31%	13,4%	38,6%	17%	100%

Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Observa-se que, em sete anos de oferta do curso técnico em Informática, o número de ingressantes representou 31% do total da modalidade. Porém, a partir do ano de 2017, o referido curso foi substituído pelo de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas (TEDS), mantendo o eixo tecnológico Informação e Comunicação, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC.

Justificado nas necessidades regionais de formação específica de profissional técnico, o PPC do TEDS apresentou sua proposta de busca por um maior estreitamento entre a formação técnica e a superior, procurando fortalecer o processo de verticalização do ensino, visto que o campus já ofertava desde 2013 o curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (IFGOIANO, 2019b).

Nessa nova área de formação técnica, entre 2017 e 2020, foram realizadas 146 matrículas. O curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas foi responsável por 13,4% do total de matrículas, que, somadas aos 31% de Informática, resultou no eixo com maior volume de ingressantes no período analisado, 44,4%.

Outro curso dentro do processo de verticalização no Campus Iporá é o Técnico integrado em Química. Além da formação de um profissional capaz de operar processos industriais e laboratoriais, o concluinte do curso, segundo seu projeto pedagógico, terá a oportunidade de seguir na mesma instituição ingressando no curso superior de Licenciatura em Química, ofertada pelo campus desde o ano de 2011 (IFGOIANO, 2019c). O curso técnico integrado em Química, de 2016 a 2020, registrou um total de 185 matrículas, equivalente a 17% do total.

Por último, foram quantificadas as matrículas do curso técnico integrado em Agropecuária, curso com maior tempo de oferta ininterrupta no campus. Iniciado em 2012, a formação do profissional de Técnico em Agropecuária defende sua importância nas melhorias da produtividade e aumento na eficiência dos sistemas produtivos agropecuários local e regional (IFGOIANO, 2019a). O curso registrou 420 matrículas, correspondendo a 38,6% do total de

ingressantes.

Além do quantitativo total de matrículas, esta pesquisa tem como um dos objetivos específicos identificar as características dos ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do campus, visando conhecer público atendido, em sua primeira década de oferta.

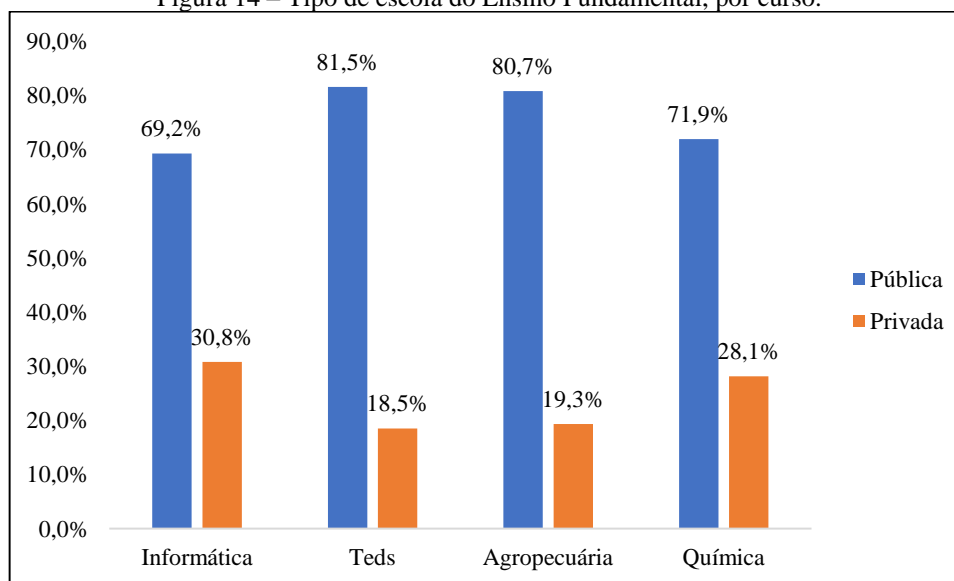
4.1.1 Tipo de escola do Ensino Fundamental do Ingressante

A análise revelou que um total de 75,6% dos ingressantes cursaram o Ensino Fundamental em escolas públicas. O resultado ultrapassa o que é destinado a estudantes oriundos do sistema público de ensino, estipulado pela Lei 12.711/12, conhecida como “Lei de Cotas”, que destina 50% (cinquenta por cento) das vagas dos processos seletivos aos candidatos que tenham cursado o ensino fundamental somente na rede pública. Esta lei objetiva alterar o perfil dos estudantes do país, favorecendo a entrada de pretos, indígenas e alunos em cursos de escolas públicas (BRASIL, 2012).

O predomínio de estudantes de origem da rede pública pode ser justificado pelo maior número desta dentro dos municípios identificados. Entre os anos de 2011 e 2020, instituições de ensino públicas representavam, em média, 61,49%, e particulares, em média, 38,51%, em Goiás (IMB, 2021). Em Iporá, sete instituições públicas da rede estadual ofertam os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Na rede privada, são apenas duas unidades. Em se tratando de matrículas no último ano do Ensino Fundamental em Iporá, no ano de 2022, 91,4% delas eram na rede pública e 8,6% na rede privada (INEP, 2022).

Ao analisar os dados por curso, identificou-se que os cursos técnicos integrados em Desenvolvimento de Sistemas e em Agropecuária apresentaram maior número de ingressantes advindos exclusivamente de escolas públicas, 81,5% e 80,7%, respectivamente (Figura 14). O curso que apresentou maior número de estudantes oriundos da rede privada foi o de Técnico em Informática (30,8%), seguido do Técnico em Química (28,1%).

Figura 14 – Tipo de escola do Ensino Fundamental, por curso.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

A respeito do acesso aos cursos, acrescenta-se que, apesar dos esforços do governo em ampliar a rede federal de ensino, com o aumento no número de vagas, ainda é necessário estratégias de seleção, como provas de conhecimentos, sorteios e chamadas públicas, pela demanda de estudantes ser maior que a oferta de vagas. Dessa forma, o acesso aos cursos técnicos integrados no Campus Iporá se dá, desde o início do seu funcionamento, por meio de editais de seleção compostos por questões de múltipla escolha.

No entanto, Santos, D. e Santos, M. (2014) chamam a atenção para o fato de que o sistema de ingresso por meio de processos seletivos de aferição de conhecimentos, mais do que uma forma de ajustar a demanda ao número de vagas, pode influenciar na construção do perfil dos alunos de uma instituição ao possibilitar uma certa reprodução do “capital que está além da checagem do domínio de certos conteúdos apresentados nos mapas curriculares do ensino médio” (SANTOS, D.; SANTOS, M., 2014, p. 117).

Entretanto, a fim de minimizar o caráter historicamente excludente desses processos de seleção, os IFs têm adotado políticas públicas de reserva de vagas, de acordo com os instrumentos legais, em especial a Lei 12.711/2012, Decreto n. 7.824/2012 e Portaria Normativa n. 18/ 2012. Conforme a legislação, qualquer intervalo (ano e/ou período) do nível anterior que tenha sido cursado em escola privada (particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas) inviabiliza o ingresso nas reservas de vagas.

Dentro das vagas destinadas a oriundos de escola pública, 50% (cinquenta por cento) são ofertadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, e a outra metade destinada a estudantes com renda superior a 1,5 salário mínimo *per*

capita. A lei prevê ainda, do total destinado a cotas, vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas, de acordo com as populações do estado onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

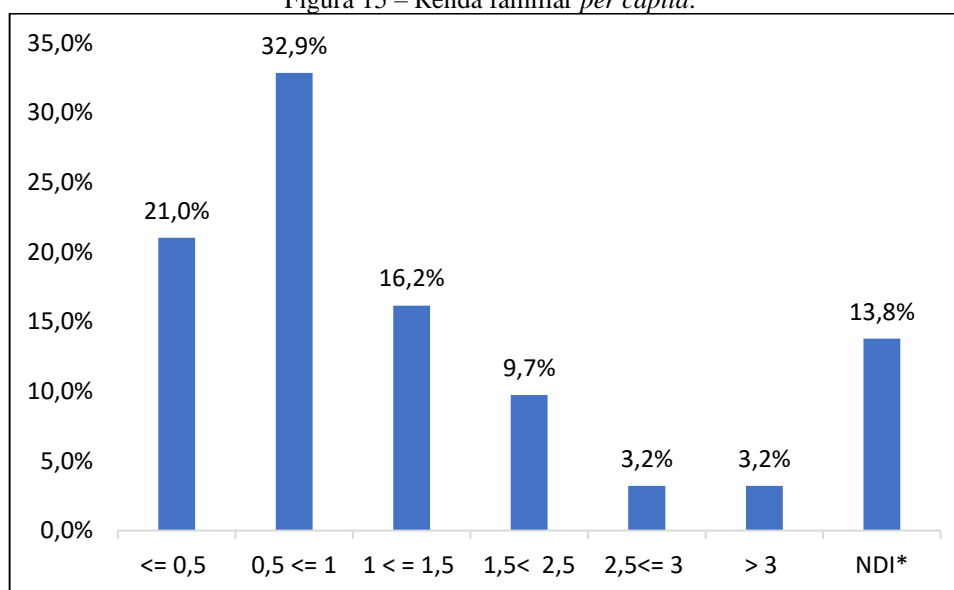
4.1.2 Renda familiar per capita

Um dos objetivos das políticas educacionais dos IFs é adotar ações que possibilitem a inclusão social e a permanência na escola, sobretudo à parcela da sociedade de maior vulnerabilidade social, por isso, faz-se importante conhecer as características socioeconômicas do público atendido (IFGOIANO, 2008). Apesar de não serem determinantes, as condições econômicas podem incidir diretamente no desempenho escolar do estudante (SANTOS, D.; SANTOS, M., 2016, p. 123).

Nesse contexto, os dados da renda familiar *per capita* (RFP) informada pelos ingressantes no momento da matrícula demonstram que, nos 10 primeiros anos do ensino técnico integrado, o Campus Iporá atendeu, em sua maioria, estudantes que declaram RFP entre 0,5 e 1 salário mínimo (SM), sendo 32,9% (Figura 15). Em seguida, 21% dos ingressantes autodeclararam RFP menor que 0,5 salário mínimo, e 16,2% de até 1 salário mínimo e meio por pessoa da família.

Considerando esses dados, pode-se afirmar que 70,1% dos estudantes encontravam-se em situação de vulnerabilidade social, conforme o Decreto n. 7.234/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este programa, entre outros objetivos, pretende minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais por meio de ações que viabilizem a igualdade de oportunidades entre os estudantes, além de contribuir para combater situações de repetência e evasão (BRASIL, 2010).

Apenas 3,2% dos ingressantes do Ensino Médio Integrado declararam RFP maior que três salários mínimos. Dados do IF Goiano (PNP 2022) apresentam a última faixa de renda em valores superiores a 3,5 salários mínimos por pessoa da família, com um percentual em 2022 de 2,4%, índice inferior ao observado no Campus Iporá (BRASIL, 2023).

Figura 15 – Renda familiar *per capita*.

Fonte: Dados trabalhados pela autora.

*NDI (Não dispõe da informação)

Na estratificação socioeconômica por curso (Tabela 4), os estudantes com renda inferior a 0,5 SM ingressaram em sua maioria nos cursos integrados de Química e Informática, ambos com 25,4% cada. Em seguida, aparecem agropecuária, com 17,4%, e Desenvolvimento de Sistemas, com 15,8%.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o número de estudantes com fragilidades econômicas no Técnico em Química é maior, este curso também registrou o maior número de estudantes das faixas de renda superiores a 2,5 SM (7,4%), seguido do Curso TEDS (6,2%), Agropecuária (2,1%) e Informática (0,9%). O percentual de ingressantes que não disponibilizaram essa informação chegou a 13,8%.

Tabela 4 - Renda familiar *per capita* por curso.

RFP	<= 0,5	0,5 <= 1	1 <= 1,5	1,5 <= 2,5	2,5 <= 3	> 3	Não dispõe da Informação
Informática	25,4%	32,8%	16,3%	9,2%	3,6%	0,9%	11,8%
Desenvolvimento de Sistemas	15,8%	25,3%	13,7%	12,3%	3,4%	6,2%	23,3%

Continua

Continuação Tabela 4

RFP	$\leq 0,5$	$0,5 <= 1$	$1 <= 1,5$	$1,5 <= 2,5$	$2,5 <= 3$	> 3	Não dispõe da Informação
Agropecuária	17,4%	36,2%	15,5%	9,3%	2,1%	2,1%	17,4%
Química	25,4%	31,4%	19,5%	9,7%	4,9%	7,6%	1,6%

Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Dentro desta perspectiva, desde o seu funcionamento, o Campus Iporá tem desenvolvido ações para mitigar os impactos das condições socioeconômicas dos estudantes. Anualmente, garante a oferta de 100 bolsas de auxílio financeiro por meio de editais de seleção, as quais ainda não são suficientes para atender todos os estudantes que apresentam o perfil de renda enquadrado. Além disso, em 2023, foi implementado o Programa de Auxílio de Bolsa Alimentação, oferecendo a 50 bolsistas selecionados as cinco refeições diurnas semanais.

4.1.3 Situação da matrícula

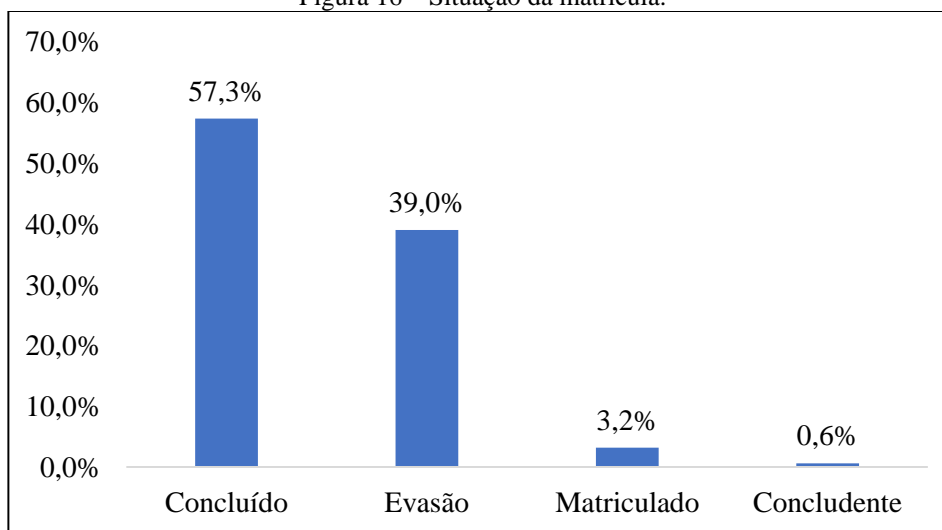
Em setembro de 2022, mês do acesso à planilha de dados, as informações em relação à conclusão de curso registravam taxa de 57,3% para a modalidade (Figura 16). Ressalta-se que as informações referentes ao ano de 2020 foram desconsideradas para a análise dessa variável, visto que os ingressantes nesse ano não haviam concluído o tempo regular de curso, que é de três anos.

Na análise relativa à dimensão da permanência e êxito dos estudantes, os dados apresentaram uma taxa média de evasão e/ou abandono dos cursos Técnicos de 39% no período. Foram consideradas nessa categoria, além das matrículas com registro de evasão (1,8%), as situações de transferência externa (34,7%), cancelamento compulsório (1,5%), que diz respeito a estudantes que perderam o tempo de integralização do curso ou não renovaram matrícula, e de transferência interna (0,9%) feita por meio de Edital próprio.

Os resultados demonstraram ainda que 3,8% dos estudantes não concluíram no tempo regular, figurando nas situações matriculado (3,2%) e/ou concludente (0,6%), estas por dependência em disciplinas ou por retenção, faltando a conclusão do estágio obrigatório, por exemplo. Vale ressaltar que a impossibilidade de concluir o estágio obrigatório foi uma das inúmeras consequências registradas pela recente pandemia por Covid-19, que comprometeu o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo na rede pública do Brasil. No caso do estágio, o

prejuízo não se deu apenas por este se configurar como um instrumento formal para integralização do curso, mas por servir também para construção da identidade do futuro profissional (CHAVES; CORREA; GOMES, 2020).

Figura 16 – Situação da matrícula.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Dentro da análise por curso (Tabela 5), a maior taxa de conclusão foi registrada no técnico integrado em Informática (64,8%). Em seguida, aparece o Curso Técnico integrado em Química, com índice de conclusão de 63,3%, seguido do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, com 55%.

O curso técnico integrado em Agropecuária foi o que apresentou menor percentual de concluintes em relação aos ingressantes, com 49,1%. Nesse curso, 43,2% requereram transferência para outra instituição no decorrer do curso e 2,3% evadiram. Em seguida, destaca-se o curso TEDS, quando 31,5% pediram transferência externa. No curso de Informática, 28,7% solicitaram desligamento no decorrer do curso e 2,4% evadiram. No curso de Química, 28,7% requereram transferência externa e 0,7% evadiu.

Tabela 5 - Situação da matrícula por curso.

Situação	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	Agropecuária	Química
Concluído	64,8%	55%	49,1%	63,3%
Transferido Externo	28,7%	31,5%	43,2%	28,7%
Transferido Interno	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Evasão	2,4%	0,0%	2,3%	0,7%

Continua

Continuação Tabela 5

Situação	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	Agropecuária	Química
Matriculado	1,2%	9%	3,1%	3,3%
Cancelamento Compulsório	0,3%	3,6%	1,6%	2,7%
Concludente	0,0%	0,9%	0,8%	1,3%

Fonte: Dados trabalhados pela autora.

O considerável índice de evasão da modalidade no campus demanda novas pesquisas e estudos aprofundados sobre essa importante questão. Embora haja grande preocupação com os números, inclusive dentro da RFEPCT, até mesmo a definição do termo “evasão” ainda não é consenso na bibliografia especializada (COIMBRA *et al.*, 2021; REZENDE, 2022; SILVA; MARIANO, 2021). Dentre as definições existentes, adotou-se o conceito de evasão oficialmente vigente e anunciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como a “saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo)” (SILVA; MARIANO, 2021, p.7).

Entretanto, sabe-se que diversos fatores contribuem para que o estudante não conclua o curso. Especificamente no Ensino Médio Integrado, de acordo com Rezende (2022), esses fatores podem ser de origem pessoal, institucional e ainda externos. Quando se trata de fatores pessoais, podem-se exemplificar as dificuldades de aprendizado, falta de identificação com a área ou imaturidade na definição do perfil profissional a ser seguido. Fatores relacionados à instituição dizem respeito a estrutura, currículo, relação docente-discente, entre outros. As questões socioeconômicas do estudante, como a necessidade de conciliar estudo e trabalho e falta de transporte, configuram fatores externos que podem afetar a vida acadêmica (REZENDE, 2022).

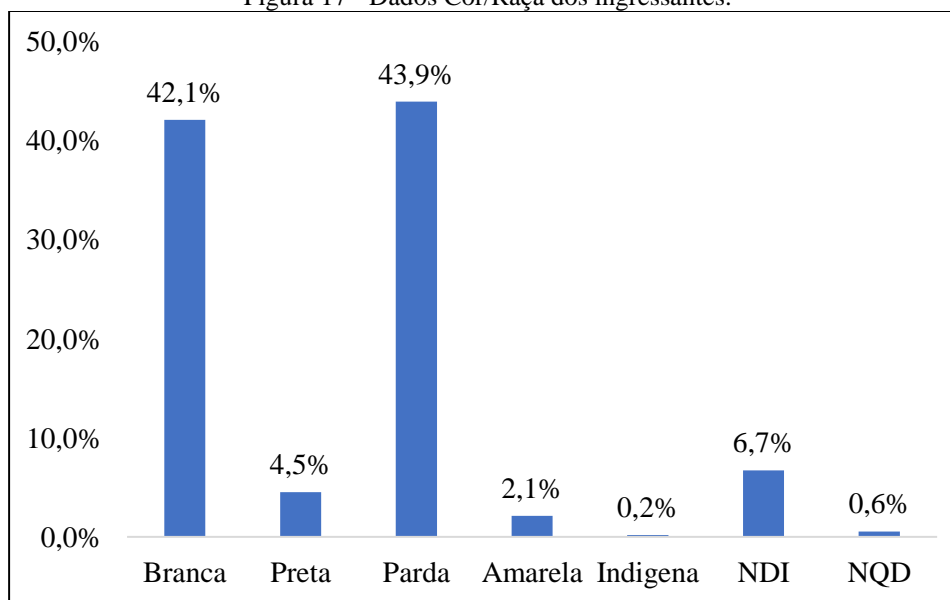
4.1.4 Cor/Raça

Os dados em relação à questão étnica abrangeram o campo do formulário de matrícula Cor/Raça, o qual dispunha das opções “Branca”, “Parda”, “Preta”, “Amarela” e “Indígena”. Ressalta-se que as respostas são autodeclaradas no formulário preenchido pelo ingressante no momento da matrícula.

Conforme observado na Figura 17, os dados apontam um certo equilíbrio entre os ingressantes autodeclarados pardos (43,9%) e brancos (42,1%). Nos demais registros pretos,

indígenas e amarelos, apurou-se minoria entre os ingressantes, equivalente a 4,6%, 2,1% e 0,2%, respectivamente. E, do total pesquisado, 7,2% não quiseram declarar ou não dispunham da informação.

Figura 17 - Dados Cor/Raça dos ingressantes.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Comparativamente, no ano de 2022, a população parda também foi maioria (34,3%) dentre os que declararam Cor/Raça em todo o Instituto Federal Goiano. A respeito desse cenário, deve-se dar destaque novamente às políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela instituição em consonância com a legislação vigente, dentre elas a Lei n. 12.288/2010, chamada de Estatuto da Igualdade Racial, que prevê a implementação de programas de enfrentamento das desigualdades étnicas e raciais no tocante à educação, e a Constituição Federal (CF/88), que garante o direito à efetiva igualdade de acesso à educação.

Dentre as ações adotadas no âmbito do IF Goiano, além das reservas de vagas tanto para o processo seletivo para os estudantes como para a contratação de servidores efetivos, está a criação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), destinado a ações afirmativas que contemplem a diversidade étnico-racial. Este núcleo, implementado no ano de 2015, objetiva institucionalizar uma agenda para o debate e a reflexão sobre a luta e a história indígena e negra no Brasil, o racismo e o preconceito em suas diversas formas de expressão (BRANQUINHO; RIBEIRO, 2020).

Quando analisada a distribuição por cor/raça, dentro dos cursos ofertados, percebe-se no curso de Desenvolvimento de Sistemas, um predomínio de estudantes pardos (47%), enquanto os estudantes autodeclarados brancos são a maioria dos que se matricularam no curso

técnico em Química (45,7%) e no técnico em Informática (45,7%). Os pardos também são maioria no curso de Técnico em Agropecuária (45,4%). Pretos, amarelos e Indígenas, procuraram em sua maioria respectivamente os cursos integrados em Agropecuária (6,5%), Informática (3,2%) e Química (0,5%).

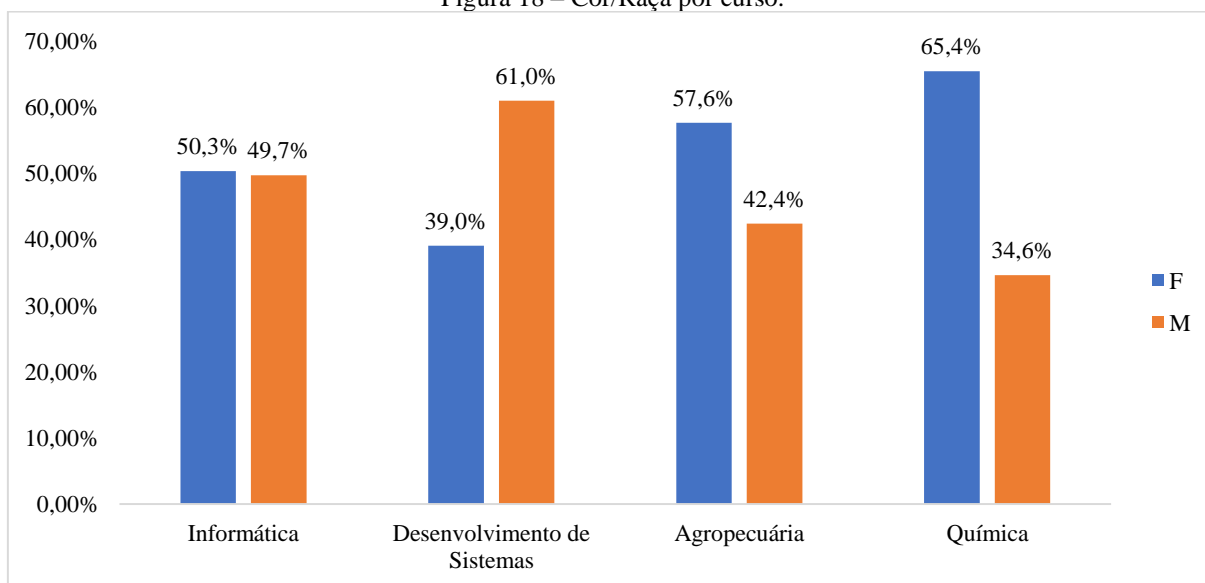
4.1.5 Sexo dos ingressantes

Outra dimensão deste estudo diz respeito ao sexo dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado. Observou-se que 54,2% do público ingressante era composto pelo sexo feminino, e 45,8% dos ingressantes do sexo masculino. Os números replicam assim como é no Instituto Federal Goiano, de acordo com dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, chegando a 52,14% em 2022 (BRASIL, 2023).

Na análise por curso (Figura 18), o técnico integrado em Química configura-se como o curso que mais atraiu o público feminino (65,4%). Da mesma forma, no curso Técnico em Agropecuária, o resultado foi de 58% de mulheres ingressantes. O resultado contradiz, mesmo que de forma tímida, a premissa ainda existente de exclusão feminina do ensino técnico, em especial em áreas tradicionalmente masculinizadas como a agropecuária (SANTOS, D.; SANTOS, M., 2016).

Entretanto, em relação à área de Tecnologia da Informação (TI), esse resultado se altera. No curso Técnico em Informática, houve pequena diferença, no qual as matrículas do público feminino equivalem a 50,3% e do público masculino 49,7%. Porém, no curso de Desenvolvimento em Sistemas, a diferença foi significativa, com maior participação masculina: 61% dos ingressantes eram homens, enquanto 39% eram mulheres.

Figura 18 – Cor/Raça por curso.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Embora haja um maior crescimento na demanda por profissionais da área de TI, ainda há poucas mulheres nesse espaço tão próspero no Brasil. Ao analisar os números de matriculados nos cursos da área dentro da RFEPCT, as mulheres representavam um total de 36% em 2020 (BRASIL, 2023). Para Alvarenga *et al.* (2021), dentre os principais fatores que influenciam a baixa participação feminina em cursos dessa área, estão o estereótipo da falta de habilidade das mulheres para o setor de informática, a falta de informação do público feminino sobre o meio profissional de tecnologia e a ausência de incentivo familiar para formação na área (ALVARENGA *et al.*, 2021).

4.1.6 Zona residencial

Em relação à zona residencial, conforme a Tabela 6, detectou-se que, entre os estudantes matriculados no período, apenas 3,9% indicaram residir na zona rural, enquanto 96,1% informaram residir na cidade. Na análise por curso, a maior participação foi dentro do Técnico em Agropecuária (5,5%) seguido do Técnico em Química (3,2%)

Tabela 6 - Matrículas por zona residencial.

Zona Residencial	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	Agropecuária	Química
Urbana	97,1%	97,9%	94,5%	96,8%
Rural	2,9%	2,1%	5,5%	3,2%

Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Além do baixo percentual de moradores da zona rural no município, cerca de 9% em 2010 (IBGE, 2010), outra hipótese provável para explicar a discrepância entre o número de estudantes oriundos da zona rural e da urbana pode estar relacionada ao transporte desses estudantes. O baixo público de residentes na zona rural pode ser influenciado pelo fato de que os cursos técnicos integrados do campus são ofertados em período integral, e o transporte escolar, ofertado em parceria Estado/Município, em sua grande parte, é realizado apenas no período vespertino.

Apenas Amorinópolis, Diorama e Israelândia, dentro da região Oeste de Goiás, disponibilizam transporte escolar de seus municípios diariamente até o campus para seus estudantes do Ensino Médio Integrado em 2023. Este transporte já foi oferecido por um número maior de prefeituras da região, mas, alegando queda em arrecadações orçamentárias, tem sido restringido ao longo dos anos. Freitas (2011) acredita que, dada a dependência por ações governamentais dos estudantes que vivem no campo ou em municípios pequenos para garantir o acesso à escolarização, pode-se concluir que eles estão sistematicamente em desvantagem em relação aos que vivem na área urbana. Entretanto, no caso estudado, pressupõe-se que até mesmo os estudantes residentes no perímetro urbano de Iporá muitas vezes comungam do mesmo problema, visto que a cidade não conta com sistema urbano de transporte coletivo público.

É importante apontar que a questão do transporte é um potencial entrave na ampliação da oferta da educação profissional. Porém, outros fatores estão diretamente ligados à baixa participação dos alunos camponeses nos cursos técnicos integrados, como a falta de refeitórios e auxílio-moradia para dar suporte a esses estudantes que residem distante da sede do campus.

Por se tratar de fruto da fase II da expansão da rede EPT, o Campus Iporá ainda é considerado instituição que passa por construção/estruturação, e por isso não conta com toda a sua infraestrutura física completa, como refeitório e sistema de alojamento estudantil. Para suprir a ausência desses sistemas de alimentação e moradia, em especial para os estudantes do Ensino Médio Integrado, que frequentam a instituição em regime integral, ações de assistência estudantil têm sido implementadas, principalmente, em forma de repasses financeiros por meio de Editais de bolsa-permanência.

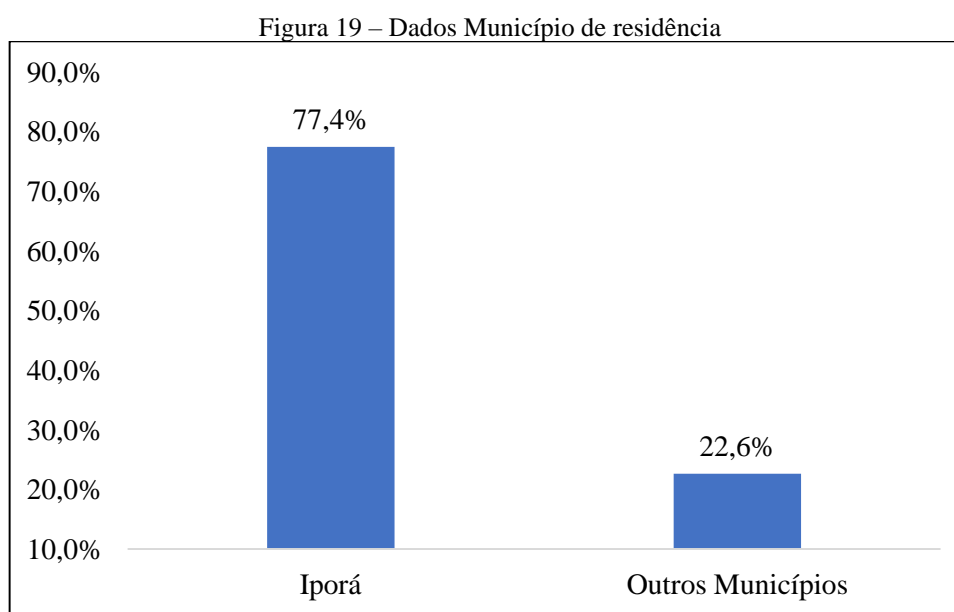
Para o ano de 2023, o Campus Iporá lançou edital oferecendo 100 bolsas no valor de 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a estudantes em situação de vulnerabilidade biopsicossocial e econômica, conforme o Decreto n. 7.234/2010, regularmente matriculados na modalidade presencial, tanto no nível superior quanto no nível técnico. No IF Goiano, um total de 819 bolsas

foram ofertadas no ano de 2022 (IF GOIANO, 2023).

4.1.7 Endereço informado pelo ingressante

Finalizando a apresentação dos resultados dentro da estatística descritiva e com relação à questão principal deste estudo, quando se postulou responder à seguinte pergunta: “Qual foi o alcance regional do Ensino Médio Integrado do IF Goiano – Campus Iporá, entre os anos de 2011 e 2020?” Para atender ao questionamento, foram levantados os municípios de origem de cada ingressante, registrados no formulário de matrícula em cada curso integrado do campus.

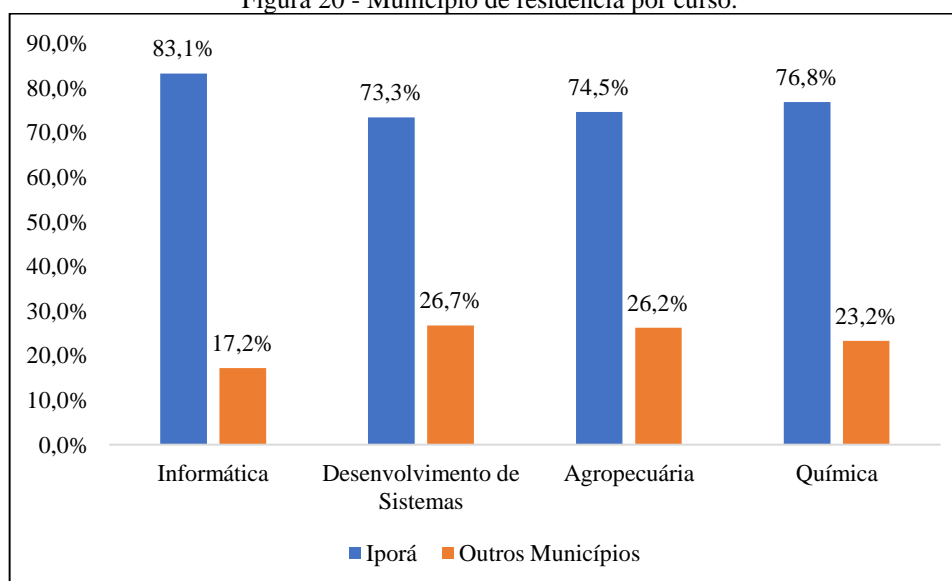
Do total de 1089 matrículas efetivadas, identificou-se que 843 estudantes declararam residir na cidade de Iporá, o equivalente a 77,4% (Figura 19). Comparativamente, observou-se que apenas 246 estudantes declararam residir em outros municípios fora da sede do campus, o que corresponde a 22,6% do total.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

O curso técnico integrado em Desenvolvimento de Sistemas, embora com menor tempo de oferta, foi o curso que, no período de estudo, teve maior inserção em municípios fora da cidade de Iporá, (26,7%), seguido do curso Técnico integrado em Agropecuária, (6,2%), Química, (23,2%), e, por último, com menor inserção regional, o curso técnico integrado em Informática (17,2%) (Figura 20).

Figura 20 - Município de residência por curso.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Dentre os municípios alcançados pelo Ensino Médio Integrado do campus (Tabela 7), Piranhas, distante 96 km da sede do campus, aparece como aquele que, logo após o município sede, enviou maior número de estudantes no primeiro decênio da modalidade. Afastado a 321 km da capital do estado, Piranhas está localizado na microrregião Aragarças e contabilizou 56 estudantes matriculados no período, correspondendo a 5,1% do total. Ex-povoado de Caiapônia, Piranhas foi elevado à categoria de município em 1953 e conta com população de 11.712 habitantes. A pecuária e a agricultura são a base econômica do município (BRASIL, 2023a).

Tabela 7 - Número de matrículas por município em cada curso.

Município	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	Agropecuária	Química	Total	%
Iporá - Go	281	107	313	142	856	77,4
Piranhas - Go	8	11	25	12	56	5,1
Amorinópolis - Go	9	4	20	3	37	3,3
Jaupaci - Go	10	12	6	5	33	3
Israelândia - Go	4	7	12	-	23	2,1
Diorama - Go	7	1	9	5	23	2
Caiapônia - Go	-	1	5	12	18	1,6
Arenópolis - Go	4	1	7	-	13	1,2
Montes Claros de Goiás - Go	2	1	3	2	8	0,7

Continua

Continuação Tabela 7

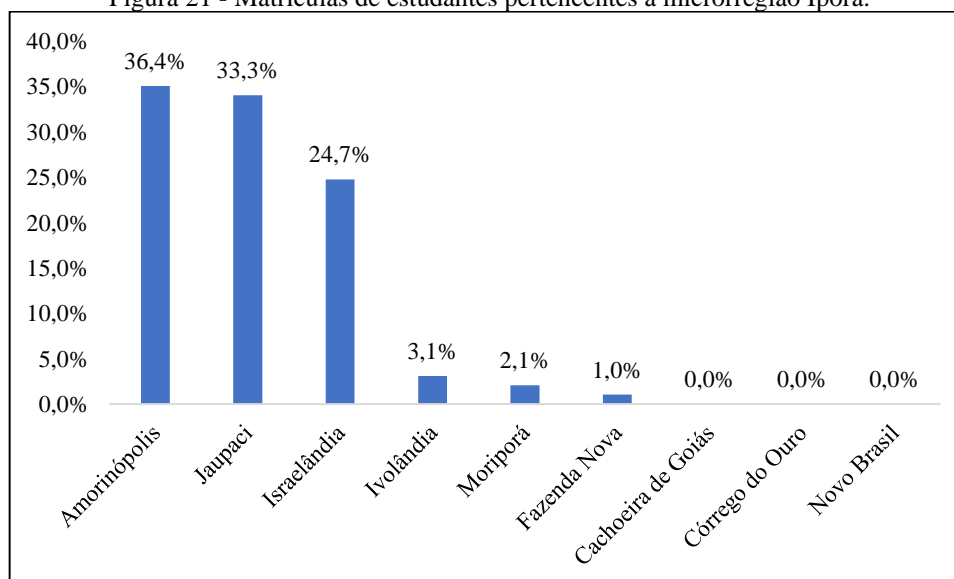
Município	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	Agropecuária	Química	Total	%
Doverlândia - Go	-	-	6	1	8	0,6
Rio Verde - Go	5	-	1	-	6	0,5
Palestina de Goiás - Go	2	-	2	-	4	0,4
Goiânia - Go	1	-	1	1	3	0,3
Ivolândia - Go	-	1	2	-	3	0,3
Jussara - Go	-	-	2	-	2	0,2
Moiporá - Go	-	-	2	-	2	0,2
Montividiu - Go	2	-	-	-	2	0,2
Bom Jesus de Goiás - Go	-	-	1	-	1	0,1
Paraúna - Go	-	-	-	1	1	0,1
Pontal do Araguaia - MT	1	-	-	-	1	0,1
São Luís de Montes Belos - Go	-	-	1	-	1	0,1
Uberlândia - MG	-	-	1	-	1	0,1
Urutaí - Go	-	-	1	-	1	0,1
Ouvidor - Go	-	-	-	-	1	0,1

Fonte: Elaboração própria.

Considerando a delimitação da área de abrangência do Campus Iporá (Figura 6), definida no projeto de criação da unidade em 2007, é possível afirmar que 93,1% dos estudantes que informaram residência fora do município se originaram dessa área. Destes 93,1%, 40,2% se encontravam na microrregião Iporá.

Ao recortar a microrregião de Iporá, excluindo também as matrículas da cidade sede do campus, o município de Amarinópolis foi o que mais enviou estudantes para o Ensino Médio Integrado (36,4%), seguido de Jaupaci (33,3%) e Israelândia (24,7%) (Figura 21). Portanto, constata-se que, dos 10 municípios pertencentes à microrregião Iporá, o Ensino Médio Integrado do campus não recebeu estudantes de apenas três deles, entre 2011 e 2020: Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro e Novo Brasil.

Figura 21 - Matrículas de estudantes pertencentes à microrregião Iporá.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Na análise de abrangência por curso, o técnico integrado em Agropecuária foi o que registrou maior número de estudantes matriculados na microrregião Iporá, com 42,4% das matrículas. O curso técnico integrado em Química foi o que teve menor procura na microrregião de Iporá, com apenas 9,1% das matrículas.

Ao ampliar a área para os municípios de abrangência do Campus Iporá de acordo com o projeto de criação da unidade (Figura 6), excluindo novamente o município sede, o curso de Técnico integrado em Agropecuária foi também o responsável pela maior inserção regional, com 103 matrículas, equivalente a 45% do total. Dentro desta área, o município de Piranhas foi o que apresentou maior número de estudantes, com 56 matrículas, correspondendo a 24,5%, seguido de Amorinópolis (15,7%), Jaupaci, (14,4%), Israelândia (10,5%), Diorama (9,6%), Caiapônia (7,9%), e Arenópolis (5,2%). Química e Informática tiveram menor procura, 17% das matrículas cada.

A presente análise identificou um conjunto de 24 municípios alcançados, sendo 17 deles nas regiões Noroeste, Oeste e Sudoeste de Goiás, abrangendo as microrregiões de Aragarças, Anicuns, Iporá, Rio Vermelho, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois. Nessas regiões geográficas, identificou-se que a maior concentração de matrículas foi na microrregião de Iporá, com 86,5% das matrículas, 9% na microrregião de Aragarças e 3,4% na microrregião do Sudoeste de Goiás (Tabela 8).

Tabela 8 - Distância entre os municípios até o campus e outras informações.

Município	Distância do Campus	População (2023)	IDHM (2010)	% matrículas (2011 – 2020)	Microrregião	Mesorregião
Iporá-Go	-	35.684	0,743	77%	Iporá	Centro
Piranhas - Go	95,7	22.609	0,721	5%	Aragarças	Noroeste
Amorinópolis - Go	22,2	3.007	0,681	3%	Iporá	Centro
Jaupaci - Go	44,4	2.924	0,689	3%	Iporá	Centro
Israelândia - Go	28,8	2.560	0,711	2%	Iporá	Centro
Diorama - Go	30,9	2.062	0,729	2%	Iporá	Noroeste
Caiapônia - Go	109	16.507	0,693	2%	Sudoeste	Sul
Arenópolis - Go	61	1.405	0,687	1%	Aragarças	Noroeste
Montes Claros de Goiás - Go	64,4	8.756	0,707	1%	Aragarças	Noroeste
Doverlândia - Go	172	6.956	0,668	1%	Sudoeste	Sul
Rio Verde - Go	171	225.696	0,754	1%	Sudoeste	Sul
Palestina de Goiás - Go	65,9	3.132	0,713	0%	Sudoeste	Sul
Goiânia - Go	227	1.437.237	0,799	0%	Goiânia	Centro
Ivolândia - Go	57,4	2.334	0,704	0%	Iporá	Centro
Jussara - Go	100	19.625	0,743	0%	Rio Vermelho	Noroeste
Moiporá - Go	76,2	1.501	0,696	0%	Iporá	Centro
Montividiu - Go	123	12.521	0,733	0%	Sudoeste	Sul
Bom Jesus de Goiás - Go	307	23.958	0,701	0%	Meia Ponte	Sul
Paraúna - Go	160	10.659	0,672	0%	Vale do Rio dos Bois	Sul

Continua

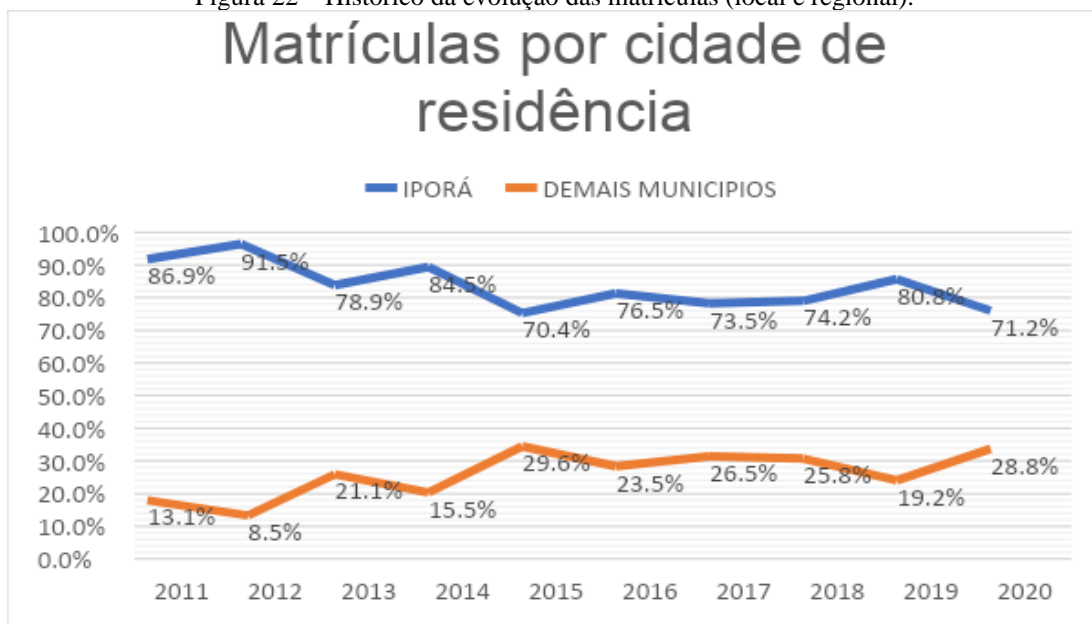
Continuação Tabela 8

Município	Distância do Campus	População (2023)	IDHM (2010)	% matrículas (2011 – 2020)	Microrregião	Mesorregião
Pontal do Araguaia - Mt	174	6.932	0,734	0%	Leste Matogrossenses	Sudeste Matogrossenses
São Luís de Montes Belos - Go	99,8	33.852	0,731	0%	Anicuns	Centro
Uberlândia - Mg	507	713.232	0,789	0%	Uberlândia	Triângulo Mineiro
Urutaí - Go	394	3.553	0,732	0%	Pires do Rio	Sul
Ouvidor - Go	503	7.200	0,747	0%	Catalão	Sul

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE 2010/2023.

No histórico do número de ingressantes, dentro do recorte temporal, o ano com maior contingente de matrículas regionais foi o de 2015, com 29,6% dos estudantes apresentando endereço fora da cidade de Iporá. Em contrapartida, no ano de 2012, apenas 8,5% dos alunos eram oriundos de municípios da região (Figura 22).

Figura 22 – Histórico da evolução das matrículas (local e regional).

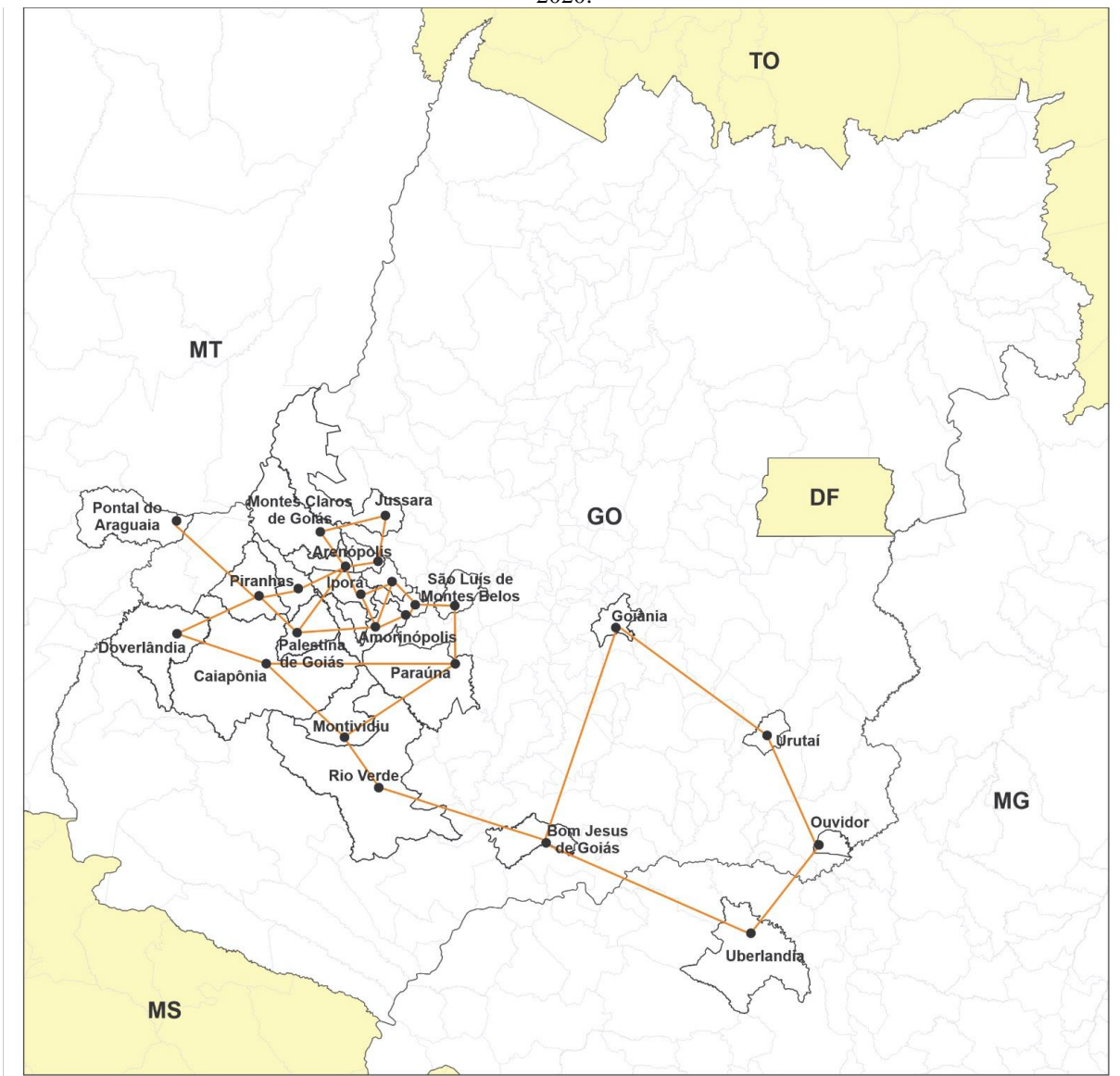


Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, constatou-se que o Ensino Médio Integrado do Campus Iporá atendeu em sua primeira década de funcionamento 1.089 estudantes oriundos de 24 municípios pertencentes às microrregiões de Iporá, Aragarças e Sudoeste de Goiás, e alcançou às mesorregiões Centro, Noroeste e Sul goiano.

A figura 23 apresenta, em forma de mapa, o resultado encontrado para a questão principal desta pesquisa, que foi identificar a área de abrangência dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá entre os anos de 2011 e 2020, de acordo com os municípios informados pelo ingressante no período.

Figura 23 - Área de abrangência do Ensino Médio Integrado do IF Goiano - Campus Iporá no período de 2011 a 2020.



Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Portanto, uma parte relevante desta pesquisa foi realizada aplicando-se a estatística descritiva. No entanto, visando a enriquecer a análise e atender ao objetivo específico de correlacionar as variáveis envolvidas neste estudo, buscou-se identificar parâmetros que pudessem demonstrar o grau de abrangência regional do Campus Iporá a partir dessas variáveis e suas correlações.

4.2 Estatística Inferencial

Para Miot (2018), os testes de correlação são importantes técnicas exploratórias para a investigação de associação entre o comportamento de grupos de variáveis, favorecendo a elaboração de modelos hipotéticos que devem ser confirmados posteriormente por meio de outras pesquisas e experimentos. Dessa forma, as correlações foram trabalhadas com o objetivo de identificar a relação de aspectos que possam explicar o maior ou menor número de matrículas de estudantes. Assim, entre o rol de variáveis independentes, trabalhou-se com a suposição de que o raio de abrangência do Campus Iporá poderia ser influenciado não somente pela distância dos municípios, mas também por outros indicadores sociais, econômicos e demográficos.

Inicialmente, propôs-se a utilização da Correlação de Pearson, o que foi impossibilitado após realização do teste de Normalidade de Shapiro Wilk. Conforme observado na Tabela 9, os valores de p Shapiro-Wilk para as variáveis analisadas são menores que 0,05, o que indica que a distribuição dos dados difere de maneira estatisticamente significativa de uma distribuição normal. Dessa forma, optou-se pelo uso da correlação de Spearman.

Tabela 9 - Teste de Normalidade de Shapiro Wilk.

Teste	N. de Matrículas	Distância em Km	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Escola privada	Escola pública	Zona Rural	Zona Urbana	Amarelo, Índio, Pardo, Preto
W de Shapiro-Wilk	0.258	0.803	0.261	0.259	0.247	0.265	0.405	0.256	0.272
p Shapiro-Wilk	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001

Continua

Continuação Tabela 9

Teste	Amarela, Índio, Parda, Preto	Branca	Cancelam compulsóri o	Conclud	Conclui	Evasã	Matrícul a	Tranca	Tranca volunt
W de Shapir o-Wilk	0.272	0.247	0.305	0.259	0.262	0.238	0.309	0.203	0.203
p Shapir o-Wilk	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001

TESTE	Transf ext	Transf int	RFP <= 0,5 SM	RFP 0,5 SM <= 1 SM	RFP 1 SM <= 1,5 SM	RFP 1,5 SM <= 2,5 SM	RFP 2,5 SM <= 3 SM	RFP > 3 SM
W de Shapir o-Wilk	0.255	0.203	0.241	0.264	0.278	0.266	0.280	0.250
p Shapir o-Wilk	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.1 Correlação com a origem da formação escolar

Utilizando-se da análise de correlação de Spearman, procurou-se identificar, no primeiro instante, a relação de influência entre as variáveis número total de matrículas com o tipo de escola do Ensino Fundamental do ingressante (Tabela 10).

Os resultados evidenciam correlação muito forte, na relação entre o número de matrículas de estudantes originários de escolas públicas e o número total de matrículas, com escore de 0,969 considerando ($p < 0,05$). O coeficiente resultante é positivo, com correlação diretamente proporcional, indicando que quanto maior o total de matrícula, maior será o número de estudantes oriundos de escolas públicas.

Tabela 10 - Correlação entre o Total de Matrículas e a Origem da Formação do Ensino Fundamental.

Origem da Formação Escolar	Número Total de Matrículas	
	Valor de P	Coefficiente de Correlação
Escola Privada	0,017	0,474
Escola Pública	<0,001	0,969

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da análise de Spearman, identificou-se também uma correlação muito forte, em que o coeficiente encontrado é positivo de 0,943 ($p < 0,05$) e diretamente proporcional, o que permite entender que, quanto maior o número de ingressantes oriundos de escolas públicas, maior será a entrada de estudantes do sexo feminino (Tabela 11). Esse resultado confirma a tendência encontrada na estatística descritiva, em que o maior número de ingressantes é do sexo feminino e originário de escolas públicas.

Tabela 11 – Correlação entre a origem da formação Escolar e o sexo do estudante ingressante.

Origem da Formação Escolar	Sexo Feminino		Sexo Masculino	
	Valor de P	Coefficiente de Correlação	Valor de P	Coefficiente de Correlação
Escola privada	0,018	0,470	0,031	0,0432
Escola pública	<0,001	0,943	<0,001	0,820

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda em relação ao tipo de escola do Ensino Fundamental do estudante, ao comparar ingressantes oriundos de escolas públicas com a distância do endereço de origem do estudante, identificou-se que há uma forte correlação, de -0,743, contudo, inversamente proporcional. Portanto, constata-se que, quanto maior a distância do município de origem do estudante em relação ao Campus Iporá, menor será a presença de ingressantes oriundos de escolas públicas (Tabela 12).

Tabela 12 – Análise de Correlação entre o tipo de escola do ensino fundamental e a distância do endereço do estudante.

Tipo de escola do Ensino Fundamental	Distância do endereço do estudante em Km	
	Valor de P	Coefficiente de Correlação
Escola privada	0,740	-0,070
Escola pública	<0,001	-0,743

Fonte: Dados da pesquisa

O resultado, que demonstra que haverá menor entrada de estudantes de escolas públicas quanto maior for a distância do endereço de origem deles em relação à sede campus, pode estar associado a um maior grau de dependência do estudante originário de escola pública de políticas públicas que propiciem meios necessários para a sua permanência e êxito, como transporte, moradia e alimentação. Principalmente por se tratar de estudantes de escolas públicas, vários

fatores devem ser considerados, como a falta de transporte coletivo diário na região do estudante, falta de condições financeiras para custear moradia na cidade sede da instituição, bem como alimentação e outras despesas.

4.2.2 Correlação da Renda Familiar per capita

Outra dimensão considerada importante, observada nas análises descritiva e inferencial, refere-se à comparação do perfil de renda do estudante com as variáveis sexo, número total de matrículas, distância do endereço de origem em relação ao campus e a origem da formação escolar.

Ao analisar a renda familiar *per capita*, observou-se que a correlação é muito forte quando se compara com a variável sexo. Há uma tendência de haver uma maior entrada de estudantes do sexo feminino quanto maior o número de estudantes ingressantes que se enquadram no intervalo de renda entre a RFP (Renda Familiar *Per Capita*) \leq a 0,5 SM (salário mínimo) até a RFP (Renda Familiar *Per Capita*) \leq 1,5 SM (salário mínimo), conforme revela o coeficiente de correlação igual a 0,900, diretamente proporcional, sendo ($p < 0,05$).

Por outro lado, na mesma análise, detectaram-se coeficientes de correlação fortes, indicando que há uma maior entrada de estudantes tanto do sexo feminino quanto masculino, quanto maior for a entrada de estudantes que se enquadram no intervalo de RFP entre $\leq 0,5$ Salário mínimo e RFP $\leq 2,5$ salário mínimo, em que os coeficientes de correlação são diretamente proporcionais e escores entre 0,717 e 0,871 ($p < 0,05$), conforme destacado na Tabela 13.

Tabela 13 – Correlação entre Renda Familiar Per Capita e Sexo do estudante ingressante

Renda Familiar <i>Per Capita</i>	Sexo Feminino		Sexo Masculino	
	Valor de P	Coeficiente de Correlação	Valor de P	Coeficiente de Correlação
RFP \leq 0,5 SM	<0,001	0,829	<0,001	0,871
0,5 SM < RFP \leq 1 SM	<0,001	0,900	<0,001	0,717
1 SM < RFP \leq 1,5 SM	<0,001	0,866	<0,001	0,793
1,5 SM < RFP \leq 2,5 SM	0,001	0,606	<0,001	0,814
2,5 SM < RFP \leq 3 SM	<0,001	0,779	0,001	0,601
RFP > 3 SM	0,001	0,611	0,006	0,53

Fonte: Dados da Pesquisa.

As correlações fortes, identificadas nas relações de influência dos diferentes níveis de renda familiar *per capita*, considerando até o limite de até 2,5 salários mínimos, revelaram-se mais acentuadas, em primeiro momento, em relação a estudantes do sexo feminino, mas também significativas para os estudantes do sexo masculino, confirmando assim, tal como identificado também na análise estatística descritiva, uma presença de estudantes nas faixas mais relevantes de vulnerabilidade social, conforme classificação do Decreto n. 7.234/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Nesse contexto, ainda considerando a variável Renda Familiar *Per Capita*, quando se correlaciona com o número total de matrículas, observaram-se também coeficientes fortes de correlação, entre 0,864 e 0,884 com ($p < 0,05$), nas faixas de RFP $\leq 0,5$ SM até RFP $\leq 1,5$ SM, confirmando o forte perfil de fragilidade do estudante do Ensino Médio Integrado do Campus Iporá do IF Goiano (Tabela 14).

Tabela 14 – Correlação entre Renda Familiar *Per Capita* com Distância do endereço do estudante e Número total de matrículas

Renda Familiar <i>Per Capita</i>	Distância endereço de origem em Km		Número total de matrículas	
	Valor de P	Coefficiente de Correlação	Valor de P	Coefficiente de Correlação
RFP $\leq 0,5$ SM	0.003	-0.571	< .001	0.868
0,5 SM < RFP ≤ 1 SM	0.003	-0.576	< .001	0.864
1 SM < RFP $\leq 1,5$ SM	0.004	-0.553	< .001	0.884
1,5 SM < RFP $\leq 2,5$ SM	0.001	-0.617	< .001	0.692
2,5 SM < RFP ≤ 3 SM	0.037	-0.418	< .001	0.740
RFP > 3 SM	0.119	-0.320	< .001	0.621

Fonte: Dados da pesquisa trabalhados pelo autor

De outra forma, realizando a correlação da variável Renda Familiar *Per Capita* com a distância do endereço de origem do ingressante, em relação ao município de Iporá, observou-se que os coeficientes apresentaram correlação moderada e inversamente proporcional quando comparados às faixas de RFP $\leq 0,5$ SM até RFP ≤ 3 SM. Indicando que haverá menor entrada, mas de grau moderado, de estudantes que apresentam endereço de origem mais distantes do Campus Iporá.

4.2.3 Correlação de Cor/ Raça

A análise estatística demonstrou também níveis significativos de correlação ao se comparar a variável cor/raça com as variáveis distância do endereço do estudante, número de matrículas, Sexo, Tipo de escola do ensino fundamental (pública ou privada) e zona residencial (urbana ou rural), conforme destacado na Tabela 15.

A partir dos resultados encontrados, observou-se uma correlação muito forte entre os estudantes de cor amarela, parda, preta e indígena com o número total de matrículas e o número de estudantes de origem urbana, com coeficientes iguais a 0,922 e 0,948, respectivamente, apresentando correlação positiva (diretamente proporcional), considerando ($p < 0,05$). Quando comparadas as mesmas dimensões com o número de estudantes de cor branca, a correlação apresenta coeficiente forte e positivo, com escores entre 0,831 e 0,871 ($p < 0,05$).

Também se destaca a correlação de estudantes do sexo feminino, de origem urbana e de escolas públicas com os autodeclarados pretos, pardos, amarelos e indígenas. A tendência demonstrada na correlação significa que, quanto maior o número de matrículas, maior também será a entrada de estudantes de raça/cor, amarela, indígena, parda e preta, demonstrando que o IF Goiano - Campus Iporá tem atendido a Lei de Cotas e tem sido uma oportunidade para a inclusão desta população.

Tabela 15 – Correlação variável cor/raça com distância do endereço do estudante, número de matrículas, Sexo, Tipo de escola do ensino fundamental e zona residencial

Variáveis	Cor Amarela-Índigena-Parda-Preta		Cor Branca	
	Valor de P	Coefficiente de Correlação	Valor de P	Coefficiente de Correlação
Distância do Endereço de origem em Km	0.004	-0.557	< .001	-0.681
Número total de matrículas	< .001	0.922	< .001	0.871
Sexo Feminino	< .001	0.894	< .001	0.867
Sexo Masculino	< .001	0.830	< .001	0.714
Origem Escola Privada	0.024	0.451	0.005	0.542
Origem Escola Pública	< .001	0.898	< .001	0.837
Origem da Zona Rural	< .001	0.650	< .001	0.661
Origem da Zona Urbana	< .001	0.948	< .001	0.831

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.2.4 Correlação referente ao sexo Ingressantes

Em relação à variável sexo do estudante ingressante, observou-se correlação muito forte entre o número total de matrículas e o número de matrículas do sexo feminino, com escore de 0,976 ($p < 0,05$). O ingresso de estudantes do sexo feminino é diretamente proporcional ao ingresso total de estudantes, apresentando uma maior presença quando comparado ao número de matrículas do sexo masculino, que apresentou escore igual a 0,810 ($p < 0,05$), com coeficiente positivo e correlação diretamente proporcional, confirmando a estatística descritiva.

Quando comparados, o sexo com a distância do endereço do estudante em relação a Iporá, identificou-se, conforme Tabela 16, correlação moderada, equivalente a 0,671, em $p < 0,05$. Indicando que há uma tendência de que quanto maior a distância do endereço do estudante, menor é a entrada de estudantes do sexo feminino. Comparativamente, quando analisamos o sexo masculino, a correlação também é moderada, porém, com escore menor de -0,492, sendo $p < 0,05$.

Tabela 16 – Correlação da variável sexo com número total de matrículas.

Sexo	Coefficientes	Distância Endereço do estudante em Km
Sexo Feminino	Correlação	-0,671
	Valor de P	< .001
Sexo Masculino	Correlação	-0,492
	Valor de P	0,012

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstram que o fator distância impacta mais diretamente o público feminino residente na região onde atua o campus Iporá. Dessa forma, apresenta-se ainda mais emergente a implantação de programas de moradia estudantil que atendam especialmente a esse público que resida distante da unidade de ensino. Especialmente no contexto desta pesquisa, esse resultado adquire uma relevância ainda mais significativa se relacionado ao grau de vulnerabilidade social do estudante atendido pelo campus.

4.2.5 Correlações relacionadas a situação da matrícula (permanência e êxito)

A matriz de correlação de Spearman revelou importante comparação com a informação

de conclusão ou não do curso pelo estudante ingressante no Ensino Médio Integrado do Campus, comparado com a distância do município de origem (Tabela 17).

Nos resultados encontrados, observou-se uma correlação diretamente proporcional e muito forte entre o número de concluintes com o total de matrículas, coeficiente equivalente a 0,902 ($p < 0,05$). Essa correlação indica que o fator distância não é uma variável que interfere no quesito êxito do estudante.

Ainda considerando os dados de permanência e êxito, identificou-se que a correlação entre o total de matrículas e a situação Matriculados apresentou coeficiente igual a 0,778, ($p < 0,05$), indicando uma correlação forte e diretamente proporcional. Contudo, o nível de retenção existente no período pode ser explicado pelas matrículas referentes à turma ingressante em 2020, e que, em setembro de 2022, quando do recebimento dos dados desta pesquisa, não havia integralizado o tempo mínimo do curso, de três anos.

Na dimensão número total de matrículas e situações de transferências (externa e interna), a análise identificou uma correlação forte com a dimensão transferência externa, apresentando coeficiente igual a 0,749, ($p < 0,05$), diretamente proporcional. Resultado que revela que há também forte relação da transferência externa, comparada às transferências internas.

Tabela 17 – Correlação das dimensões Situação da matrícula com a distância do endereço de origem e o total de matrículas

Situação da matrícula Permanência e Êxito	Coefficientes	Dist. ender. de origem km	Total de Matrículas
Concluintes	Correlação	-0.518	0.902
	Valor de P	0.008	< .001
Matriculados	Correlação	-0,432	0,778
	Valor de P	0,031	< .001
Transferências externas	Correlação	-0.684	0.749
	Valor de P	< .001	< .001
Transferências internas	Correlação	-0.340	0.344
	Valor de P	0.097	0.092

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme coeficientes apresentados na Tabela 18, a variável Situação da Matrícula apresentou correlações muito fortes, considerando as correlações da situação Concluintes com estudantes de origem da zona urbana e com autodeclarados amarelos, indígenas, pardos e pretos, com coeficientes de correlações positivas, iguais a 0,913 e 0,908, respectivamente

($p < 0,05$). Revelando que, quanto maior o número total de concluintes, maior é a quantidade de concluintes amarelos, indígenas, pardos e pretos e de zona urbana.

Tabela 18 – Correlação concluintes com zona residencial e cor/raça

Situação da matrícula	Coefficientes	Orig. Esc. Públ.	Orig. Zona Rur.	Orig. Zona Urb.	Cor Am-Ind-Pard-Preto	Cor Branca
Concluintes	Correlação	0.856	0.675	0.913	0.908	0.815
	Valor de P	< .001	< .001	< .001	< .001	< .001

Fonte: Dados da pesquisa trabalhados pelo autor

4.2.6 Correlação relacionada a Zona residencial

Conforme dados já apresentados na estatística descritiva, 96% dos estudantes matriculados no período do estudo no Ensino Médio Integrado eram da zona urbana, sendo, portanto, baixo o número de estudantes oriundos da zona rural. Essa alta parcela de origem da zona urbana é confirmada pela análise de correlação de Spearman (Tabela 19).

Considerando as variáveis, número total de matrículas, sexo e o tipo de escola do ensino fundamental, comparadas as variáveis relativas à distância do município de Iporá e se zona residencial, identificou-se correlação muito forte, com escore acima de 0,900 ($p < 0,05$), quando comparadas as variáveis sexo feminino, estudantes de origem urbana e proveniente de escolas públicas.

Tabela 19 – Correlação entre zona residencial e distância do endereço de origem com número total de matrículas, sexo e tipo de escola de ensino fundamental

Variáveis	Origem da Zona Rural		Origem da Zona Urbana		Distância Endereço de origem em Km	
	Valor de P	Coefficiente de Correlação	Valor de P	Coefficiente de Correlação	Valor de P	Coefficiente de Correlação
Número Total de Matrículas	< .001	0.720	< .001	0.970	< .001	-0,698
Sexo Feminino	< .001	0.704	< .001	0.951	< .001	-0,671
Sexo Masculino	< .001	0.698	< .001	0.797	0,012	-0,492
Origem Escola Privada	0.087	0.349	0.014	0.485	0,740	-0,07
Origem Escola Pública	< .001	0.725	< .001	0.936	< .001	-0,743

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda, conforme dados da Tabela 19, ao analisarmos número total de matrículas, sexo e tipo de escola de ensino fundamental em relação à distância em Km do endereço de origem do estudante ingressante, identificou-se uma correlação forte, inversamente proporcional, quando comparados os para estudantes oriundos de escolas públicas, com coeficiente de correlação igual a $-0,743$ ($p < 0,05$). Ou seja, confirmando que quanto maior a distância em Km do município de origem do ingressante em relação ao Campus Iporá, menor é o ingresso de estudantes que tiveram sua formação no nível fundamental em escolas públicas.

Da mesma forma, quanto mais distante a cidade de origem do ingressante em relação ao município de Iporá, menor o número de matrículas. Assim, reforça-se mais uma vez a hipótese de que o fator limitante, para um maior número de estudantes de outros municípios, é a longa distância, associada com a falta de transporte regular e possivelmente também com a carência de ampliação da infraestrutura do campus para o acolhimento destes estudantes em relação a alojamentos e refeitórios estudantis.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O mestrado profissional em EPT em rede nacional visa tanto à produção de conhecimento como ao desenvolvimento de produtos educacionais para aplicação em instituições escolares do país. Confeccionamos como produto educacional nesta pesquisa a cartilha digital “Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica: Abrangência regional dos 10 anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - Campus Iporá” (Figuras 24 e 25).

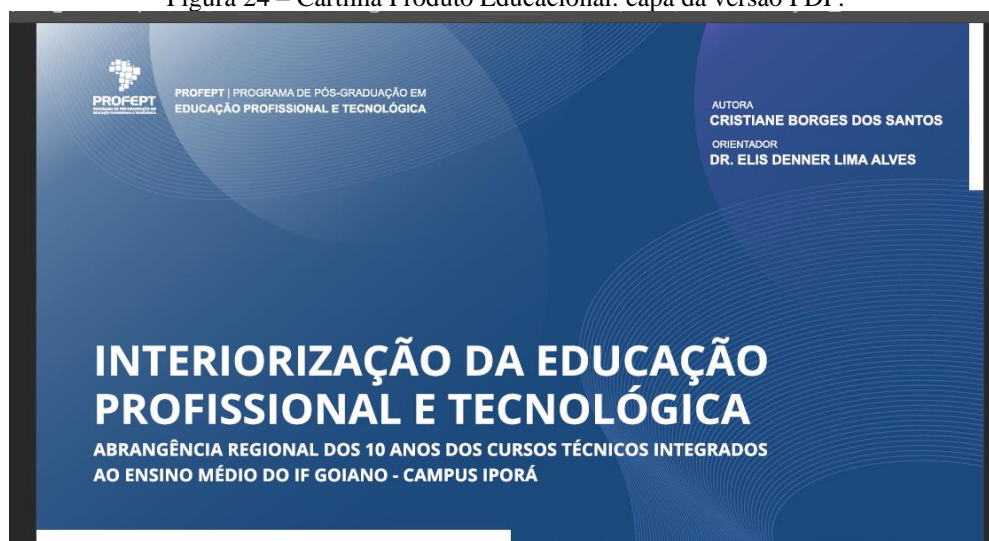
O material, pautado predominantemente na construção cartográfica, objetivou demonstrar a importância do IF Goiano - Campus Iporá para a região do Oeste Goiano na oferta do ensino técnico integrado, tal qual subsidiar o debate, a implantação/aprimoramento de políticas públicas relacionadas à respectiva especialidade e ao público atendido.

Pretendeu-se apresentar no produto educacional a abrangência geográfica do ensino integrado do campus, considerando o endereço informado pelo estudante no ato da matrícula, bem como um resumo de suas características socioeconômicas gerais, de acordo com os resultados desta pesquisa. Buscou-se promover uma reflexão dos dirigentes envolvidos no processo, contribuindo para que a instituição possa traçar estratégias de planejamento, visando à ampliação e a melhorias para esse atendimento.

Para validação do produto educacional, elegemos gestores do IF Goiano - Campus Iporá e Reitoria como público-alvo. Enviamos por *e-mail* convite individual ao Reitor, Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional e Ensino e Diretoria de Assistência Estudantil na Reitoria. No Campus Iporá, foram convidados os ocupantes dos cargos de Direção-Geral, Gerência de Ensino, responsável pelo setor de assistência estudantil, Coordenação de Ensino Médio e Técnico e Coordenadores dos Cursos Técnicos Integrados de Agropecuária, Desenvolvimento de Sistemas e Química.

Foram enviados, com o convite, a versão digital do produto educacional, os termos necessários para consentimento de participação, sendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO C) e o formulário de avaliação e validação do Produto Educacional (APÊNDICE A).

Figura 24 – Cartilha Produto Educacional: capa da versão PDF.



Fonte: Produto Educacional disponível em <https://11nk.dev/7q6q2>.

Figura 25 – Cartilha Produto Educacional: Página 2 - Sumário.



Fonte: Produto Educacional disponível em <https://11nk.dev/7q6q2>.

Optou-se pela apresentação do produto em formato digital e por *e-mail* institucional, uma vez que reunir representantes da gestão máxima do IF Goiano e do Campus Iporá poderia ser uma tarefa difícil, haja vista a agenda sobrecarregada dos gestores de uma instituição de ensino. A validação foi feita por meio de questionário semiestruturado on-line utilizando-se a ferramenta *Google Forms*.

O formulário de avaliação foi composto por 6 questões semiestruturadas: 1) Qual sua unidade de lotação?; 2) Como você avalia a qualidade deste Produto Educacional?; 3) Com base na proposta apresentada, você considera que o produto educacional atende ao seu objetivo?; 4) Como você avalia a relevância deste Produto Educacional para a construção do

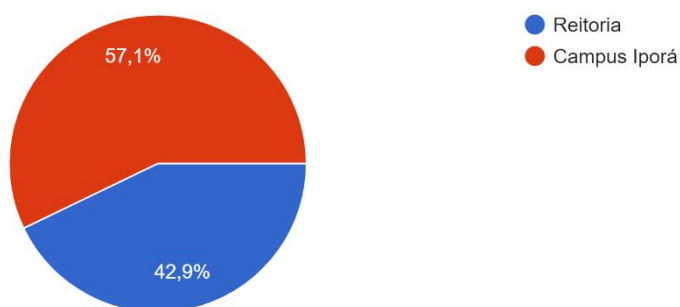
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Goiano?; 5) Você acredita que esse Produto Educacional pode ser útil no planejamento de ações de assistência estudantil aos discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - Campus Iporá?; 6) Você acredita que o Campus Iporá tem atendido à sua proposta de interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, no que diz respeito à oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na região Oeste de Goiás?

Dos 11 participantes convidados, sete aceitaram participar (63,6%), sendo quatro do campus Iporá (57,1%) e três da Reitoria (42,9%) (Figura 26).

Figura 26 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 1.

Qual sua unidade de lotação?

7 respostas



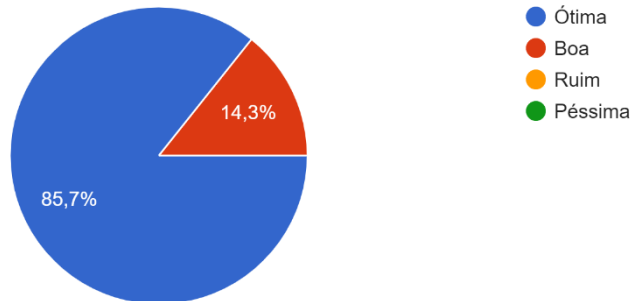
Fonte: Formulário de avaliação do PE

A qualidade do produto foi bem avaliada, sendo considerada como “ótima” por 85,7% dos participantes e “boa” por 14,3% dos participantes (Figura 27).

Figura 27 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 2.

Como você avalia a qualidade deste Produto Educacional?

7 respostas



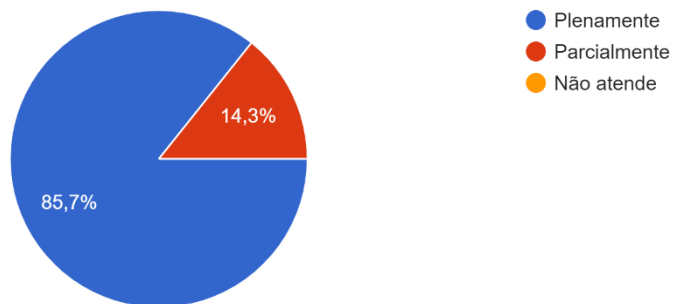
Fonte: Formulário de avaliação do PE

A respeito de o produto ter atendido a sua proposta, 85,7% avaliaram que atingiu “plenamente”, e 14,3% consideraram que o PE atingiu seu objetivo de forma “parcial” (Figura 28).

Figura 28 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 3.

Com base na proposta apresentada, você considera que o produto educacional atende seu objetivo?

7 respostas



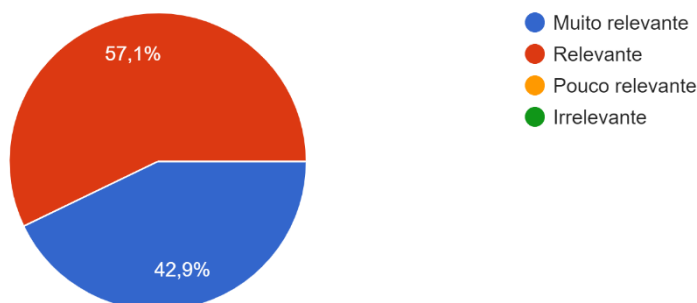
Fonte: Formulário de avaliação do PE

Sobre a relevância do produto para a construção do PDI do IF Goiano, 57,1% avaliaram como “relevante” e 42,9% como “muito relevante” (Figura 29).

Figura 29 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 4.

Como você avalia a relevância deste Produto Educacional para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Goiano?

7 respostas



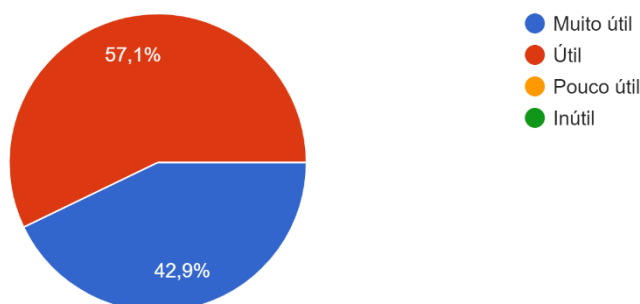
Fonte: Formulário de avaliação do PE

Quando questionados sobre a utilidade do PE no planejamento de ações de assistência estudantil do campus, 57,1% dos participantes consideraram como ‘útil’ e 42,9% como “muito útil” (Figura 30).

Figura 30 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 5.

Você acredita que esse Produto Educacional pode ser útil no planejamento de ações de assistência estudantil aos discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - Campus Iporá?

7 respostas

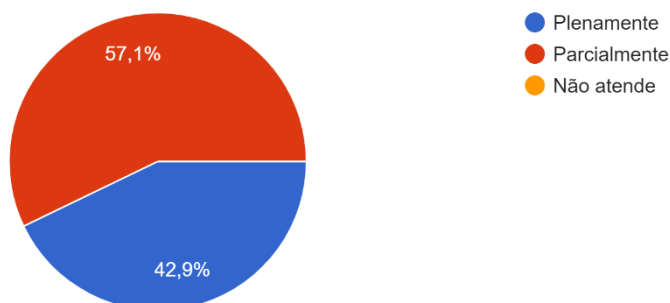


Fonte: Formulário de avaliação do PE

Por fim, indagados sobre o atendimento à proposta de interiorização da EPT, no que diz respeito à oferta dos cursos técnicos integrados do Campus Iporá, 57,1% dos participantes consideraram que o campus tem atendido “parcialmente”, enquanto 42,9% acreditam que esse quesito tem sido “plenamente” atendido (Figura 31).

Figura 31 - Avaliação do Produto Educacional. Questão 6.

Você acredita que o Campus Iporá tem atendido sua proposta de interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, no que diz respeito a ...tegrados a Ensino Médio na região Oeste de Goiás?
7 respostas



Fonte: Formulário de avaliação do PE

Foi aberto espaço no formulário para que facultativamente os participantes deixassem críticas, sugestões de melhoria e comentários sobre o produto apresentado. Cinco participantes deixaram suas impressões e sugestões (Quadro 5). Os participantes foram nomeados em ordem crescente de acordo com a cronologia das participações.

Quadro 5 - Comentários dos participantes da avaliação do Produto Educacional.

Avaliador	Comentários
Participante 1	“Produto muito bem elaborado, com capacidade de passar as informações pertinentes à pesquisa”
Participante 2	O produto educacional ficou bem redigido e ilustrado. As observações que faço são estéticas: o texto em rosa no fundo azul da página 4 poderia ser de outra cor, pois acho que ficaria melhor. Em relação aos mapas, notei que alguns apresentam fonte muito pequena, exigindo a aplicação de zoom no computador para fazermos a leitura dos nomes das cidades. Não sei se, quando a cartilha for impressa, todas as escritas dos mapas ficarão mais evidentes. Além disso, algumas cores escuras nos respectivos mapas poderiam ser trocadas por cores mais claras, para deixar nítidos todos os nomes das cidades. No mais, parabéns pelo produto educacional, pois é fruto de muitas leituras, pesquisas e dedicação no seu mestrado.”
Participante 3	Excelente! Parabéns!
Participante 4	Acredito que esse produto educacional permitirá aos gestores e servidores do Campus compreender melhor sobre a realidade. A partir da sua leitura, vários pontos são trazidos e, imagino, deverão provocar novas curiosidades, bem como a necessidade de atualização dos dados no decorrer do tempo

Continua

Continuação Quadro 5

Avaliador	Comentários
Participante 5	Parabéns pelo trabalho! Iniciativas semelhantes em outros <i>campi</i> serão de extrema relevância para a pasta de Assuntos Estudantis. O trabalho está muito bem-organizado e a leitura é bem interessante.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Formulário de avaliação do PE

Assim, aferimos que o material foi avaliado de forma positiva, atendendo à proposta de poder contribuir para futuras discussões sobre políticas públicas relacionadas à assistência estudantil, ao planejamento institucional e a outras ações referentes ao Ensino Médio Integrado no âmbito do IF Goiano – Campus Iporá.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de interiorização da educação profissional e tecnológica é reconhecido indiscutivelmente pela criação dos Institutos Federais. O papel dos Institutos, baseados no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, vai além da função educacional. Têm um caráter de formação omnilateral, que busca o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões, promovendo a reflexão crítica e a conscientização social, para que os indivíduos possam se tornar agentes transformadores da sociedade.

Nesse sentido, como o desafio dos Institutos é o de oferecer uma formação humana integral, visando a construir um indivíduo protagonista do seu processo de emancipação, é necessário conhecer como está ocorrendo essa abrangência. Assim, o objetivo principal desse trabalho foi analisar, a partir dos dados geográficos, sociais e econômicos e identificados nas matrículas dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrados aos Curtos Técnicos, a dimensão da área de abrangência do Campus Iporá.

A pesquisa identificou que o alcance do IF Goiano Campus Iporá, a partir da análise da origem dos ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio Integrado, atinge 24 municípios num raio aproximado de até 200 quilômetros, contemplando as microrregiões de Iporá, Aragarças e Sudoeste Goiano. Porém, a abrangência concentra-se mais acentuadamente na microrregião de Iporá, onde o município sede do campus registrou 86,5% do total de ingressantes.

Dessa maneira, é possível constatar que a distância do município de origem do estudante, em relação ao município sede do Campus Iporá, influenciou diretamente no número de ingressantes, com destaque para estudantes oriundos de escolas públicas, sobretudo do sexo feminino. E, pelos resultados apresentados, identificou-se uma concentração maior de matrículas de estudantes enquadrados na faixa de Renda Familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, refletindo um acentuado grau de vulnerabilidade social de uma parcela significativa de estudantes.

Esses dados levam a crer, por um lado, que o Campus Iporá está aos poucos provocando um processo de maior inclusão social. Entretanto, de outra forma, essa condição de maior vulnerabilidade social também reforça a necessidade de ampliação de políticas públicas sólidas, voltadas para a assistência estudantil, visando a fortalecer as ações de permanência e êxito desses estudantes.

Principalmente, se considerarmos que o baixo percentual de ingressantes advindos de municípios em torno do município de Iporá, sede do campus, o qual revela uma pequena

penetração da modalidade Ensino Médio Integrado nos demais municípios da Região Oeste do Estado de Goiás, pode estar associado à falta de transporte coletivo diário e às dificuldades financeiras das famílias em oferecer moradia e alimentação aos filhos estudantes, durante o tempo de formação escolar.

Porém, mesmo diante desses significativos entraves, não se pode desprezar que a possibilidade de Educação Profissional chegou ao interior do Estado de Goiás, na região Oeste, atendendo ao objetivo principal de interiorização da EPT, mitigando assim os impactos sofridos pelo lento processo de desenvolvimento socioeconômico. De outra forma, a análise revelou também que, entre os ingressantes, o número de estudantes pardos é significativo, demonstrando que o IF Goiano Campus Iporá tem permitido consolidar a política de inclusão racial.

E, baseado no elevado grau de vulnerabilidade do estudante, revelado na pesquisa, reafirma-se a necessidade de promover um maior alinhamento entre a oferta de vagas com a ampliação de políticas sociais inclusivas, como a busca por convênios com as prefeituras dos municípios vizinhos na oferta de transporte público, ou por mais recursos de investimento voltados para a construção de alojamento e refeitório, visando a criar condições para os estudantes de municípios vizinhos.

Cabe ressaltar que os dados se restringem à única modalidade ofertada pelo campus Iporá, dentro do universo de cursos ofertados no histórico de funcionamento dessa instituição. Nesse sentido, fazem-se necessárias novas pesquisas abrangendo os demais níveis e modalidades ofertados, incluindo-se a educação a distância. É pertinente ainda lembrar que a área identificada de abrangência do Ensino Médio Integrado foi levantada a partir das informações registradas no ato da matrícula, excluindo os inscritos nos processos seletivos que não foram aprovados nos exames de seleção para acesso aos cursos. Assim, como possibilidades de novos estudos a partir dos resultados encontrados, estão o aprofundamento nas questões relacionadas, os candidatos inscritos e até mesmo as relações das características gerais do estudante com as taxas de conclusão ou evasão, por exemplo.

Por fim, entende-se que as ações de uma política pública devem ser constantemente reavaliadas, e que seus resultados também são concretizados em médio e longo prazo. Sabe-se também que o projeto de expansão da RFECPT e o processo de consolidação dos Institutos Federais ainda não foram finalizados. Inclusive, foi interrompido em 2016 com a implementação da Emenda Constitucional 95, conhecida como “Teto de Gastos”, que estabeleceu limites de gastos para a área da educação. Como efeito, as instituições federais de ensino têm sofrido com a queda em seus recursos orçamentários e, conseqüentemente,

dificuldades na ampliação de suas ações.

Para isso, compreende-se que a consolidação do Campus Iporá, como instituição de referência no oeste goiano, na oferta de formação técnica, depende do esforço da gestão da unidade, na comunicação externa, em busca de mais recursos, de mais parcerias com as instituições políticas e educacionais de outros municípios, bem como de constantes reflexões e discussões sobre novas demandas regionais, imprescindíveis para a ampliação da capacidade de formação técnica na região.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Rodrigues A. C. *et al.* Por que não TI? A baixa participação feminina em cursos de TI: uma revisão sistemática. 2023. **Recima 21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 1, e412565, ISSN 2675-6218.
- ARAÚJO, Suelia da Silva; JUNQUEIRA, Adenilda Rodrigues da Silva; MARIANO, Sangelita Miranda Franco. A implantação do IF Goiano – Campus Iporá. **Revista Labor**, v. 2, n. 24, p. 443-464, 21 dez. 2020.
- ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Escolas Técnicas Federais: escolas de elites ou instituições que formam para o trabalho? **Revista Retta**, Seropédica, v. 1, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2010.
- BABA, Ricardo Kazuo; VAZ, Maria Salete Marcon Gomes; COSTA, Jéssica da. Correção de dados agrometeorológicos utilizando métodos estatísticos. **Revista Brasileira De Meteorologia**, v. 29, n. 4, p. 515–526, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-778620130611>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BARRETO, Maria Olinda. **Juventudes e ensino médio: perspectivas formativas para o ensino médio em escolas públicas de Iporá, Goiás**. 2019. 236 f. Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2019.
- BRANQUINHO, Laura Meireles; RIBEIRO, Cristiane Maria. A questão racial nos dez anos do instituto federal goiano. **Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 15, n. 2, p. 82-92, jul.-dez. 2020.
- BOMFIM, Alexandre Maia do. O convívio da educação superior com a educação básica nos Institutos Federais: perderemos essa oportunidade? In: ANJOS, Maylta Brandão dos; RÔÇAS, Giselle (Org.). **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Série Reflexões. Volume 1, p. 77-116. Natal: Editora do IFRN, 2017. Disponível em: <http://www.gptec.org/acervo/ReflexoesIFv1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Resultados**. 2023a. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- BRASIL. **Chamada Pública MEC/SETEC n. 001/2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_chamadapublica_fase2.pdf. Acesso em: 07 ago. 2021
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/Setec n. 002/2007**. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, ciência e tecnologia – IFET. Brasília, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022

BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: 17 de abril de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5840-13-julho-2006-544587-norma-pe.html>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, 23 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910.** Crêa o Ensino Agronomico e approva o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 20 out. 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=48%2C%20n.,NILO%20PE%C3%87ANHA>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918.** Autoriza o Ministro da Agricultura a crear patronatos agricolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos colonias e outros estabelecimentos do Ministerio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escassez de professores no ensino médio:** soluções estruturais e emergenciais. Relatório produzido pela Comissão Especial (CNE/CEB). Maio 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. MEC. SEMTEC. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha**. Indicadores de Gestão. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

BRASIL. Ministério da Educação. SEMTEC. **Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: SEMTEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal**. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal>. Acesso em: 17 maio 2023.

CANDIDO, Francineuma Guedes; JUCÁ, Sandro César Silveira. Memória, história e educação profissional: contribuições para o debate. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 217–231, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/4819>. Acesso em: 8 dez. 2021.

CEHELLA, Gilberto. A interiorização do Ensino Público Federal e o desenvolvimento local. **Brazilian Journal of Development (BJD)**, v. 5, n. 1, 2018.

CHAVES, João Lucas de Aguiar; CORREA, Márcia de Fátima Barbosa; GOMES, Sandra Monteiro. Estágio supervisionado em época de pandemia: experiência no curso de licenciatura em física. XVII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. ESUD 2020. Goiânia. **Anais do XVII (ESUD) 2020: Anais do VI (CIESUD) 2020: Docência online: cenários e desafios da educação em rede**, 2020. p. 483-490.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Coord.). **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, Aline M. **Educação profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional**. 2011, 132 f. Dissertação (mestrado) – Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo/RJ, 2011.

FAVERI, Dinorá Baldo de; PETTERINI, Francis Carlo; BARBOSA, Marcelo Ponte. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 50, 2018. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742](https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742). Acesso em: 22 maio 2022.

FREITAS, Dulceli de Pierin. **O transporte escolar e sua influência no aprendizado do aluno do campo**. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação do Campo) - Universidade Federal do Paraná, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios**. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

IFG. Instituto Federal de Goiás. **Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás – microrregião de Iporá**. Observatório do Mundo do Trabalho. Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/observatorio?showall=&limitstart=>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Estudante conclui doutorado após ter iniciado no Ensino Técnico no IF Goiano**. Goiânia, 22/09/2017. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias/6952-estudante-conclui-doutorado-apos-ter-iniciado-no-ensino-tecnico-no-if-goiano.html>. Acesso em: 4 ago. 2021.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2019 a 2023**. [S. l.]: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, 2018. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf. Acesso em: 4 ago. 2021.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Projeto Institucional de Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ifet Agroindustrial de Goiás**. Goiânia, 2008. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/Direcao-Geral/projeto-ifetizacao.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

IF GOIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Relatório Anual de Gestão- Exercício 2022**. Goiânia, 2022. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2021.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

IF GOIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Relatório Anual de Gestão- Exercício 2010**. Goiânia, 2011. Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatorio_de_Gestao_2010_IF_Goiano.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

IF GOIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Iporá, 2019a. Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/PPC_Curso_Tec_Agropecuaria_Int_EM_ingres_2019.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

IF GOIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio**. Iporá, 2019b. Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/PPC_Cursos_TEDS_Integrado_ao_EM_2019_Corrigido_vUK7yS7.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

IF GOIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio**. Iporá, 2019c. Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/T._QU%C3%8DMICA_ANO_IN%C3%8DCIO_2019-0645e0ce5f6d43b6892bbba92d027b67.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

IF GOIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. Iporá, 2013. Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/ppc_tec_info_integrado.pdf Acesso em: 25 jan. 2023.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Mapas das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás – 2018**. Disponível em:
https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=97&catid=32&Itemid=179. Acesso em: 4 ago. 2021.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. 2021. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 14 mai. 2023.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **PIB goiano 2022 cresceu mais do que o dobro do resultado nacional**. 17 abril 2023. Disponível em:
https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=8&Itemid=
 Acesso em: 5 ago. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. 2022.

IPORÁ-GO. **Projeto de Implantação de unidade ensino da Rede Federal de Educação Tecnológica no município de Iporá-GO**. Iporá. Secretária Municipal de Educação. 2007.

IPORÁ-GO. **Resultado da pesquisa de opinião com a população da região do Oeste de Goiás para a definição dos cursos para o CEFET – Oeste de Goiás**. Iporá. Secretária Municipal de Educação. 2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 877-910, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mX9xNN8HgH9YWLPySjXdPgQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015**: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores. 2016. 207 f., il. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20814>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MENDES, Gustavo Oliveira. **História e memórias dos pioneiros da educação profissional em Goiás**: narrativas da constituição do Instituto Federal Goiano. Morrinhos-GO. IF Goiano, 2019. 175 f., il. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/672>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MIOT, Hélio Amante. Análise de correlação em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 17, n. 4, p. 275-279, out-dez. 2018. ISSN 1677-7301.

MOTTA, Vania Cardoso da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 3, p. 549–572, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000300009>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesquis.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**, v. 2, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 30 jul. 2021.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Teresina, v. 2, p. 25-32, jan./jun. 2009.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/tpe.v15i2.20180>. Acesso em: 30 jul. 2021.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA** (PPGEA/UFRRJ), ano 1, p. 89-110, jan-jun 2010.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Fundação Santillana. Editora Moderna. Brasília, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Editora do IFRN – Natal: IFRN, 2015. 67 p.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%20e-pol%20adica-da-educa%20a3o-profissional.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

REIS, Edna A.; REIS, Ilka A. **Relatório Técnico RTE-04/2001 Departamento de Estatística-UFMG**. (Série Ensino). Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0104.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

REZENDE, Sarah Elayne de Freitas. **Fatores de evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. 2022.

SANTOS, Danielle Sousa; SANTOS, Marcela Kleiciane Nascimento. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e o direito a uma escola pública de qualidade: um estudo sobre o perfil dos jovens estudantes ingressantes no ensino médio técnico integrado. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 115–124, 2016. DOI: 10.15628/rbept.2014.3483. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3483>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, Leonardo T. **Política de Educação e Território: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e suas escalas de ação**. I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas, 2014, PUC - Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUCRIO, 2014, p. 654-665.

SILVA, Leonardo Barbosa E.; MARIANO, Alexsandro Souza. A definição de evasão e suas implicações (limites) para as políticas de educação superior. **Educação em Revista**, v. 37, p. e26524, 2021.

SILVESTRE, António Luís. **Análise de dados e estatística descritiva**. Escolar Editora, 2007.

SOBRAL, Francisco José M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 78-95, jul. 2015. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953/pdf_14. Acesso em: 06 set. 2018.

SOUZA, Áurea. **Coefficiente de correlação de Pearson e coeficiente de correlação de Spearman – o que medem e em que situações devem ser utilizados**. Repositório da Universidade dos Açores, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/5365>. Acesso em: 14 abr. 2023.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 54, p. 1067–1084, 2017.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



PROFEPT | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AUTORA
CRISTIANE BORGES DOS SANTOS

ORIENTADOR
DR. ELIS DENNER LIMA ALVES

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

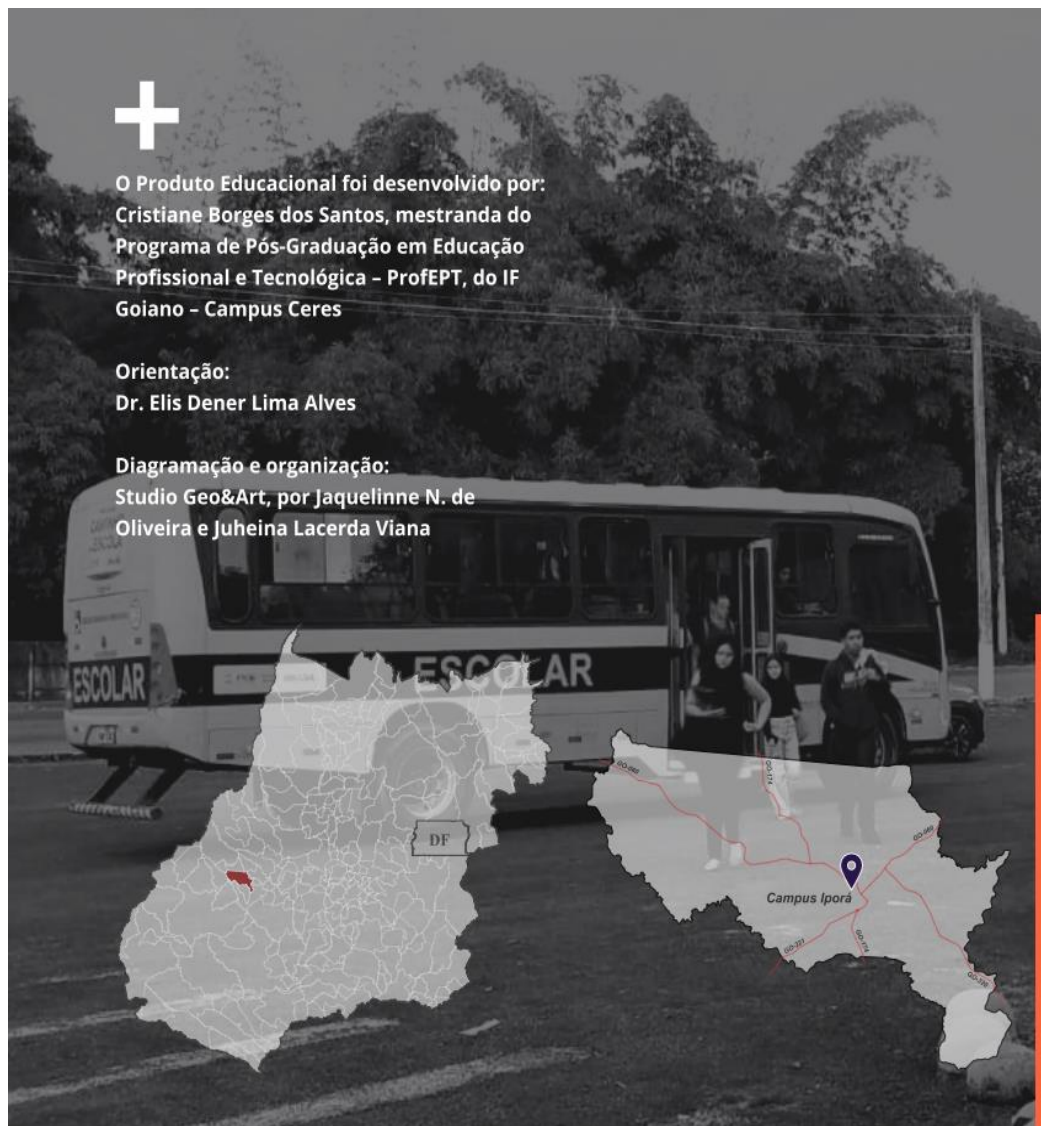
ABRANGÊNCIA REGIONAL DOS 10 ANOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS
AO ENSINO MÉDIO DO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ



O Produto Educacional foi desenvolvido por:
Cristiane Borges dos Santos, mestranda do
Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica - ProfEPT, do IF
Goiano - Campus Ceres

Orientação:
Dr. Elis Dener Lima Alves

Diagramação e organização:
Studio Geo&Art, por Jaqueline N. de
Oliveira e Juheina Lacerda Viana



SUMÁRIO

Apresentação	03
Introdução	04
Mapas de abrangência regional por curso técnico integrado ao ensino médio ofertado pelo IF Goiano - Campus Iporá entre 2011 e 2020 e o perfil do ingressante	13
Agropecuária	14
Química	20
Informática/TEDS	25
Considerações Finais	30
Relevância Didática e Pedagógica	33
Agradecimentos	34
Referências	34



Esta cartilha, em formato digital, foi elaborada como um produto educacional resultante da pesquisa ***“Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica: A abrangência geográfica e as características do estudante atendido na primeira década do Ensino Médio Integrado do IF Goiano - Campus Iporá”*** desenvolvida no programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, oferecido pelo *campus* Ceres do Instituto Federal Goiano.

O material é pautado, predominantemente, na construção cartográfica e objetiva demonstrar a importância do **IF Goiano - Campus Iporá** para a região do Oeste Goiano na oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, tal qual subsidiar o debate, a implantação/aprimoramento de políticas públicas relacionadas a respectiva espacialidade e ao público atendido.

Na primeira década de oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio no IF Goiano - *Campus* Iporá (2011 a 2020), foram registrados um total de 1.089 ingressantes nos cursos de ***Agropecuária, Desenvolvimento de Sistemas, Informática e Química***. Neste produto educacional, apresentaremos a abrangência geográfica do ensino integrado do *campus*, considerando o endereço informado pelo estudante no ato da matrícula, bem como um resumo de suas características socioeconômicas gerais, como: sexo, cor/ raça e renda familiar, de acordo com o banco de dados acadêmicos da instituição.

Esse texto destina-se aos gestores, coordenadores de cursos, docentes, departamentos pedagógicos e de assistência estudantil, e pretende contribuir para o planejamento do desenvolvimento institucional e outras ações no âmbito do Campus Iporá do IF Goiano.





INTRODUÇÃO

O avanço da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para o interior do Brasil, se deu principalmente por meio do Plano Nacional de Expansão da EPT e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da promulgação da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Este plano objetivou democratizar o acesso à educação no país, buscando alcançar localidades nas quais havia um grande contingente de estudantes que não teriam condições de migrar para os grandes centros urbanos para ter acesso à educação profissional. Para Frigotto (2018), a interiorização da EPT se configurou como um marco que alterou o mapa da educação federal pública no Brasil, principalmente no que diz respeito à democratização do seu acesso:

A oportunidade de milhares de jovens terem acesso aos IFs, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, num país que sempre se negou à maioria, aos filhos dos trabalhadores, o direito à educação básica de nível médio, é em si um ganho extraordinário (FRIGOTTO, 2018, p. 14).

Dentre os institutos criados, está o *Instituto Federal Goiano (IF Goiano)*, instituição pública de educação superior, básica e profissional, cuja verticalização compreende desde a formação inicial e continuada ao pós-doutorado. A instituição atua na promoção da educação profissional de qualidade em Goiás, visando à formação integral do cidadão para o desenvolvimento da sociedade.

A presença de 85% de seus *campi* em cidades interioranas, com menos de 50 mil habitantes, torna o IF Goiano legítimo representante do processo de interiorização da educação profissional no estado de Goiás, com 14 unidades espalhadas pelo estado, dentre elas Iporá.

O **IF Goiano – Campus Iporá** está localizado na região oeste do Estado e sua inauguração ocorreu no ano de 2010. Desde então, o *campus* vem ofertando do ensino básico à pós-graduação, nas modalidades presencial e à distância. Dentre seus níveis e modalidades estão os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio que contemplam jovens de diversos municípios, possibilitando o desenvolvimento profissional, experiências e memórias, mas com foco central no exercício da formação cidadã e mobilidade social da população local/regional.

Sobre a importância do Campus Iporá no processo de interiorização da EPT, Araújo et al (2020) a partir da memória dos servidores que estiveram presentes na implantação da Campus apontam que:

(...) a interiorização dos Institutos Federais, especificamente a instalação do Campus Iporá, permitiu que a educação de qualidade chegasse a várias pessoas que jamais se imaginariam deslocando-se para os grandes centros, para fazer um curso técnico ou superior gratuito e de qualidade, com um quadro de profissionais altamente qualificados. Nesse sentido, concluímos que o Campus Iporá representa um marco de avanço na região (Araújo et al, 2020, p. 461)

A análise de Araújo et al (2020) reconhece que o IF Goiano - Campus Iporá se caracteriza enquanto importante vetor de desenvolvimento regional no Oeste Goiano. Em constatação convergente, Silveira (2022) aponta para a integração regional desenvolvida a partir do IF Goiano - Campus Iporá, em suas palavras:

(...) cursos articulados à demanda da região do oeste goiano e municípios adjacentes, caracterizados pela baixa densidade demográfica – população aproximada de 345.482 habitantes, distribuídos em 42 municípios (figura 1), dos quais 32 contam com população abaixo de 10.000 habitantes, 7 municípios entre 10.000 e 25.000 habitantes e 3 municípios entre 25.000 e 35.000 habitantes (IBGE, 2021) – e baixo desenvolvimento econômico (centrado na pecuária de corte e leite e uma agricultura de baixo aporte tecnológico) (SILVEIRA, 2022, p. 96).

Este material, além da pretensão em contribuir para a tomada de decisão por parte da gestão do IF Goiano e do Campus Iporá em relação ao do ensino médio integrado, poderá também se tornar fonte para outros estudos mais aprofundados acerca da comunidade estudantil do *campus*, desta forma, colaborando para que novos conhecimentos sejam produzidos.

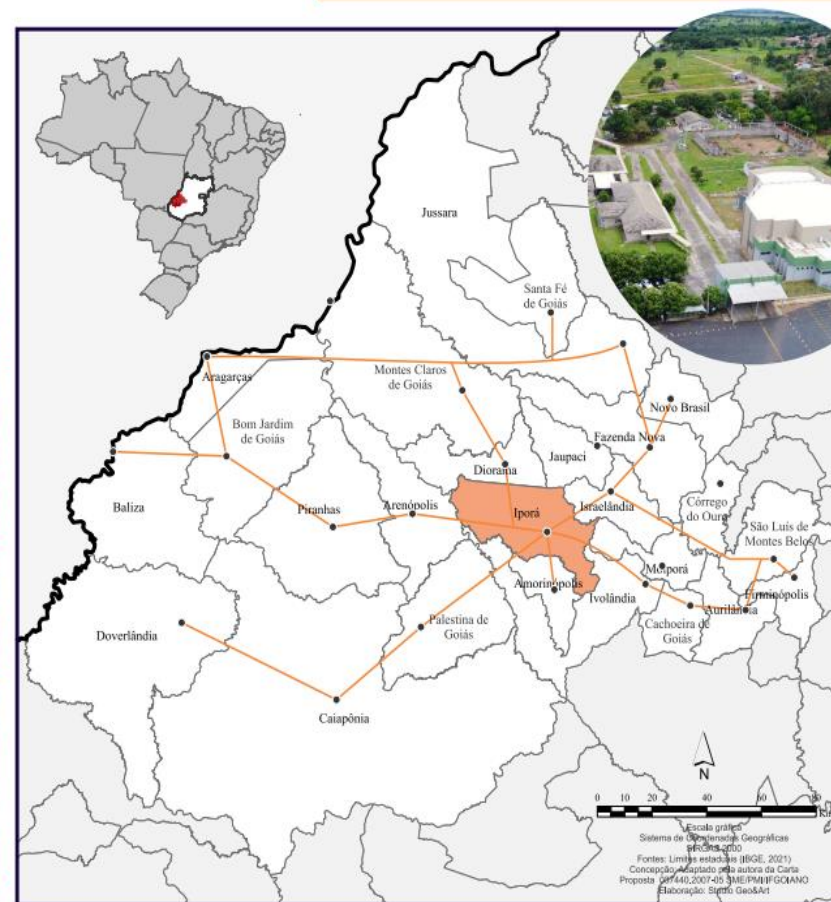
A construção do Campus Iporá começou em 2008, quando a unidade foi criada, vinculada ao então Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Rio Verde. Com a reestruturação da rede federal de educação profissional e criação dos Institutos Federais, a unidade de Iporá foi elevada a *campus* autônomo, compondo assim o IF Goiano, juntamente com os demais *campi* de Ceres, Urutaí, Morrinhos e Rio Verde. A inauguração do Campus Iporá, aconteceu em 1º de fevereiro de 2010, e as atividades letivas iniciaram em agosto daquele ano.

A escolha de Iporá para implantação de uma unidade da rede federal de educação foi, principalmente, resultado da intensa mobilização da população regional.

Dessa maneira, desde sua implantação, o *campus* busca responder às demandas por formação profissional e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para oferecer suporte aos arranjos produtivos não só de Iporá, mas de toda região oeste de Goiás (IF GOIANO, 2023).

A **figura 1** faz parte do projeto de implantação da unidade e delimitava, em 2007, a área de abrangência da instituição.

Figura 1. Carta Proposta 037440.2007-05 SME/PMI/IFGOIANO



LEGENDA

- Iporá
- Municípios parceiros (2007)
- Oeste Goiano

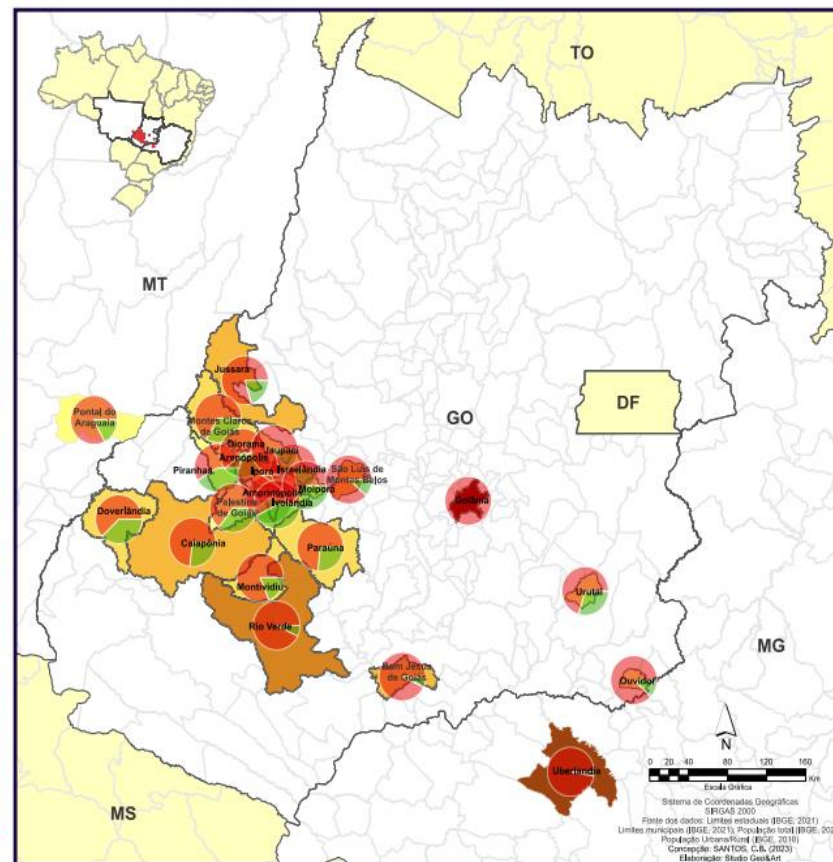
A interpretação da distribuição espacial das instituições de ensino deve considerar a produção do seu território.

A Microrregião de Iporá possui 7.074 km² de área total e 59.024 habitantes. Do universo da sua população, 95,8% vivem em área urbana e apenas 4,2% em área rural. A população masculina (50,03%) é levemente superior à feminina (49,97%). Mais da metade da população da Microrregião (52,4%) reside no município de Iporá (IMB, 2018).

Localizada na região oeste de Goiás e dentro da mesorregião Centro Goiano, a microrregião de Iporá abrange dez municípios.: Amorinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá e Novo Brasil. A sua economia é constituída pelo setor de serviços/comércio (57%), seguido pela administração pública (21,5%), indústria (21,5%) e agropecuária (8,9%) (IMB, 2018).

A **figura 2** apresenta a população estimada dos municípios de residência informados pelos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - Campus Iporá entre os anos de 2011 e 2020, ou seja, sua primeira década de oferta e a sua proporção de habitantes da zona urbana e rural.

Figura 2. Abrangência do Ensino Médio integrado do campus Iporá



LEGENDA

População estimada - 2021

1.763 - 5.467	16.757 - 31.274	604.013	População Urbana
7.892 - 10.863	176.424	1.302.001	População Rural

OBS.: Os dados referentes à população urbana e rural são de 2010 devido a ausência de dados mais atualizados.

Entre os anos de 2011 e 2020, o Campus Iporá registrou 1089 matrículas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, distribuídos entre as áreas de Agropecuária, Desenvolvimento de Sistemas, Informática e Química, sendo que no ato da matrícula 246 ingressantes registraram endereço de fora da sede, representando 22,6% da comunidade discente.

A **figura 3** apresenta a distância rodoviária em quilômetros (Km) do município de residência do estudante até a sede em Iporá e contribui para a hipótese de migração dos estudantes, direcionando a duas tendências. A primeira refere-se à migração regional, na qual os estudantes efetivam “mudança” ao município de Iporá. A segunda, denominada mobilidade pendular ocorre junto aos estudantes residentes nos municípios mais “próximos”, a exemplo de Israelândia, Jaupaci, Diorama e Amarinópolis, que se deslocam diariamente.

Esse resultado aponta para a importância de a instituição promover reflexões e debates sobre políticas que possibilitem a ampliação do acesso e permanência de estudantes fora do município sede.

Figura 3. Distância rodoviária (KM) do município de residência do estudante no ato da matrícula

Abrangência do campus IF Goiano
Iporá. Fonte: autora



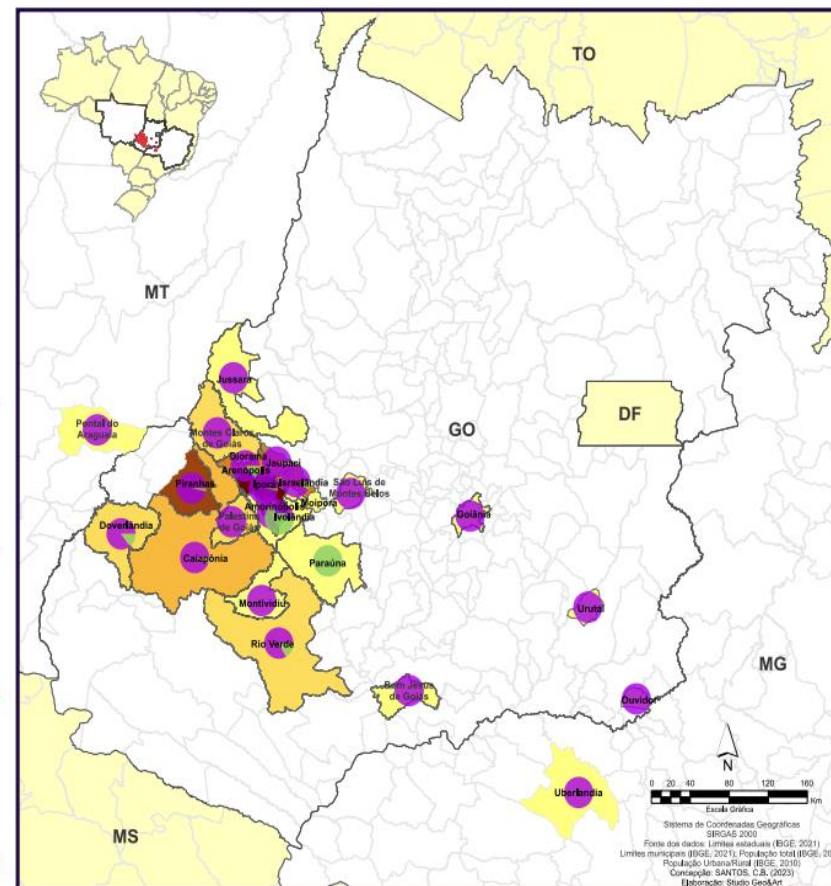
Em relação à zona residencial, se urbana ou rural, é possível constatar, conforme a **figura 4** a predominância dos estudantes residentes nas áreas urbanas, representando 96,1% do total.

Observa-se a baixa representatividade de matrículas oriundas da zona rural (4,02%). O indicador é relevante quando se considera, sobretudo, municípios menos populosos como nos casos de Ivolândia, Arenópolis e Amorinópolis que registraram índices de população rural de 49%, 44% e 41% respectivamente (IMB, 2018).

Dentre os municípios que mais apresentaram índices de estudantes residentes no campo, destacam-se Amorinópolis, Diorama e Doverlândia com percentuais de 17,7%, 13,4% e 66,6% respectivamente.

Os ingressantes oriundos da zona rural, em sua maioria buscaram o curso de técnico agropecuária, sendo 5,5% do total das matrículas.

Figura 4. Abrangência do campus IF Goiano Iporá: localidade domiciliar



LEGENDA

Total de matrículas

 1 - 3	 12 - 18	 56	 Matrículas zona urbana
 4 - 8	 22 - 34	 844	 Matrículas zona rural

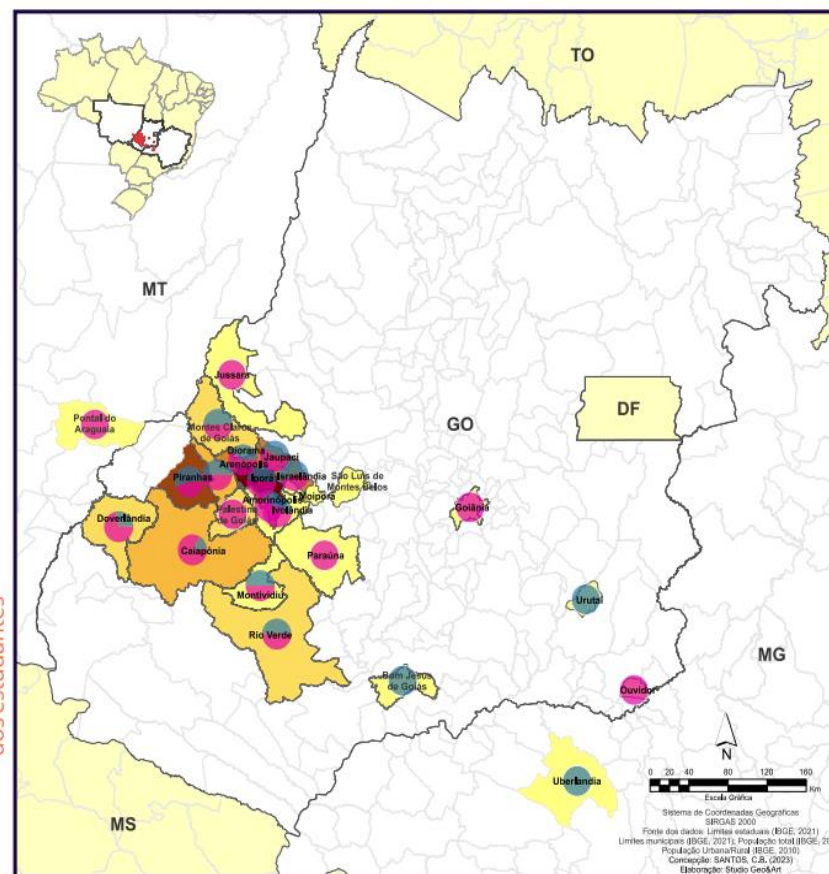
Dentre as características gerais dos estudantes matriculados nos 10 primeiros anos dos cursos integrados do Campus Iporá, foram elencadas **três dimensões (sexo, renda familiar e características étnico-raciais)**.

Considerando a categoria **sexo**, a maioria das matrículas foram realizadas pelo público feminino (54,2%), observando que da região oeste de Goiás, apenas nos municípios de Israelândia e Piranhas ocorreram maior quantidade de estudantes homens (57% e 55% respectivamente) em relação às mulheres, de acordo com a **figura 5**.

Na evolução da participação feminina, observa-se predomínio desta em todo o período, chegando a 57% do total em 2012, 2015 e 2019.

Assim como o é na educação básica, conforme dados do Censo Escolar 2022, as mulheres também são maioria nos cursos do Instituto Federal Goiano nos últimos cinco anos, de acordo com a dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, chegando a 52,14% em 2022 (PNP/2022).

Figura 5. Abrangência do ensino médio integrado do Campus Iporá. Sexo dos estudantes



LEGENDA

Total de matrículas

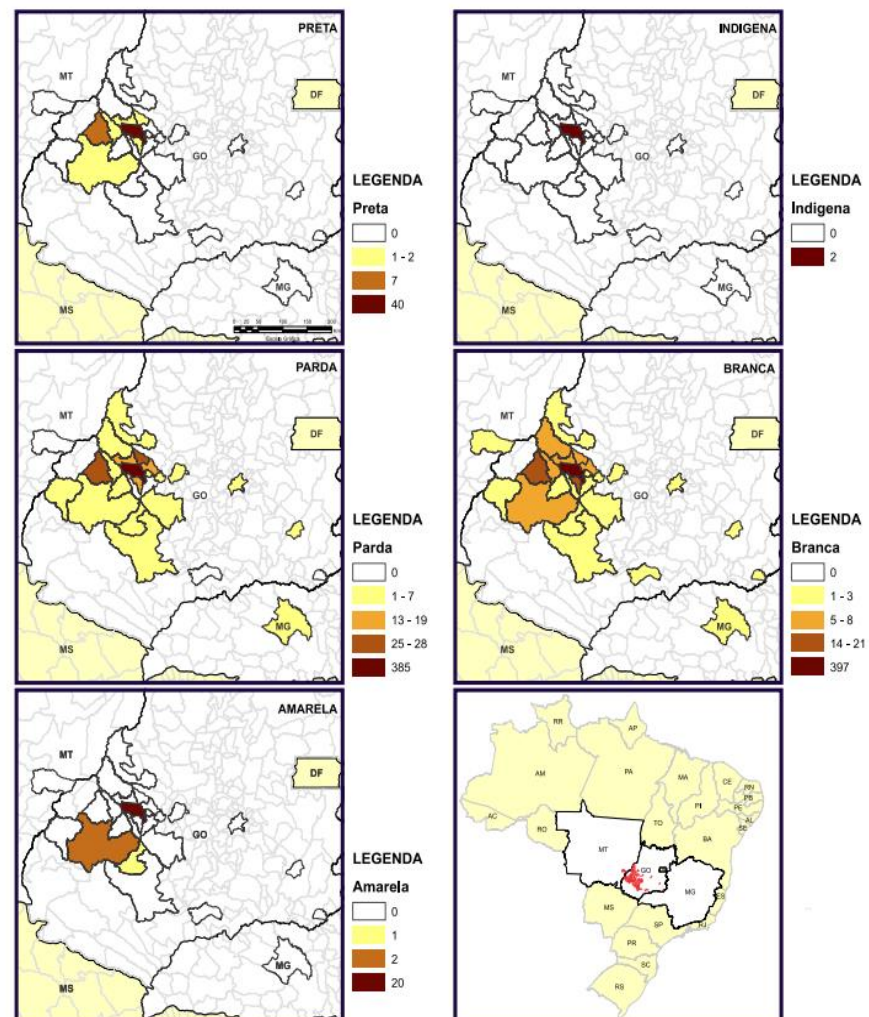


Dentre as características **étnico-raciais** dos matriculados é possível observar um equilíbrio entre matrículas de estudantes autodeclarados pardos (43,9%) originários de 20 municípios e estudantes autodeclarados brancos (42,1%), com origem de 19 municípios, conforme **Figura 6**.

Destaca-se que, do total, tanto as populações autodeclaradas preta (4,6%), indígena (0,4%) e amarela (2,1%), têm origem apenas em Iporá.

No IF Goiano, em 2022, a população Parda também é maioria dentre os que declararam cor/raça (34,3%).

Figura 6. Abrangência do campus IF Goiano Iporá: cor e raça



Um dos objetivos dos IFs é oferecer educação a parcela da sociedade de maior vulnerabilidade social. Por isso além das políticas de acesso, faz-se imprescindível conhecer as características socioeconômicas do público atendido, visto que estas podem incidir diretamente no decorrer de sua vida escolar.

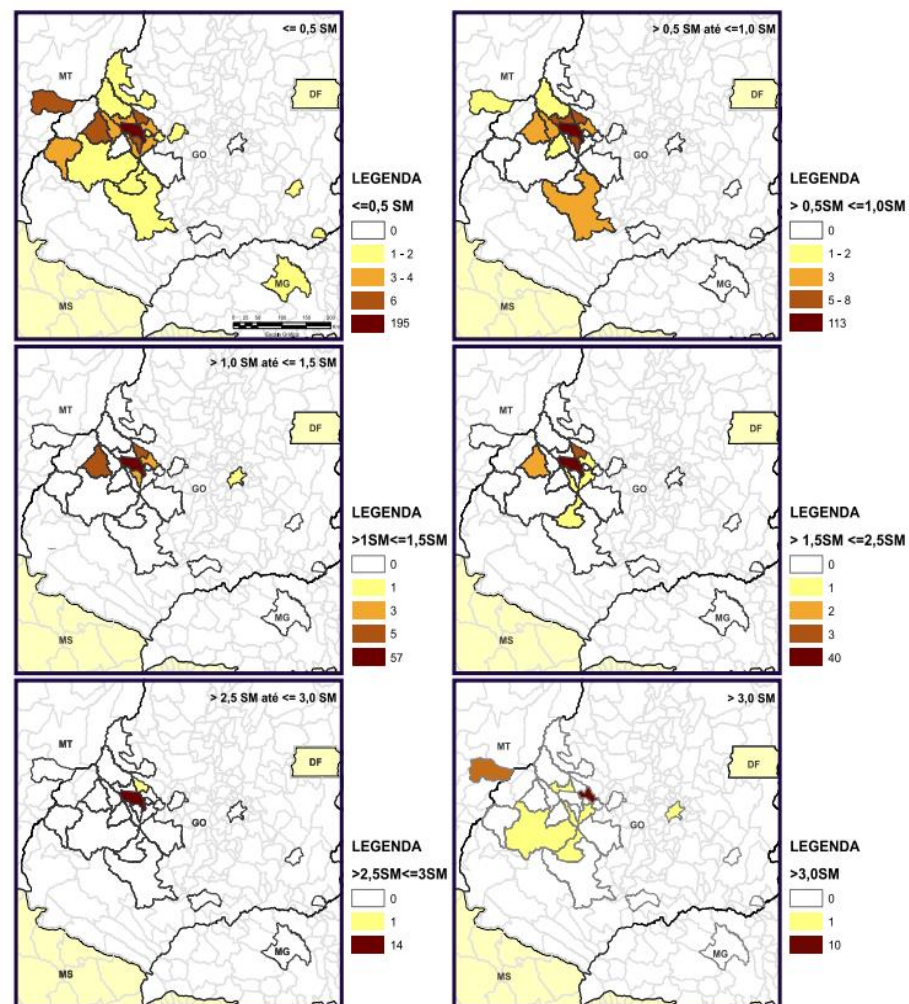
Os indicadores referentes à **renda familiar per capita** (RFP) na **figura 7**, indicam a fragilidade social presente nesta modalidade na instituição. Do total, 70,1% autodeclararam RFP de até 1,5 salário-mínimo, faixa que de acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) significa situação de vulnerabilidade social. Apenas 3,2% dos ingressantes declararam RFP maior que 3 salários-mínimos, confirmando a função social do Campus Iporá em sua região.

Embora haja uma maior necessidade de ações para o acolhimento, permanência e êxito dos estudantes do Campus Iporá, a taxa de conclusão registrada nos cursos técnicos integrados entre 2011 e 2019 foi de 57,3%, índice superior ao resultado do IF Goiano de 41,1% em 2022 (IFGOIANO,2022).



*o ano de 2020 não foi considerado, por não ter seu ciclo formativo concluído na data de acesso aos dados da pesquisa

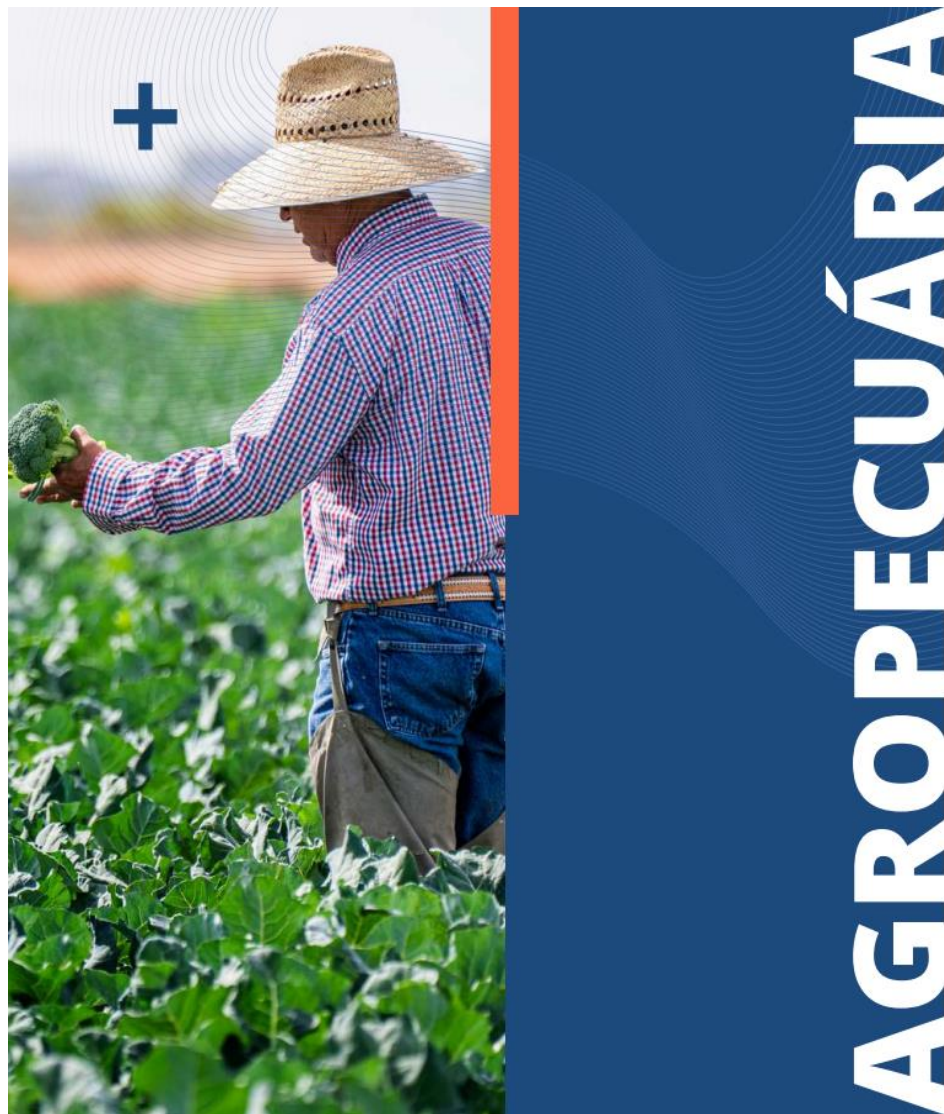
Figura 7. Abrangência do campus IF Goiano Iporá: perfil do rendimento domiciliar





**MAPAS DE ABRANGÊNCIA REGIONAL
POR CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO OFERTADO PELO IF
GOIANO - CAMPUS IPORÁ ENTRE 2011
E 2020 E O PERFIL DO INGRESSANTE**





O curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IF Goiano – Campus Iporá foi implementado no ano de 2012. Ao longo do período analisado foram registradas



420 matrículas, com índice de conclusão de 49,1%.

As diretrizes do curso contribuem incisivamente no que diz respeito ao desenvolvimento local, observando que as disciplinas de matriz técnica possibilitam a extensão universitária, sobretudo no atendimento a propriedades da agricultura familiar, de forma a aumentar a competitividade da atividade produtiva.

Em relação às características socioeconômicas dos estudantes, notadamente são oriundos de escola pública, em que do total apenas 75 deste (19,3%) estudavam anteriormente na rede privada de ensino.

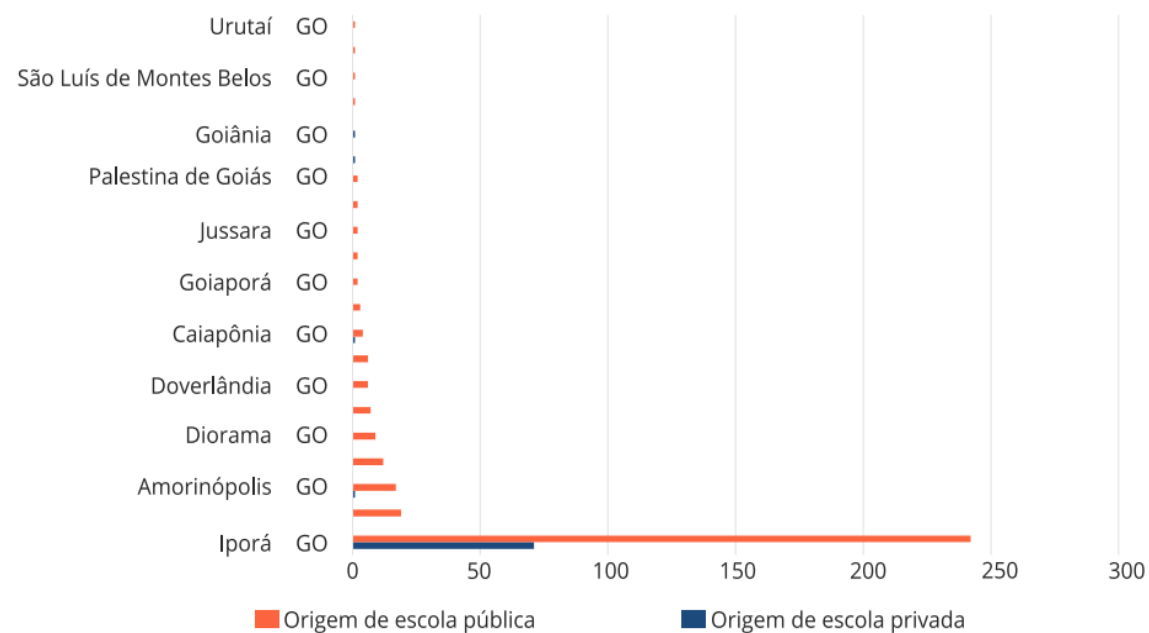
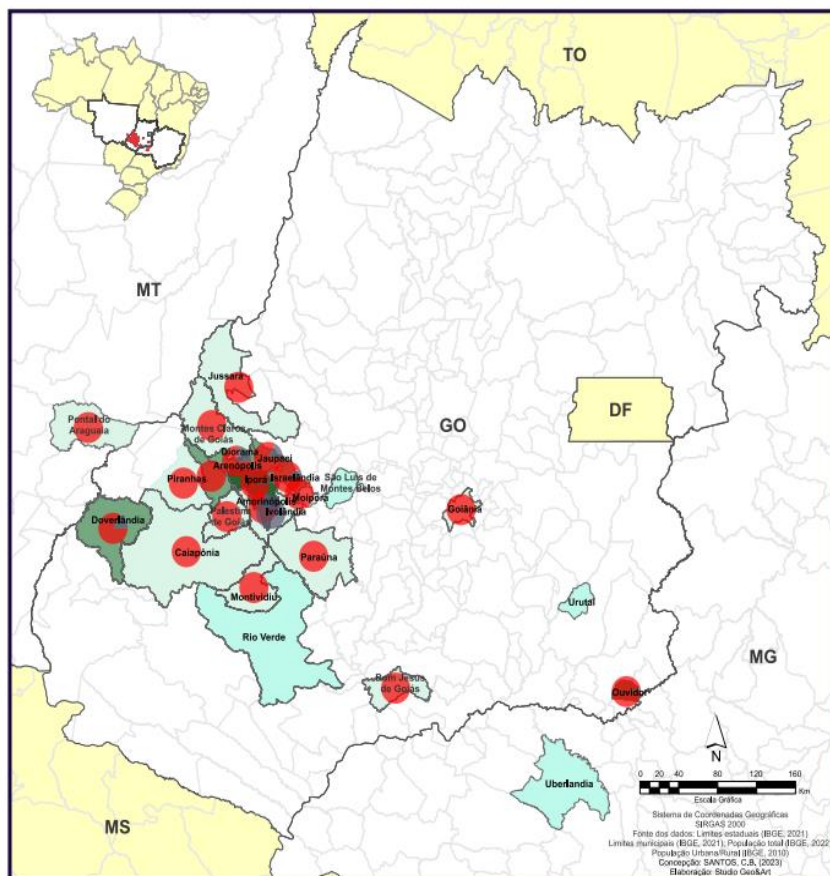


Figura 8. Matrículas com origem de escola pública e privada

Dos municípios de origem dos estudantes predominantemente são da cidade de Iporá com 313 matrículas (87,9%), porém destacam-se na sequência os casos de Piranhas com 25 estudantes (7%) e Amarinópolis com 18 (5,1%), como demonstrado na **figura 8**. Quando consideramos a origem dos alunos por rede de ensino, constata-se que a maioria é proveniente da rede pública de ensino.

Figura 9. Matrículas Agropecuária: localidade domiciliar dos estudantes



LEGENDA

Total de matrículas



A **Figura 9** apresenta a área de abrangência do curso técnico integrado em Agropecuária e as matrículas por zona urbana ou rural. Nota-se que, mesmo o referido curso sendo direcionado às atividades agrícolas a quantidade de estudantes oriundos da zona rural é pouco comum, totalizando apenas 23 matrículas (5,5%).

Os municípios com maior quantidade de registros de estudantes oriundos da zona rural foram Iporá com 12 (52,2%) e Amorinópolis com 4 ingressantes (17,4%).

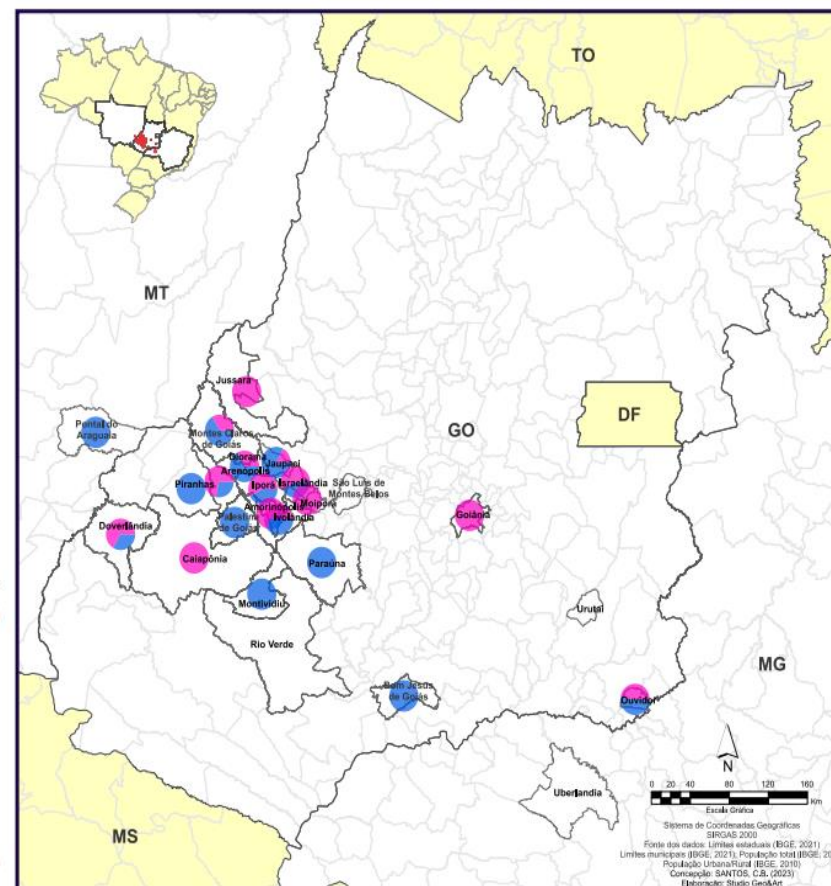
A limitação do alcance dos cursos técnicos integrados do *campus* em relação aos residentes rurais pode estar relacionada ao transporte desses estudantes. Uma vez que tais cursos são oferecidos em período integral, e o transporte escolar público gratuito da zona rural para a cidade de Iporá, em sua maioria, está disponível apenas no período vespertino. Esse descompasso entre os horários de oferta dos cursos e a disponibilidade do transporte pode dificultar a participação e o acesso dos estudantes do campo a essa modalidade de ensino. No ano de 2023 apenas os municípios de Amorinópolis, Diorama e Israelândia ofertavam transporte escolar gratuito até o *campus* Iporá.

Na **figura 10**, a qual retrata a distribuição das matrículas do curso técnico integrado em Agropecuária por **sexo**, constata-se a predominância do público feminino, representando 57,8% dos ingressantes, acompanhando os dados de participação das mulheres no ensino médio integrado do IF Goiano.

Durante quase 10 anos de oferta deste curso, apenas em 2019 o percentual de mulheres ficou inferior ao de homens, com 45,5%. O ano com maior participação feminina no curso foi em 2016 sendo 62,9% dos ingressantes.

No entanto, vale ressaltar que na área de abrangência do curso, os municípios de Piranhas e Israelândia registraram uma incidência maior de matrículas masculinas em relação as femininas.

Figura 10. Matrículas Agropecuária: sexo dos estudantes



LEGENDA

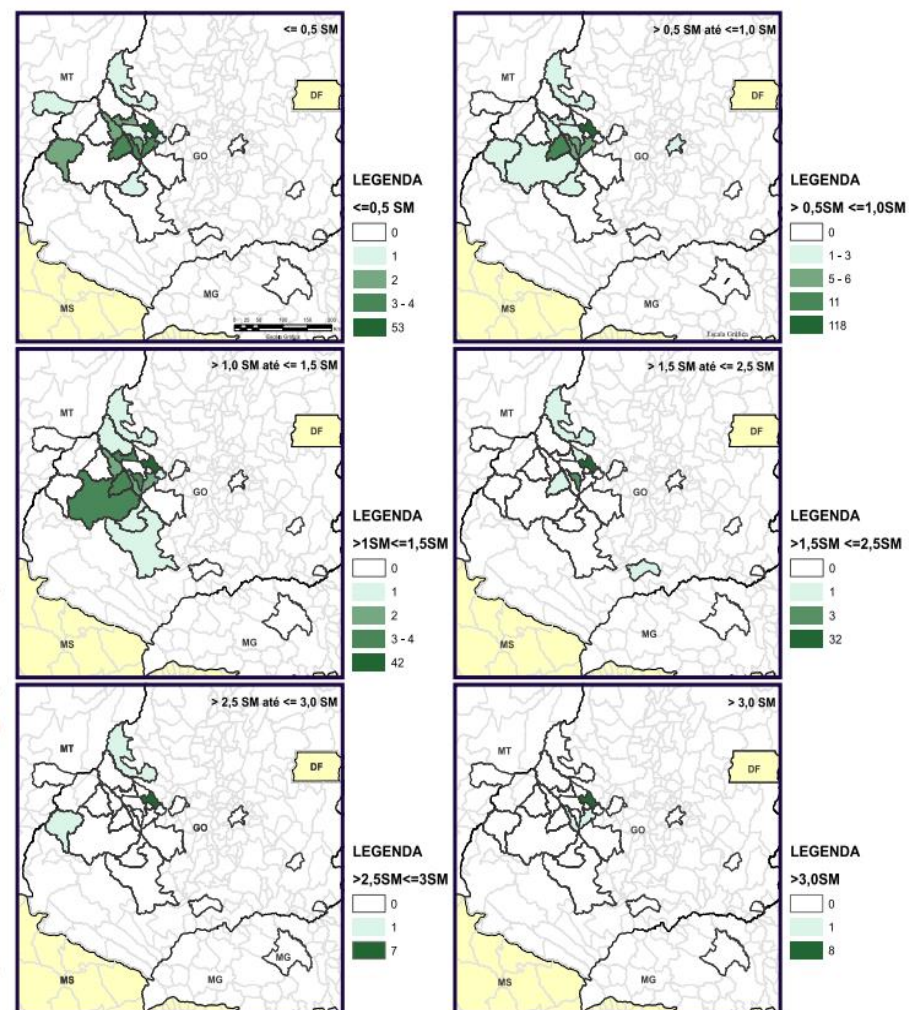
Total de alunos matriculados por gênero

- Feminino
- Masculino

Os indicadores referentes à **renda domiciliar** dos estudantes matriculados no curso integrado Técnico em Agropecuária, apresentados, ratificam a vulnerabilidade social presente na instituição. Dentre as matrículas 69,1% dos estudantes autodeclararam renda domiciliar *per capita* de até 1,5 salário-mínimo.

Nota-se que apenas 30,9% das matrículas contemplaram valores superiores a 1,5 salário-mínimo *per capita*. Destes 2,1% declararam RFP acima de 3 salários-mínimos, menor índice entre os cursos ofertados no período.

Figura 12. Matrículas Agropecuária: perfil do rendimento domiciliar





O curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio foi implementado no ano de 2016. O curso totalizou



**182 matrículas até o ano de 2020,
com índice de conclusão de 51,35%.**

As diretrizes do curso contribuem para a reflexão de questões ambientais, bem como apresentando possibilidades e desafios dos profissionais em química, para atuarem nos diferentes processos de trabalho de forma emancipatória e transformadora.

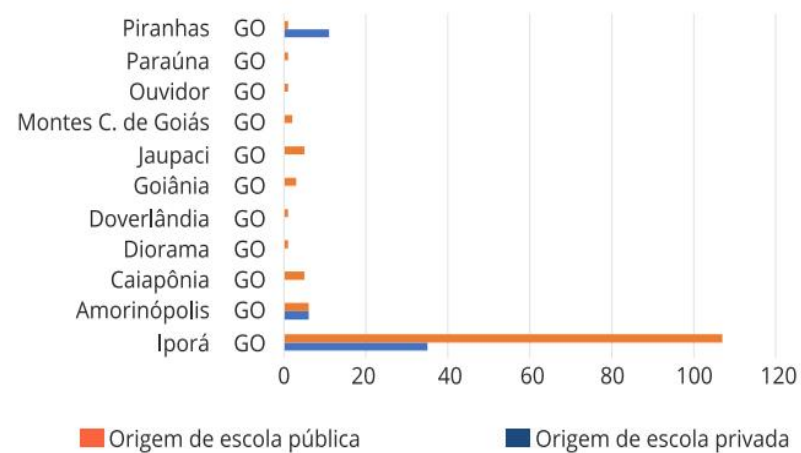
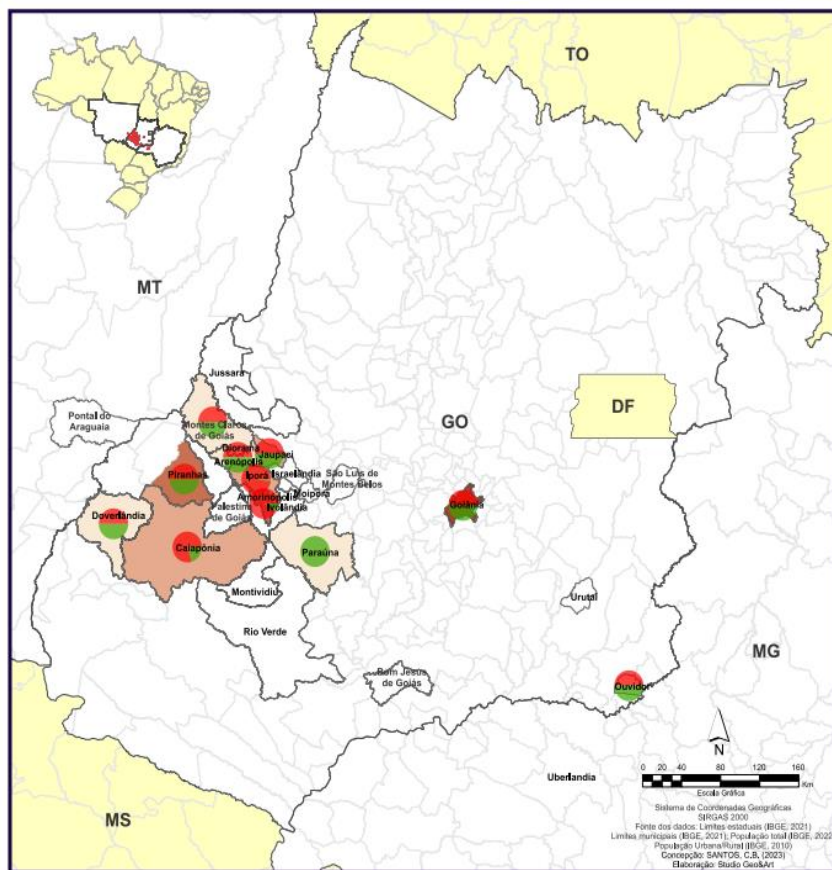


Figura 13. Matrículas com origem de escola pública e privada

Figura 14. Matrículas Química: local de residência



LEGENDA

Total de matrículas



Em relação às características socioeconômicas do estudante atendido, o curso apresenta um público predominantemente oriundo de escola pública, em que 28,10% estudavam anteriormente na rede privada de Ensino, conforme apresentado na **figura 13**. Este índice de conclusão do ensino fundamental em escola privada, foi o maior dentre os ingressantes dos cursos técnicos ofertados no período.

Dos municípios de origem dos estudantes, 76,8% declararam residir em Iporá, seguido de Piranhas e Caiapônia com 6,5% cada. A **Figura 14** apresenta a área de abrangência do curso técnico integrado em química e a participação dos estudantes da zona rural destes municípios alcançados.

Observa-se, ao analisar a zona residencial de origem do ingressante, se urbana ou rural, um perfil amplamente urbano dentre os ingressantes no curso. Apenas 3,2% dos estudantes referiram-se às áreas rurais dos seus municípios de origem (Amorinópolis, Caiapônia, Iporá e Paraúna, conforme apresentado na **figura 14**.

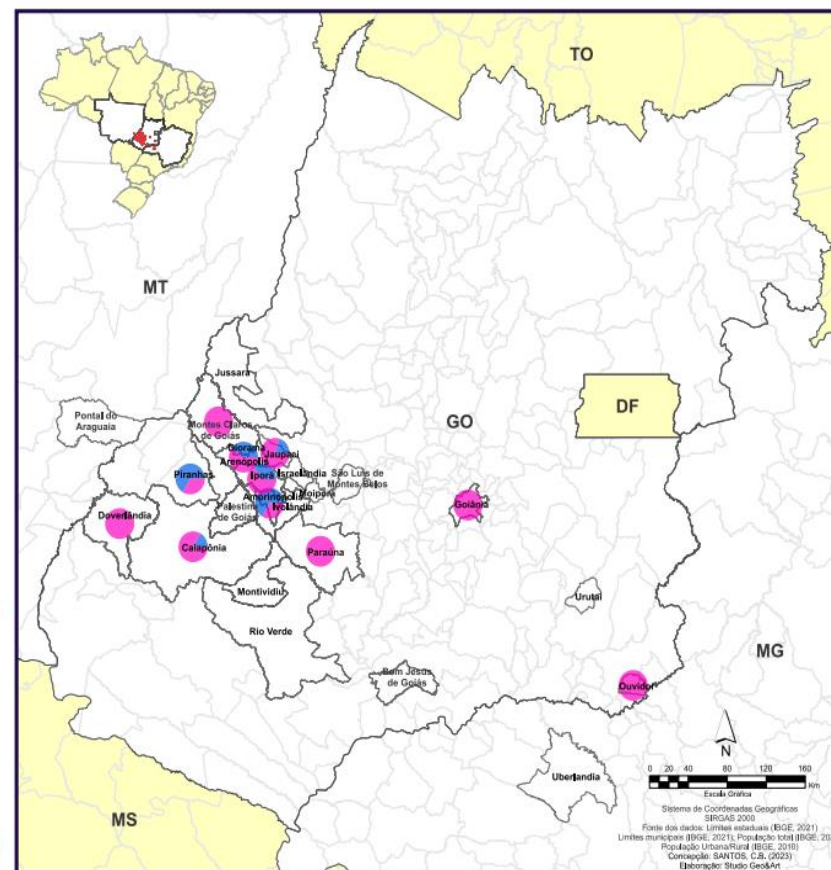
Na **figura 15**, é importante anotar o predomínio de estudantes do sexo feminino no curso integrado técnico em química (65,4%) acompanhando também o resultado geral da modalidade.

A participação feminina chegou a 79,4% em 2020 no curso técnico integrado em química.

Apenas nos municípios de Piranhas e Amorinópolis ocorreu maior incidência de estudantes do sexo masculino, do mesmo modo que no total da modalidade.



Figura 15. Matrículas Química: sexo dos estudantes



LEGENDA

Total de alunos matriculados por gênero

- Feminino
- Masculino

Dentre as características **étnico-raciais** dos matriculados no técnico em química integrado, é possível observar uma inversão neste curso para maioria das matrículas dos estudantes autodeclarados brancos (45,9%), seguido de pardos (40%), ambos originários de 16 municípios.

Dentre a população autodeclarada preta (4,9%) e amarela (1,6%) é possível perceber o predomínio de estudantes residentes em Iporá.

O técnico em química foi o único do período a registrar ingressante de origem indígena (0,5%) do curso.

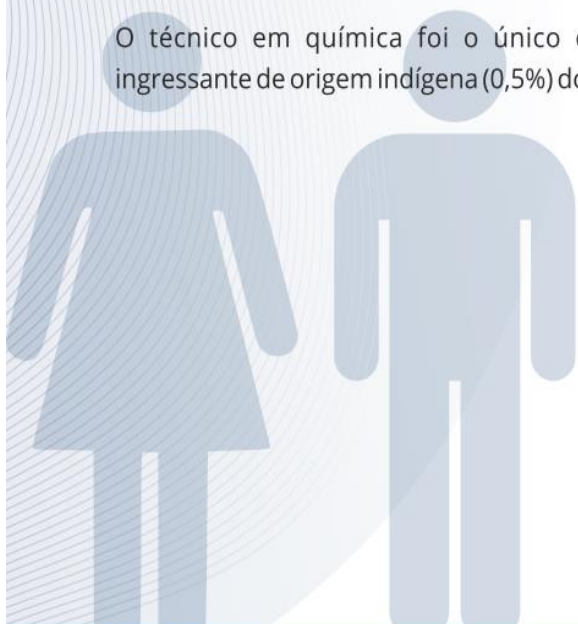
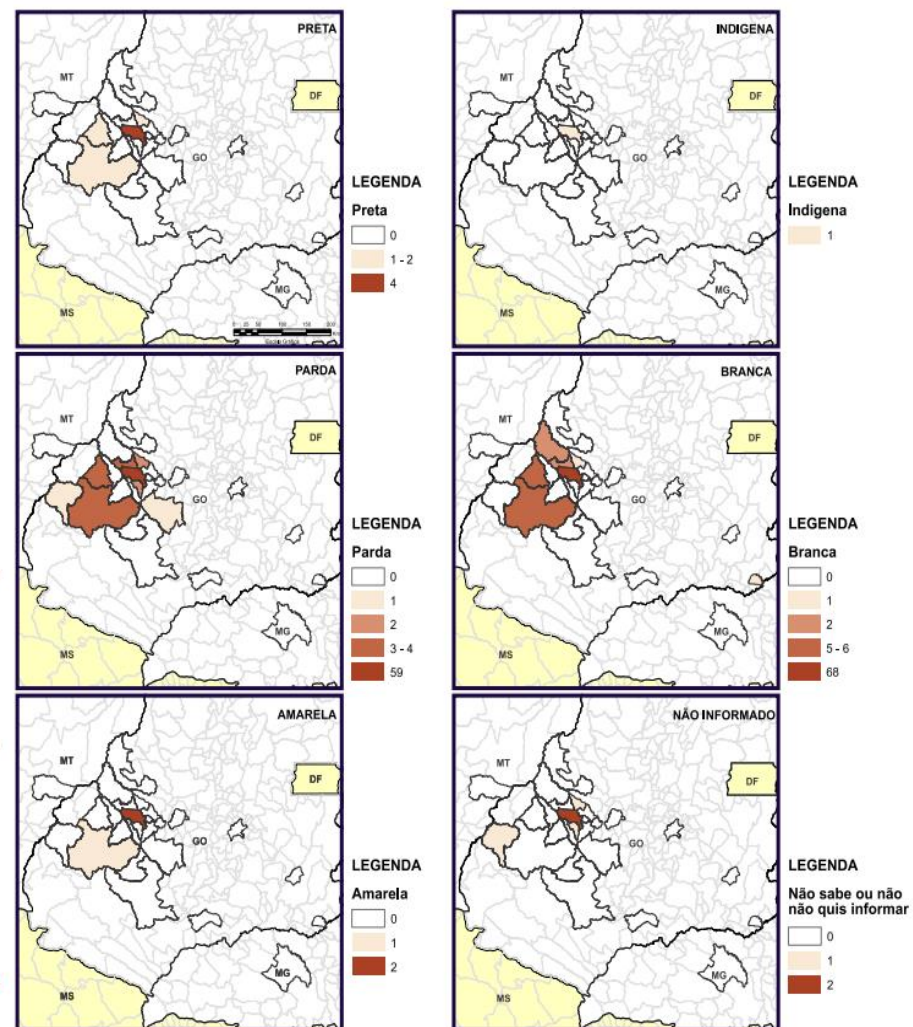


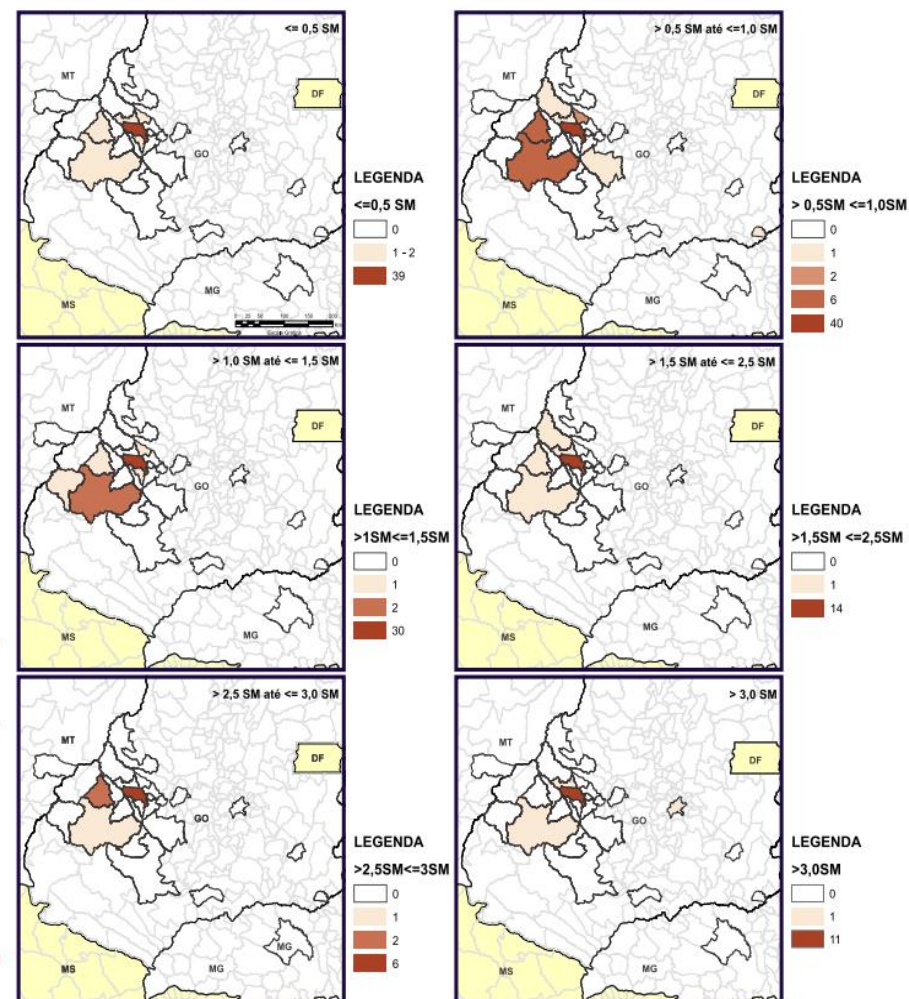
Figura 16. Matrículas Química: cor e raça



Os indicadores referentes à **renda domiciliar** dos estudantes matriculados no curso de Química corroboram mais uma vez para a afirmativa da vulnerabilidade social presente na instituição. Dentre as matrículas 76,2% se autodeclararam com renda domiciliar de até 1,5 salário-mínimo per capita. Neste curso técnico integrado 24,8% das matrículas contemplaram valores superiores a 1,5 salário-mínimo per capita.

Entretanto, é importante afirmar, que ao mesmo tempo em que o número de estudantes com fragilidades econômicas no técnico em química é maior, também neste curso é onde se apresenta a maior porcentagem de estudantes com renda superior a 3 salários-mínimos (7,4%).

Figura 17. Matrículas Química: perfil do rendimento domiciliar





O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio iniciou sua oferta em 2011, sendo finalizado no ano de 2016. Ao todo, foram registradas 338 matrículas no referido curso durante sua oferta. Como substituto, no ano de 2017 foi implementado o curso **integrado Técnico em Desenvolvimento de Sistemas (TEDS)**, com registro de 146 matrículas até o ano de 2020. Os dois cursos, que fazem parte do eixo Tecnologia da Informação, tiveram juntos



484 de matrículas e índice de conclusão de 64,79%.

As diretrizes deste eixo de Tecnologia da Informação contribuem para a reflexão sobre o impacto do desenvolvimento tecnológico na sociedade contemporânea.

Os estudantes deste eixo tecnológico ofertado pelo *campus* na modalidade técnico integrado na primeira década, predominantemente eram oriundos de escola pública, em que apenas 28,10% estudavam anteriormente na rede privada de Ensino, **figura 18**.



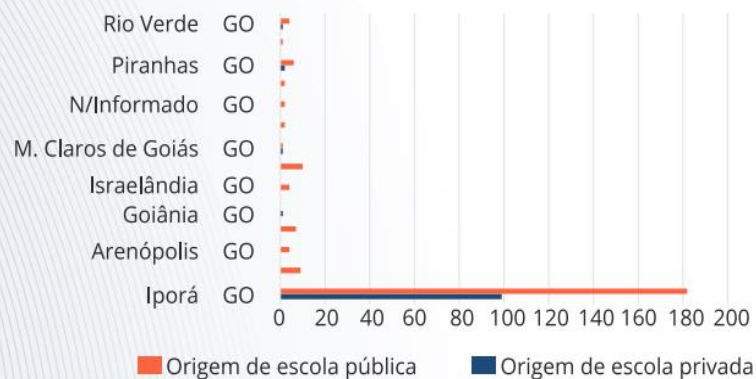
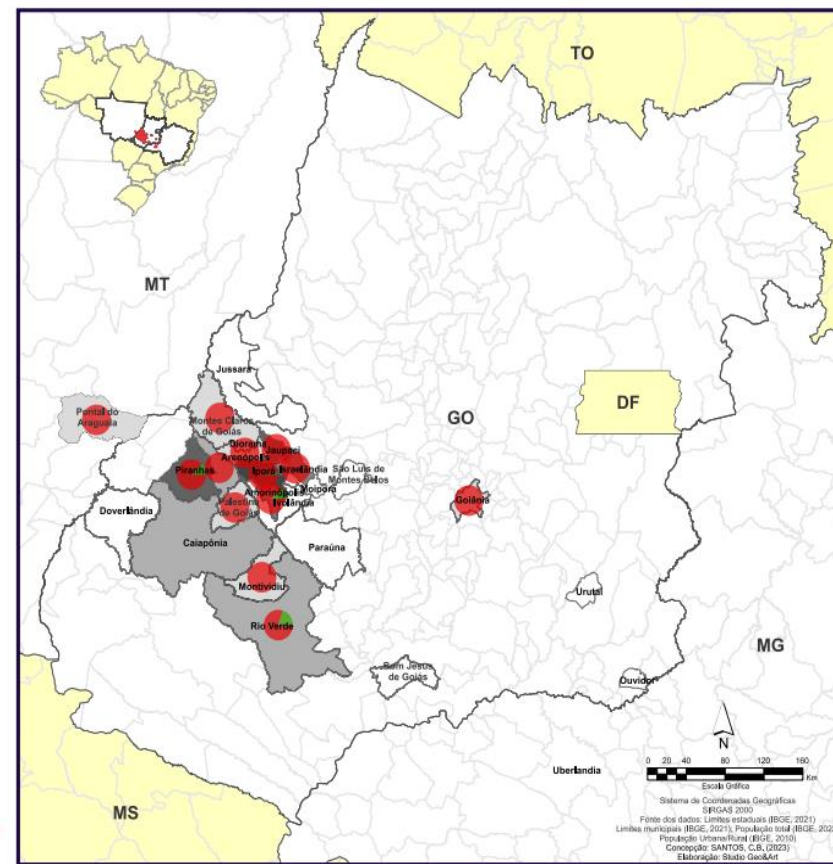


Figura 18. Matrículas com origem de escola pública e privada

A **Figura 19** apresenta a área de abrangência do curso técnico integrado em Informática/TEDS, e a participação dos estudantes da zona rural destes municípios alcançados.

Ao analisar a localidade de residência dos estudantes matriculados nos cursos do eixo de tecnologia da informação (Informática/TEDS) é possível perceber também um perfil amplamente urbano. Como observado na **figura 19**, em apenas cinco municípios ocorreu o registro de matrículas oriundas da zona rural, totalizando 2,68% do total.

Figura 19. Matrículas Informática/TEDS: local de residência



LEGENDA

Total de matrículas

1 - 3

11 - 13

388

5 - 8

19 - 22

Zona urbana

Zona rural

Sistema de Coordenadas Geográficas
SIRGAS 2000
Fonte dos dados: Limites estaduais (IBGE, 2021)
Limites municipais (IBGE, 2021); População total (IBGE, 2022)
População Urbana/Rural (IBGE, 2010)
Cortejo: SANTOS, C.B. (2023)
Elaboração: Estado Geo&Art

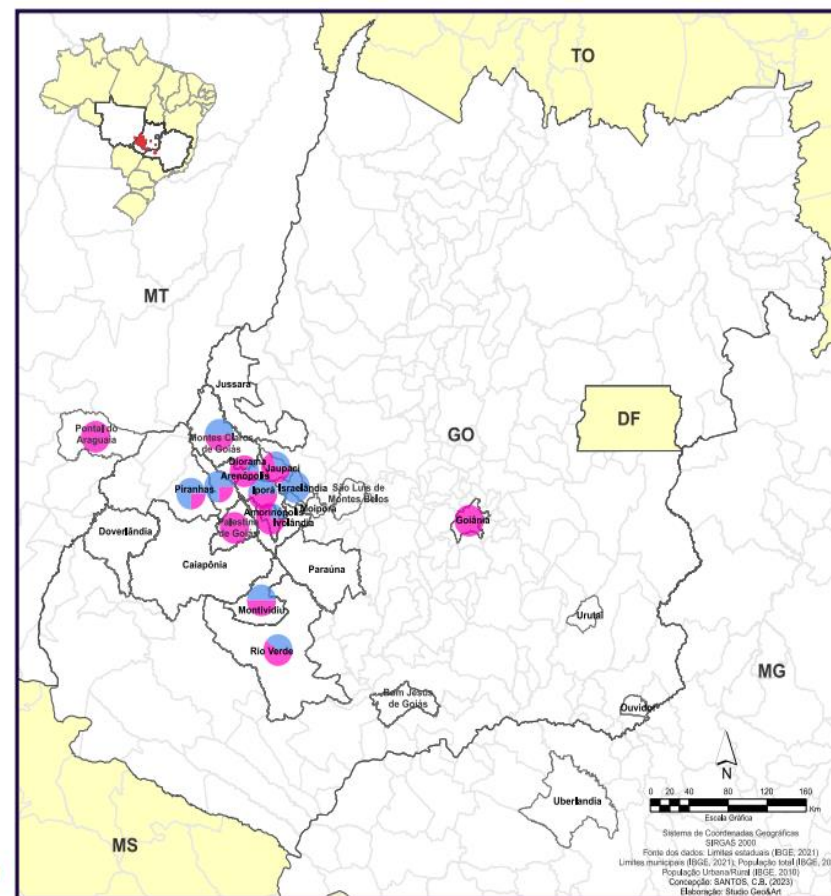
Na **figura 20**, diferentemente dos demais cursos técnicos integrados, houve o predomínio de estudantes do sexo masculino (54%) dentro da área de abrangência dos cursos Informática e TEDS.

Somente nos municípios de Diorama, Jaupaci, Palestina de Goiás, Pontal do Araguaia e Rio Verde ocorreu maior incidência alunas, em relação aos alunos.

No histórico de oferta do eixo tecnologia da informação, o ano com maior participação masculina foi 2020 (73,5%) e com maior número de ingressantes do sexo feminino em 2012 (55,9%).



Figura 20. Matrículas Informática/TEDS: sexo dos estudantes



LEGENDA

Total de alunos matriculados por gênero

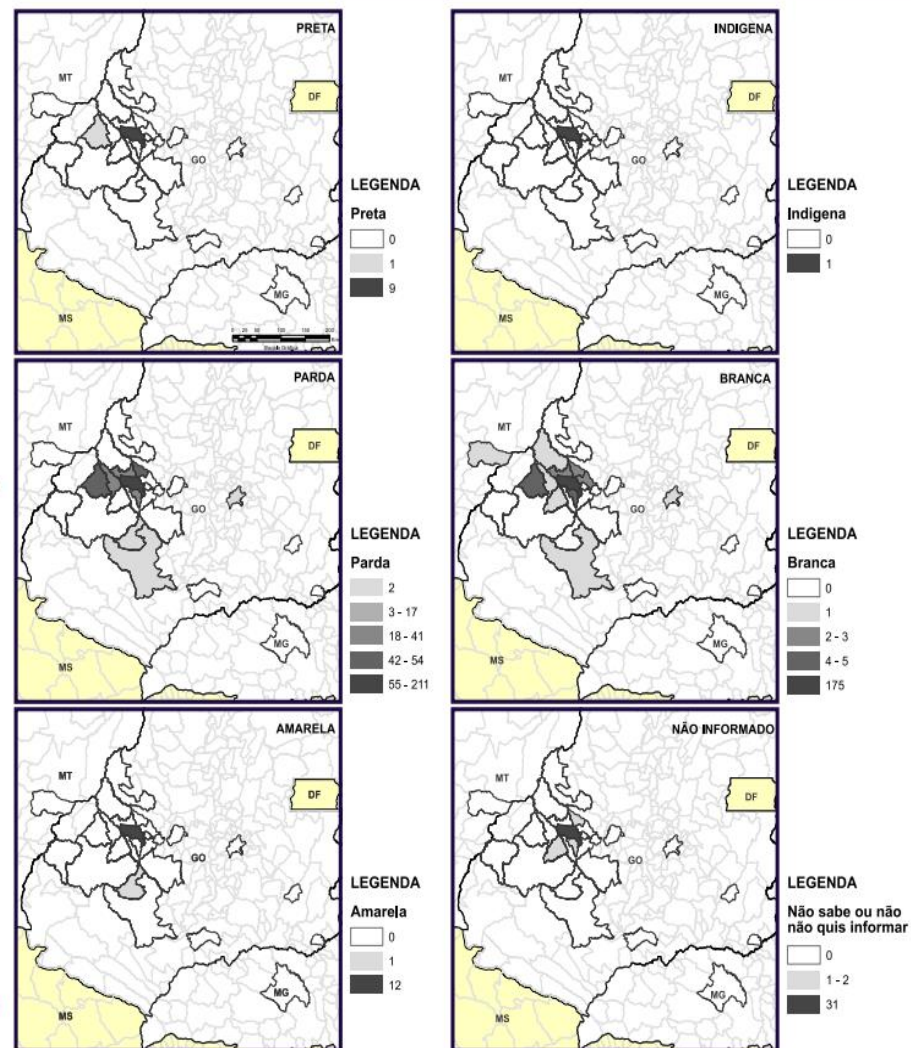
- Feminino
- Masculino

Dentre as características **étnico-raciais** dos matriculados é possível observar a tendência já apresentada de maioria das matrículas dos estudantes autodeclarados na **figura 21** como pardos (43,6%) e brancos (42,4%) com origem de 16 municípios.

No que se refere a população autodeclarada preta (2,9%) e amarela (2,7%), é possível perceber o predomínio de estudantes residentes em Iporá.



Figura 21. Matrículas Informática/TEDS: cor e raça

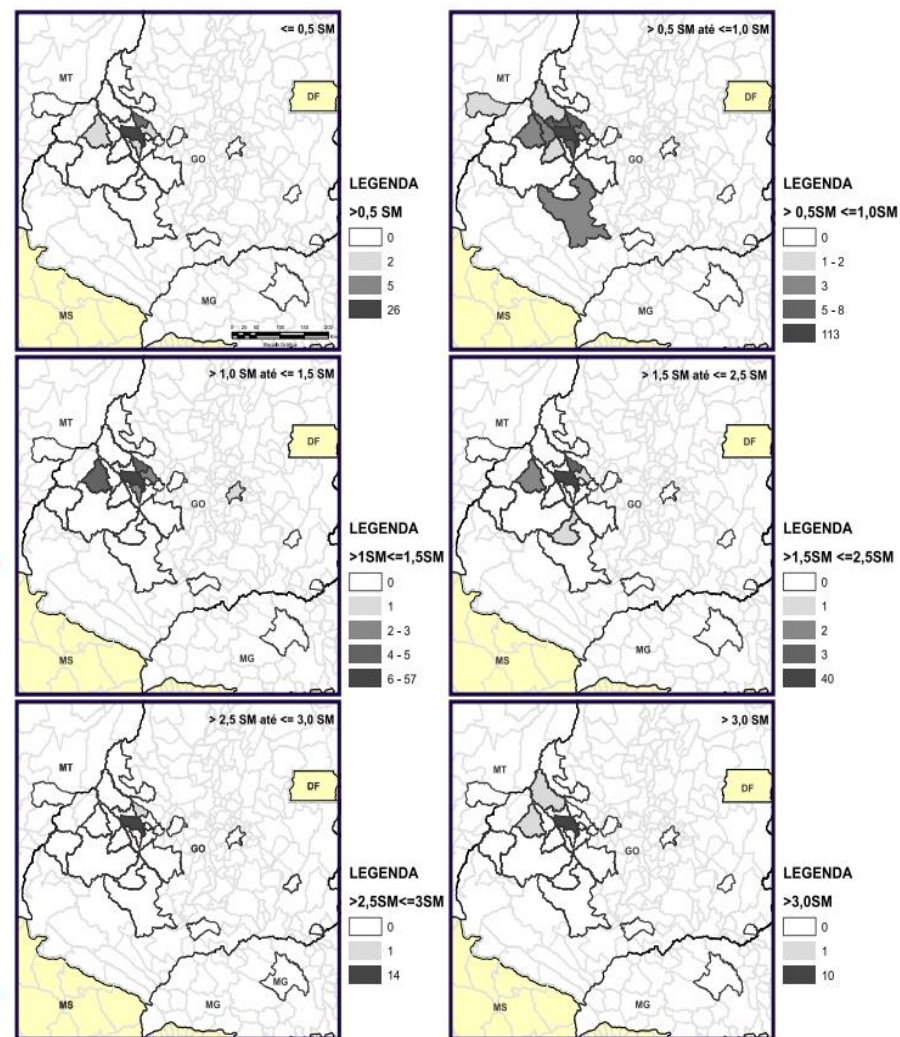


Os indicadores referentes à **renda domiciliar per capita** dos estudantes matriculados no curso de Informática/TEDS, mais uma vez indicam a atenção a ser dada as condições materiais para auxílio ao estudante atendido pelo campus Iporá.

Dentre os ingressantes no curso, 68,6% autodeclararam renda domiciliar per capita de até 1,5 salário-mínimo.

No nível de renda superior a 3 salários o índice é de 2,5% dos ingressantes.

Figura 22. Matrículas Informática/TEDS: perfil do rendimento domiciliar





O **Campus Iporá do IF Goiano**, no período de 2011 a 2020, ampliou as oportunidades de acesso à educação técnica de nível médio, sobretudo na modalidade integrada na região oeste de Goiás. Isso aumentou significativamente o raio de ação do instituto, abarcando um número maior de municípios, quando comparado à proposta inicial de abrangência, conforme pode ser visto na **figura 23**.

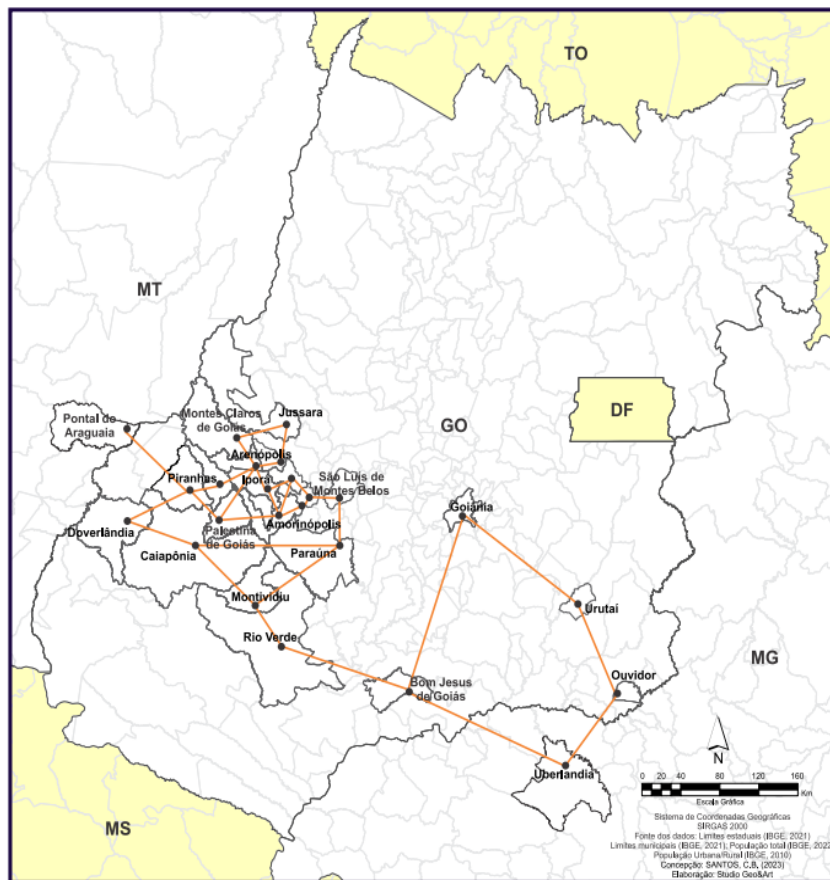
Esta cartilha buscou apresentar a área de abrangência do ensino médio integrado do campus Iporá e as características socioeconômicas de seus ingressantes nos seus primeiros 10 anos de oferta do ensino médio.

Foram analisadas 1089 matrículas realizadas no período, distribuídas entre os cursos integrados de Técnico Agropecuária, Informática, Desenvolvimento de Sistemas e Química.

Em relação à sua abrangência, esta modalidade de ensino alcançou estudantes que residiam até 100 km de distância do município de Iporá (96,14%) abarcando três microrregiões geográficas: Iporá (86,5%), Aragarças (9%) e Sudoeste de Goiás (3,4%).



Figura 23. Abrangência do ensino médio integrado do Campus Iporá (2011-2020)



LEGENDA

- Oeste Goiano
 — Municípios parceiros (2020)

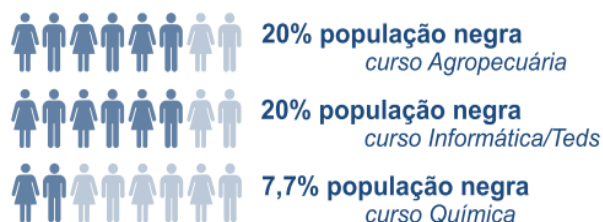
Uma hipótese é de que um fator limitante, para uma inserção regional, seja a distância, associada a falta de transporte escolar e possivelmente também a falta de infraestrutura do Campus em relação a alojamentos e refeitórios.

Do total de ingressantes, 246 informaram residir em municípios fora da cidade sede do campus Iporá. Com um índice de interiorização de pouco mais de 22%. Os jovens oriundos da zona rural tiveram pouca participação, com registro de apenas 3,9% dos ingressantes.

O curso com maior número de matrículas fora do município de Iporá, no período, foi o técnico integrado em Desenvolvimento em Sistemas com 26,7% das matrículas, seguido pelo de técnico em Agropecuária 26,2%.

O sexo feminino tem maior participação dentre os ingressantes, assim como é na população do estado de Goiás e é ampla maioria dos que procuraram o curso técnico em química no período.

Nos primeiros 10 anos dos cursos técnicos integrados, a população negra (preto e pardos) foram maioria com 48% matriculados. Os cursos de Agropecuária e Informática/Teds apresentaram maior percentual desta população 20%, cada. No curso técnico em química este índice foi de apenas 7,7%

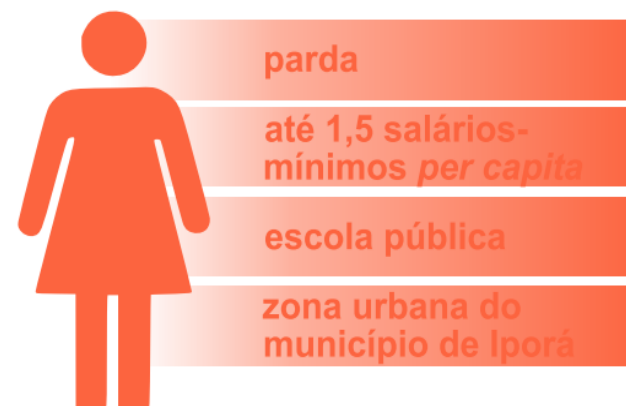


A escola pública foi a origem de 75% dos ingressantes e 80% dos que optaram pelo técnico em Agropecuária. O curso de química foi o escolhido pela maioria advinda de escolas privadas.

Do observável, foi possível constatar a vulnerabilidade do ingressante no Ensino Médio integrado em sua primeira década. 70,1% integram famílias com RFP de até 1,5 salários-mínimos, sendo que no curso de química este percentual sobre para 76,3% dos matriculados.

O retrato do ingressante dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF Goiano – campus Iporá na primeira década de oferta foi montado por meio das variáveis município e zona residencial, sexo, renda e questões étnico-racial.

Um resumo do perfil do ingressante pode ser definido predominantemente como do público feminino, de cor parda, pertencente a famílias de renda até 1,5 salários-mínimos per capita, oriundo de escola pública, com residência na zona urbana do município de Iporá.





RELEVÂNCIA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA

A estratégia de sistematizar as informações referentes aos ingressantes no Ensino Médio integrado entre os anos de 2011 e 2020 mediante a utilização de mapas buscou proporcionar uma melhor compreensão da realidade dos estudantes, sobretudo não oriundos do município de Iporá

Nesse sentido, enfatizamos que o produto apresentado poderá colaborar na melhoria de políticas educacionais, em duas vertentes:

A primeira refere-se ao setor administrativo/pedagógico e de gestão, conforme pontuado:

- 1) Assistência social: considerando elementos da pobreza multidimensional, a exemplo da relação entre renda, gênero, recortes étnico-racial e localidade de residência dos estudantes.
- 2) Política de mobilidade de estudantes: a partir da compreensão do raio de polarização que o IF Goiano - Campus Iporá possui.
- 3) Planejamento de ações de acesso, permanência e êxito na instituição.

A segunda diz respeito a relação entre a dimensão social e a atuação docente, em que:

- 1) O reconhecimento da diversidade social que os cursos Técnicos Integrados possuem, considerando os aspectos de origem, renda, gênero e étnico-racial.
- 2) Estratégias metodológicas que considere a realidade cotidiana dos estudantes não residentes em Iporá/GO.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal Goiano e ao Campus Iporá, pelo apoio à realização da pesquisa.

“o objetivo central da rede federal não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto.”



Eliezer Pacheco

ARAÚJO, Suelia da Silva; JUNQUEIRA, Adenilda Rodrigues da Silva; MARIANO, Sangelita Miranda Franco. A implantação do IF Goiano – Campus Iporá. **Revista Labor**, v. 2, n.º 24, p. 443-464, 21 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2019 a 2023**. [S. l.]: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, 2018. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf.

IMB – Instituto Mauro Borges De Estatísticas E Estudos Socioeconômicos. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. 2014. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.

SILVEIRA, Michel Rezende da. **A dinâmica do agronegócio no estado de Goiás e a centralidade do município de Rio Verde**. 2016. 225 f., il. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

REFERÊNCIAS



PROFEPT | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Créditos

O Produto Educacional foi desenvolvido por:
Cristiane Borges dos Santos, mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Unidade do IF Goiano –
Campus Ceres

Orientação:
Elis Dener Lima Alves
Pós-Doutor em Geografia Física - USP

Imagens:
Cristiane Borges dos Santos

Revisão ortográfica e gramatical:
Paulo Alberto da Silva Sales
Pós-doutor em Letras - UFF

Diagramação e organização:
Studio Geo&Art, por Jaqueline N. de Oliveira e Juheina Lacerda Viana

Este produto educacional encontra-se no Portal eduCAPES, disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/>

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ABRANGÊNCIA REGIONAL DOS 10 ANOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ

PRODUTO EDUCACIONAL PRODUZIDO POR CRISTIANE BORGES DOS SANTOS

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL “CARTILHA DIGITAL INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ABRANGÊNCIA REGIONAL DOS 10 ANOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ”.

1) Qual sua unidade de lotação?

Reitoria Campus Iporá

2) Como você avalia a qualidade deste Produto Educacional?

Ótima Boa Ruim Péssima

3) Com base na proposta apresentada, você considera que o produto educacional atende seu objetivo?

Plenamente Parcialmente Não atende

4) Como você avalia a relevância deste Produto Educacional para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IF Goiano?

Muito relevante Relevante Pouco relevante Irrelevante

4) Você acredita que esse Produto Educacional pode ser útil no planejamento de ações de assistência estudantil aos discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - campus Iporá?

Muito útil Útil Pouco útil Inútil

7) Você acredita que o Campus Iporá tem atendido sua proposta de interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, no que diz respeito a oferta de cursos técnicos integrados a Ensino Médio na região Oeste de Goiás?

Plenamente Parcialmente Não atende

9) Utilize esse espaço para críticas, sugestões de melhoria e comentários sobre o produto apresentado.

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO

Declaro para os devidos fins que cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares na execução da pesquisa intitulada “Interiorização dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: atuação regional do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá”. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não.

Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.

Iporá, 21 de fevereiro de 2022.

Cristiane Borges dos Santos

Pesquisadora responsável

Prof. Dr. Elis Dener Lima Alves

Pesquisador participante

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada “Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica: Abrangência geográfica do Ensino Médio Integrado do IF Goiano – Campus Iporá” na etapa de aplicação e avaliação do produto educacional “Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica: Abrangência regional dos 10 anos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IF Goiano – Campus Iporá”.

Meu nome é Cristiane Borges dos Santos, servidora no IF Goiano – Campus Iporá, local desta pesquisa, e discente no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar participar da pesquisa, será disponibilizado o acesso ao Produto Educacional, fruto desta pesquisa e um questionário para sua validação/avaliação. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Ao clicar na opção “concordo em participar da pesquisa”, preencher seu e-mail institucional e passar para as próximas etapas, significa que você aceita participar da pesquisa. Na sequência você terá acesso ao link do produto educacional a ser validado, e por fim terá questões para avaliar o arquivo.

A sua colaboração neste estudo é essencial para esta pesquisa, entretanto, se desistir a qualquer momento, não acarretará nenhum prejuízo de quaisquer ordens. Além disso, será enviada uma via por e-mail do TCLE assinada pela pesquisadora responsável para que o participante possa guardar sua via. Ressaltamos, que os participantes terão 05 (cinco) dias para ler, tirar dúvidas e só assim manifestem seu desejo ou não de participar da pesquisa. No decorrer da pesquisa caso o participante deseje a retirada do consentimento de participar, a pesquisadora se compromete a enviar ao participante, a resposta de ciência do interesse do participante em retirar seu consentimento.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cristiane Borges dos Santos através do telefone: (64) 99951-2141 ou através do e-mail cristiane.borges@ifgoiano.edu.br e endereço: Avenida Rio Claro n. 54 Bairro São Francisco, Iporá-GO. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás (Caixa Postal 50), pelo telefone: (62)3605-3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br. Dentre as atribuições do CEP/IF Goiano destacam-se a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e

dignidade e o acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

A presente pesquisa é motivada pela busca em analisar a área de abrangência dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá, no período de 2011 a 2020, com relação a localidade de residência dos estudantes ingressantes informada no ato da matrícula. A implantação do Campus Iporá na região Oeste de Goiás foi resultado do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, desse modo justifica-se a pesquisa a fim de identificar se o objetivo primário de ampliar a possibilidade de formação profissional e integral do ser humano, a nível regional, por meio do Ensino Médio Integrado, está sendo alcançado por esta unidade.

O projeto pretende ainda, de forma específica:

- a) descrever sobre o processo de interiorização da EPT por meio da expansão da rede federal e da criação do Campus Iporá;
- b) identificar as características dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados do *campus*;
- c) correlacionar variáveis sociais, econômicas e geográficas dos estudantes com o número de matrículas;
- d) Elaborar uma cartilha destacando a abrangência dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Iporá e os aspectos sociodemográficos do estudante na primeira década de funcionamento.

Para a obtenção dos dados desta pesquisa foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, e consulta de dados secundários do Sistema de Informações Acadêmicas - Q-ACADÊMICO e Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP, reunidos e disponibilizados à pesquisadora em planilha eletrônica, pela instituição após aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IF Goiano.

Sua participação na pesquisa será por meio da aplicação e avaliação do produto educacional. Após apresentação e aplicação da pesquisa e produto educacional, você avaliará a qualidade e relevância do mesmo por meio do *google forms*. Você poderá ter acesso a suas respostas do formulário de avaliação a qualquer momento.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A presente pesquisa apresenta riscos mínimos aos participantes, não sendo estes físicos e/ou químicos. Os estudantes, público-alvo deste estudo, não foram/serão identificados. Não foram solicitados e coletados dados pessoais do tipo nome, RG, CPF dos estudantes ou responsáveis. Os dados disponibilizados em planilha eletrônica pela Unidade de Registros Acadêmicos do Campus, sem nenhum tipo de identificação dos discentes e responsáveis (Nome, RG e CPF), após aprovação deste projeto no CEP e autorização do Diretor-Geral do Campus Iporá, foram/serão mantidos sob absoluto sigilo. Os riscos característicos do ambiente virtual também foram/serão minimizados, priorizando-se o armazenamento de dados em HD externo.

Entendemos que pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, além de medo de repercussões eventuais por exporem suas opiniões, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, tomar o tempo do participante, interferência na vida e na rotina dos participantes e dúvida quanto à pesquisa. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o cuidado quanto à privacidade e sigilo do participante que está respondendo a avaliação do produto educacional.

O participante poderá desistir de sua participação a qualquer tempo, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos, sem quaisquer sanções ou punições. Quanto aos riscos da pesquisa de validação/avaliação do produto educacional, os formulários que constarem qualquer informação que identifiquem sua participação não serão divulgados com sua identidade. Se necessário à identificação ocorrerá como participante 1, Participante 2.

Os participantes desta pesquisa serão beneficiados de forma direta por terem a oportunidade de ampliação de conhecimento sobre o público atendido em cada curso técnico integrado oferecido, nos 10 (dez) primeiros anos de funcionamento da instituição e de forma indireta por fazerem parte de um grupo de pesquisa e contribuir para reflexão sobre a melhoria da qualidade da oferta e acesso a Educação Profissional e Tecnológica na região Oeste de Goiás. Além disso o estudo pretende contribuir no delinear de ações relacionadas a permanência e êxito dos discentes oriundos de localidades fora do município sede do Campus Iporá.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

A pesquisadora se compromete a dar o suporte e esclarecimento necessário, durante e após a aplicação do questionário. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para

esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, será encaminhado para a coordenação do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, que tomará as providências cabíveis juntamente com o diretor geral do IF Goiano- Campus Ceres e os pesquisadores. Se porventura constatar a necessidade, poderá ter apoio psicológico ou outro qualquer para evitar danos maiores. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa do estudo.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios supracitados. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será disponibilizado em nenhum momento da pesquisa. Após a conclusão da pesquisa, todos os sujeitos participantes receberão uma devolutiva e verão a publicação dos resultados obtidos.

No que se refere aos documentos oriundos dessa pesquisa, a pesquisadora se compromete a armazená-los em local seguro por um período de 05 (cinco) anos em HD externo e apagar todas as vias on-line. Após esse período o material será apagado permanentemente. Se for necessário durante a realização da pesquisa, a impressão de alguns materiais, a pesquisadora se compromete, que esses materiais elaborados ou utilizados para este fim serão guardados na residência da pesquisadora, em local seguro, por um período de 05 (cinco) anos e depois serão picotados pela pesquisadora e descartados em local próprio para reciclagem.

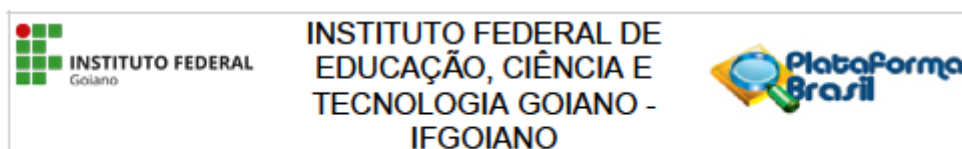
CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

Você não terá nenhum custo para participar deste estudo. Caso você participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, poderá pleitear uma indenização por todo e qualquer gasto ou prejuízo. A pesquisadora ressalta que serão respeitados todos os princípios éticos

relacionados à pesquisa com seres humanos e que todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano serão seguidas, assumindo, assim, todos os compromissos éticos ligados à realização da pesquisa e à elaboração e aplicação do produto educacional.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, ao acessar o questionário de avaliação do produto educacional “Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica. Abrangência regional dos 10 anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - Campus Iporá” e clicar na opção “concordo em participar da pesquisa”, preencher meu e-mail institucional e enviar resposta estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica: Abrangência geográfica do Ensino Médio Integrado do IF Goiano – Campus Iporá” de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Interiorização dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: atuação regional do Instituto Federal Goiano-Campus Iporá

Pesquisador: CRISTIANE BORGES DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56152022.2.0000.0036

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

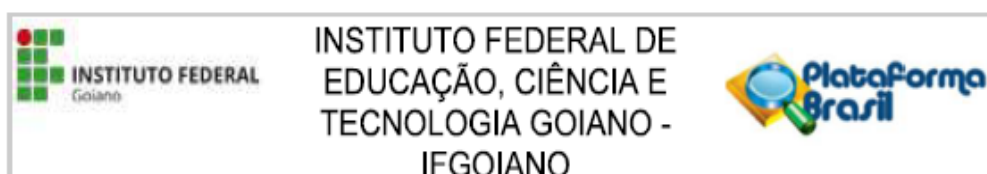
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.340.791

Apresentação do Projeto:

"O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, criado pelo governo federal no final de 2005, objetivou ampliar a presença da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo o território nacional. Esta ação se propôs, além de reafirmar a importância da EPT como bem público e condição de desenvolvimento humano, colaborar com a redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, este trabalho tem como objeto de estudo a interiorização da educação profissional e tecnológica ocasionada pela criação do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa, do tipo estudo de caso institucional. O objetivo geral da pesquisa será analisar abrangência e atuação geográfica dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá na região Oeste de Goiás à luz dos objetivos do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O público-alvo da pesquisa serão os discentes ingressantes nos 1º anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados no período de 2011 a 2020. Nesse projeto, há uma breve contextualização histórica sobre o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e a implantação do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá. Em relação ao objeto desse estudo, serão consideradas as informações de origem dos discentes ingressantes e suas características, pertencentes ao banco de dados de registro escolar da instituição."

Endereço: Rua 88, n°280
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

Objetivo da Pesquisa:

1.5 Objetivo Geral

Analisar abrangência e atuação geográfica dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá na região Oeste de Goiás.

1.6 Objetivos Específicos

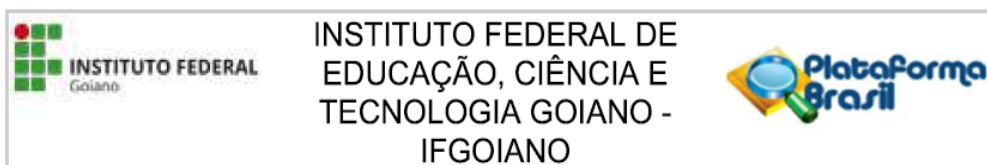
- a) Descrever sobre o processo de interiorização da Educação Profissional por meio da expansão da EPT e da criação do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá;
- b) Identificar a localidade dos discentes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF Goiano – Campus Iporá no período de 2011 a 2020;
- c) Conhecer as características do discente atendido no ensino médio integrado do campus, correlacionando variáveis identificadas na análise de dados;
- d) Elaborar um Atlas Comentado da abrangência e atuação geográfica dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus, no oeste goiano, no período de 2011 a 2020."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Relata-se:

"A presente pesquisa apresenta riscos mínimos aos participantes, não sendo estes físicos e/ou químicos. Os discentes, envolvidos neste estudo, não serão identificados. Os dados coletados dos discentes ingressantes, e disponibilizados em planilha eletrônica pela Unidade de Registros Acadêmicos do Campus, serão mantidos sob absoluto sigilo. Informações que identifiquem os discentes pesquisados como nome e números de documentos pessoais (RG e CPF), assim como os dados de seus responsáveis legais, não serão solicitados. Os riscos característicos do ambiente virtual também serão minimizados, priorizando-se o armazenamento de dados em HD externo. Quanto aos riscos da pesquisa de validação/avaliação do produto educacional, os formulários que constarem qualquer informação que identifiquem sua participação não serão divulgados com sua identidade. Se necessário à identificação ocorrerá como participante 1, Participante 2. No que se refere aos documentos oriundos dessa pesquisa, a pesquisadora se compromete a armazená-los em local seguro por um período de 05 (cinco) anos em HD externo e pagar todas as vias on-line. Após esse período o material será apagado permanentemente. Se for necessário durante a realização da pesquisa, a impressão de alguns materiais, a pesquisadora se compromete, que esses materiais elaborados ou utilizados para este fim serão guardados na residência da pesquisadora, em local seguro, por um período de 05 (cinco) anos e depois serão picotados pela pesquisadora e descartados em local próprio para reciclagem. Os participantes desta pesquisa

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

serão beneficiados de forma direta por terem a oportunidade de ampliação de conhecimento sobre o público atendido em cada curso técnico integrado oferecido nos 10 (dez) primeiros anos de funcionamento da instituição e de forma indireta por fazerem parte de um grupo de pesquisa e contribuir para reflexão sobre a melhoria da qualidade da oferta e acesso a Educação Profissional e Tecnológica na região Oeste de Goiás. Além disso o estudo pretende contribuir no delinear de ações relacionadas a permanência e êxito dos discentes oriundos de localidades que não o município sede do Campus Iporá.”

Parecer: Atende a legislação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Parecer: Atende a legislação.

Instrumento de coleta de dados

Relata-se:

“O acesso aos dados, reunidos em planilha eletrônica, das matrículas dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá, será solicitado formalmente ao dirigente máximo do campus, após aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IF Goiano. Os registros administrativos dos discentes serão solicitados que sejam disponibilizados em planilha eletrônica (formato Excel) pela Unidade de Registros Escolares do Campus Iporá, conforme Quadro 2. Não serão solicitados dados que identifiquem o discentes, como nome e números de documentos pessoais (RG, CPF). A identificação do número de discentes ocorrerá apenas pelo número da matrícula gerada pelo sistema Q-Academico.”

Parecer: Atende a legislação.

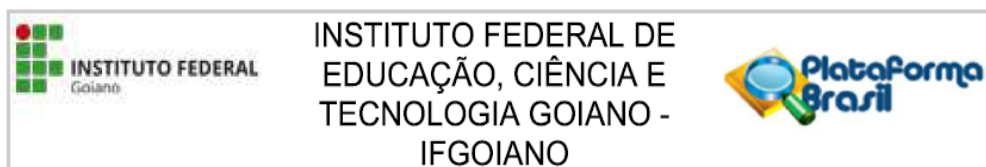
Análise dos dados obtidos

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Avaliação do processo de obtenção do TCLE:

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Relata-se:

“Serão incluídas todas as matrículas de discentes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio realizadas pela Unidade de Registros Acadêmicos do Campus Iporá no período de 2011 a 2020. Não serão solicitados dados que identifiquem os discentes, como nome e números de documentos pessoais (RG, CPF). A identificação dos discentes ocorrerá apenas pelo número da matrícula gerada pelo sistema Q-Acadêmico. Serão excluídas matrículas em outros níveis ou modalidades de ensino técnico, com a subsequente ou concomitante, bem como matrículas efetivadas em período recortado no estudo (2011 a 2020).”

Parecer: Atende a legislação.

Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Resultados do Estudo e Divulgação dos Resultados

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

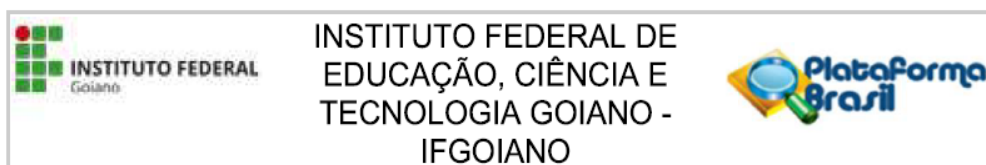
Cronograma

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Orçamento

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Endereço: Rua 88, nº280	
Bairro: Setor Sul	CEP: 74.085-010
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

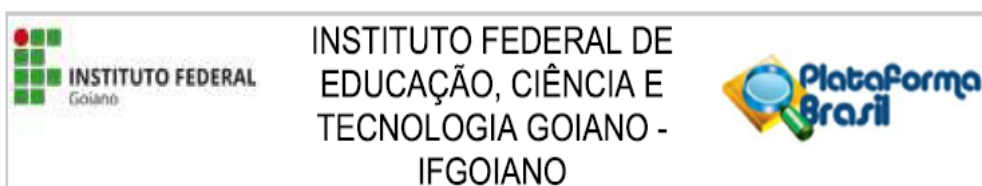
Folha de rosto:

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

TCLE: (Exigência IV.4, IV.5, IV.6 - Res. 466/12)

a) possíveis desconfortos e decorrentes da participação e apresentação das providências para se reduzir seus efeitos, além dos benefícios esperados: A presente pesquisa apresenta riscos mínimos aos participantes, não sendo estes físicos e/ou químicos. Os discentes, envolvidos neste estudo, não serão identificados. Informações que identifiquem os discentes pesquisados como nome e números de documentos pessoais (RG e CPF), assim como os dados dos responsáveis de discentes menores de idade no ato da matrícula, não serão solicitadas. Os dados coletados dos discentes ingressantes, e disponibilizados em planilha eletrônica pela Unidade de Registros Acadêmicos do Campus, serão mantidos sob absoluto sigilo. Os riscos característicos do ambiente virtual também serão minimizados, priorizando-se o armazenamento de dados em HD externo. Tendo em vista a aplicação do produto educacional aos gestores, entendemos que pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, além de medo de repercussões eventuais por exporem suas opiniões, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, tomar o tempo do participante, interferência na vida e na rotina dos participante e dúvida quanto à pesquisa. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como envio do material por e-mail possibilitando que o participante acesse quando considerar mais oportuno, assim como o cuidado quanto à privacidade e sigilo do participante que está respondendo a avaliação do produto educacional. O participante poderá desistir de sua participação a qualquer tempo, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos, sem quaisquer sanções ou punições. A coleta de dados da pesquisa principal será realizada, após aprovação deste projeto no CEP e autorização do Diretor-Geral do Campus Iporá. Quanto ao produto educacional, consideramos como risco que um número baixo de gestores do IF

Endereço: Rua 88, n°280	CEP: 74.085-010
Bairro: Setor Sul	
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600
	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

Goiano (Reitoria e Campus Iporá) aceite participar da validação/avaliação o do mesmo, o que pode gerar poucas devolutivas quanto à qualidade e importância do mesmo.

b) Forma de acompanhamento e assistência: A pesquisadora se compromete a dar o suporte e esclarecimento necessário, durante e após a aplicação do questionário. O participante terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso apresente algum problema, será encaminhado para a coordenação do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, que tomará as providências cabíveis juntamente com o diretor geral do IF Goiano- Campus Ceres e os pesquisadores responsáveis. Se porventura constatar a necessidade, poderá ter apoio psicológico ou outro qualquer para evitar danos maiores. Portanto, terá assistência total em qualquer etapa do estudo.

c) garantia do recebimento do TCLE (vias e não cópias);

Os participantes receberão por e-mail as vias do TCLE ao abrirem o e-mail com a solicitação de participação na etapa de avaliação da pesquisa. O participante não poderá seguir para as próximas sessões de acesso ao produto educacional e ao formulário de validação/avaliação do mesmo, sem ler antes ler o TCLE e marcar se concorda ou não em participar da pesquisa, informações que se encontram na primeira pagina do arquivo enviado. Além disso, será enviada uma via por e-mail do TCLE assinada pela pesquisadora responsável para que o participante possa guardar sua via.

Você não terá nenhum custo para participar deste estudo. Caso você participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, poderá pleitear uma indenização por todo e qualquer gasto ou prejuízo. A pesquisadora ressalta que serão respeitados todos os princípios éticos relacionados à pesquisa com seres humanos e que todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano serão seguidas, assumindo, assim, todos os compromissos éticos ligados à realização da pesquisa e à elaboração e aplicação do produto educacional.

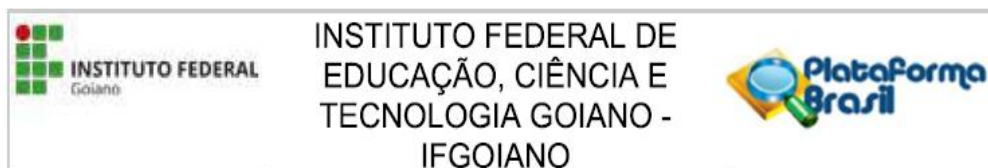
f) TCLE alterado, obedecendo o que preconiza todas as exigências IV.4, IV.5, IV.6 da Resolução 466/12 do CNS."

Parecer: Atende a legislação

Termo de Compromisso:

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Endereço: Rua 88, n°280	CEP: 74.085-010
Bairro: Setor Sul	
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600
	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

O projeto detalhado:

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Questionário

Parecer: Não houve alteração mediante parecer anterior.

Guarda e descarte de documentos:

Relata-se:

"No que se refere aos documentos oriundos dessa pesquisa, a pesquisadora se compromete a armazená-los em local seguro por um período de 05 (cinco) anos em HD externo e apagar todas as vias on-line. Após esse período o material será apagado permanentemente. Se for necessário durante a realização da pesquisa, a impressão de alguns materiais, a pesquisadora se compromete, que esses materiais elaborados ou utilizados para este fim serão guardados na residência da pesquisadora, em local seguro, por um período de 05 (cinco) anos e depois serão picotados pela pesquisadora e descartados em local próprio para reciclagem."

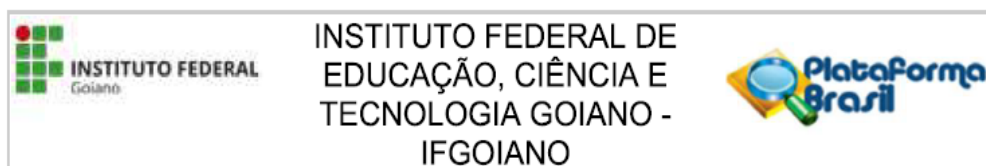
Parecer: Atende a legislação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado(a) Pesquisador(a),

O CEP IF Goiano aprova seu protocolo de pesquisa. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira uma notificação na plataforma, anexando o relatório final. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) pesquisador(a),

De acordo com o documento "ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADE DOS CEP DURANTE A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19)", publicado dia 09 de maio de 2020:

"3.2. Em observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2 (Covid19), é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho

3.3. Em virtude disso, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, recomenda-se que os CEP e toda a comunidade científica adotem, para a condução dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, as orientações da Conep, observando, ainda, no que couber, as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)"

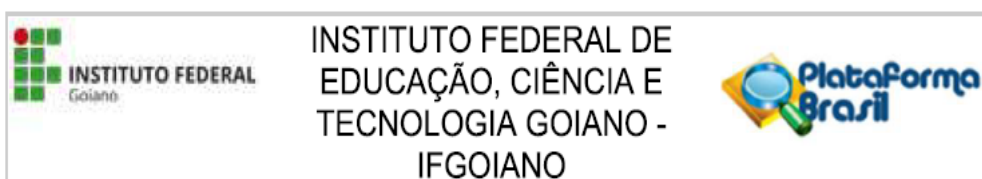
Após aprovação da pesquisa, segundo as normativas vigentes, a condução da pesquisa deve estar de acordo com o protocolo aprovado pelo colegiado. Caso ocorra a necessidade de fazer qualquer alteração, deve ser submetida uma emenda com as alterações para nova avaliação ética. Exemplos: alterações metodológicas de coleta de dados, público participante e inserção de pesquisadores entre outras.

A saber:

"O que é uma emenda?

Emenda é toda proposta de modificação ao projeto original, encaminhada ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. As emendas devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, destacando nos documentos enviados os trechos modificados. A emenda será analisada pelas instâncias de sua aprovação final (CEP e/ou CONEP). As modificações propostas pelo pesquisador responsável não podem descaracterizar o estudo originalmente proposto e aprovado pelo Sistema CEP-CONEP. Em geral, modificações substanciais no desenho do estudo, nas hipóteses, na metodologia e nos objetivos primários não podem ser consideradas emendas, devendo o pesquisador responsável submeter novo protocolo de pesquisa para ser analisado pelo Sistema CEP-CONEP." (Manual do usuário - Plataforma Brasil - versão 3.2)

Endereço: Rua 88, n°280	
Bairro: Setor Sul	CEP: 74.085-010
UF: GO	Município: GO/ANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1900954.pdf	25/03/2022 07:50:31		Aceito
Outros	Respostas_a_pendencias.docx	25/03/2022 07:49:03	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_corrigido.pdf	21/03/2022 22:57:45	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Corrigido.pdf	21/03/2022 22:57:18	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Cristiane_Borges_dos_Santos.pdf	21/02/2022 21:50:23	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Elis_Dener_Lima_Alves.pdf	21/02/2022 21:48:44	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP.pdf	21/02/2022 21:45:17	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	21/02/2022 21:20:50	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Justificativa de Ausência			SANTOS	
Cronograma	Cronograma.pdf	21/02/2022 20:17:16	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	21/02/2022 20:15:50	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Declaração do Patrocinador	Termodeanuencialpora.pdf	21/02/2022 17:13:23	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folhade_rosto.pdf	21/02/2022 17:12:23	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termodecompromissopesquisadores.pdf	21/02/2022 17:03:52	CRISTIANE BORGES DOS SANTOS	Aceito

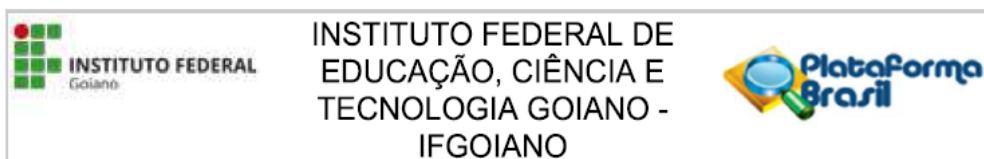
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua 88, nº280
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.791

GOIANIA, 08 de Abril de 2022

Assinado por:
Luiza Ferreira Rezende de Medeiros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br